



Sofia Cruz dos Santos

**A Implementação da Contabilidade de Gestão nas
Autarquias Locais: O Caso do Município de
Cantanhede**

Coimbra, abril de 2025



Sofia Cruz dos Santos

A Implementação da Contabilidade de Gestão nas Autarquias Locais: O Caso do Município de Cantanhede

Trabalho de projeto submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizado sob a orientação do Professor Miguel Maria Carvalho Lira e supervisão de Maria Guiomar Pereira.

Coimbra, abril de 2025

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta deste projeto, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente projeto.

PENSAMENTO

*Everything that can be counted does not necessarily count; everything that counts
cannot necessarily be counted.*

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho de mestrado representa o culminar de um percurso que só foi possível graças ao contributo inestimável de várias pessoas, às quais deixo aqui o meu reconhecimento.

Expresso a minha sincera gratidão ao Professor Doutor Miguel Lira, orientador desta dissertação, pela sua exímia orientação científica, pelo rigor metodológico transmitido e pela disponibilidade constante. As suas observações perspicazes e sugestões criteriosas foram determinantes para a qualidade final deste trabalho.

À Dra. Guiomar Pereira, Chefe da Divisão Financeira do Município de Cantanhede e supervisora deste projeto, dirijo um agradecimento especial pelo acompanhamento próximo, pelos conhecimentos práticos partilhados e pela forma como me integrou na realidade organizacional da autarquia. A sua experiência profissional e visão estratégica enriqueceram significativamente este estudo.

Aos meus pilares familiares – avós, mãe, irmão, tios e primos – agradeço profundamente o apoio inabalável e a compreensão demonstrada nos momentos de maior dedicação a este projeto. O vosso encorajamento constante e a fé depositada nas minhas capacidades foram fundamentais para ultrapassar os desafios encontrados nesta jornada académica.

Um reconhecimento particular ao meu namorado e aos meus amigos, cuja presença, paciência e palavras de incentivo constituíram um suporte emocional indispensável. Agradeço os momentos de partilha e as conversas motivadoras que proporcionaram o equilíbrio necessário durante todo este processo.

Por fim, estendo a minha gratidão a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para o meu crescimento pessoal e académico.

A todos, o meu sincero obrigada.

RESUMO

Este trabalho analisa a implementação da contabilidade de gestão no Município de Cantanhede, tendo por base a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27) integrada no SNC-AP. Através de uma abordagem metodológica mista, identifica-se o impacto desta vertente contabilística na melhoria da eficiência, transparência e responsabilização da gestão municipal. O projeto inclui uma proposta detalhada de adoção do modelo ABC, adaptado à realidade da administração local, visando otimizar o apuramento de custos e a análise de desempenho. Os resultados evidenciam a importância da contabilidade de gestão como instrumento estratégico de apoio à tomada de decisão nas autarquias locais.

Palavras-chave: Contabilidade de Gestão, SNC-AP, NCP 27, Autarquias Locais, Município de Cantanhede, Custeio ABC.

ABSTRACT

This work analyzes the implementation of management accounting in the Municipality of Cantanhede, based on Public Accounting Standard 27 (NCP 27) integrated in the SNC-AP. Through a mixed methodological approach, it identifies the impact of this accounting aspect on improving efficiency, transparency, and accountability in municipal management. The project includes a detailed proposal for adopting the ABC model, adapted to the reality of local administration, updating cost calculations, and performance analysis. The results highlight the importance of management accounting as a strategic tool to support decision-making in local governments.

Keywords: Management Accounting, SNC-AP, NCP 27, Local Authorities, Municipality of Cantanhede, Activity-Based Costing.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	12
1 Enquadramento Teórico.....	13
1.1 Caracterização do Setor Público Português	13
1.1.1 Estrutura e Organização	14
1.1.2 Enquadramento Legal e Financeiro	15
1.1.3 Relação com a União Europeia.....	16
1.1.4 O Governo Local	16
1.2 As autarquias locais enquanto entidades da administração pública	18
1.3 Evolução da Contabilidade Pública no Setor Autárquico.....	19
1.4 Evolução da Contabilidade de Gestão	22
1.5 A Contabilidade de Gestão nas Autarquias Locais.....	24
1.5.1 Enquadramento e Relevância.....	25
1.5.2 Características da Contabilidade de Gestão nas Autarquias	25
1.5.3 Metodologias Aplicadas	25
1.5.4 Desafios da Implementação da Contabilidade de Gestão	26
1.6 A norma NCP 27 – Contabilidade de Gestão	27
1.6.1 A Objetivos e âmbito da contabilidade de gestão.....	27
1.6.2 Sistemas de custeio e Tipologias de Custos.....	28
1.6.3 Critérios de afetação e imputação dos custos indiretos	29
1.6.4 Método ABC.....	30
1.6.5 Aplicações específicas do Métodos ABC	31
1.6.6 Divulgações	32

2	Metodologia	33
3	Caraterização do Município de Cantanhede	34
3.1	Apresentação e Localização Geográfica	34
3.2	Estrutura Organizacional: Organização, Atribuições e Competências do Município de Cantanhede	36
3.3	A composição da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal	37
3.4	Análise da Prestação de Contas do Município de Cantanhede no Âmbito da Contabilidade de Gestão	38
3.4.1	Análise Evolutiva da Informação Disponibilizada	39
4	Elaboração do Projeto	41
4.1	Diagnóstico Inicial e Necessidades Identificadas	41
4.1.1	Fase nº 1: Elaboração e Formalização de Procedimentos	43
4.1.2	Fase nº 2: Elaboração e classificação da Tabela dos Bens e Serviços e criação de Centros de Responsabilidade	43
4.1.3	Fase nº 3: Reconciliação de Documentos de Receita e Despesa	44
4.1.4	Fase nº 4: Encerramento Mensal da Contabilidade de Gestão	45
4.2	Fases de Implementação	45
4.3	Proposta de Implementação	47
4.3.1	Identificação e caracterização dos processos e atividades	47
4.3.2	Determinação dos Objetos de Custo	51
4.3.3	Definição dos recursos e respetivos indutores de custo	53
4.3.4	Definição dos Indutores de Atividades	57
4.3.5	Aplicação Empírica da Metodologia ABC: O Caso do Pavilhão Desportivo "Os Marialvas"	59
4.3.6	Validação do Modelo Concetual	64

4.3.7	Integração com Sistemas Existentes	68
4.3.8	Desafios e Impactos da Implementação da Contabilidade de Gestão no Município de Cantanhede	70
CONCLUSÃO		71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		73
ANEXOS		82
ANEXO 1: ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE		83
ANEXO 2: PLANO DE CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAL DO MUNICIPIO DE CANTANHEDE		85
ANEXO 3: PLANO DE CENTROS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE		88
ANEXO 4: TABELA DE BENS		92
ANEXO 4: TABELA DE SERVIÇOS		102

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - A estrutura do Setor Público Português	13
Figura 2 - Empresas no setor público empresarial.....	14
Figura 3 - Classificação de municípios por dimensão	17
Figura 4 - Processo de Transição para o SNC-AP	21
Figura 5 - Abordagens de contabilidade de gestão aplicadas nas autarquias locais	26
Figura 6 - Repartição dos gastos indiretos.....	30
Figura 7 - Vantagens e desvantagens do Método ABC	31
Figura 8 - Imputação dos gastos através do Sistema Baseado nas Atividades (ABC) ...	31
Figura 9 - Brasão de Armas e Bandeira da cidade de Cantanhede	34
Figura 10 - Mapa Geográfico do concelho de Cantanhede	35
Figura 11 - Necessidades Identificadas no Município de Cantanhede	41
Figura 12 - Aplicações da AIRC para uma Contabilidade de Gestão Eficiente	42
Figura 13 - Procedimentos de Reconciliação da Despesa e da Receita	44
Figura 14 - Fases de Implementação	46
Figura 15 - Atividades com mais ênfase no Município de Cantanhede	48
Figura 16 - Dimensões de Classificação das Atividades em Contexto Organizacional .	50
Figura 17 - Estrutura multinível dos Objetos de Custo do Município de Cantanhede ...	51
Figura 18 - Abordagem para Validação do Modelo	65

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Conceitos e Tipos de Custos.....	28
Tabela 2 - Mapa do Pessoal do Município de Cantanhede	36
Tabela 3 - Tabela Comparativa da Evolução da Contabilidade de Gestão na Prestação de Contas (2023 vs 2024)	39
Tabela 4 - Seleção de Indutores de Recurso no Município de Cantanhede.....	55
Tabela 5- Matriz Ilustrativa de Relação Recursos-Atividades	56
Tabela 6 - Indutores Propostos para as Principais Atividades do Município de Cantanhede	58
Tabela 7 - Matriz Ilustrativa de Relação Atividades-Objetos de Custo	59
Tabela 8 - Recursos Consumidos pelo Pavilhão "Os Marialvas" e Respetivos Indutores	60
Tabela 9 - Identificação e Caracterização das Atividades do Pavilhão "Os Marialvas"	61
Tabela 10 - Matriz de Alocação de Recursos às Atividades (%).....	61
Tabela 11 - Custo das Atividades e Indutores para Alocação aos Objetos de Custo.....	62
Tabela 12 - Alocação do Custo das Atividades aos Objetos de Custo (€).....	63
Tabela 13 - Indicadores de Eficiência por Objeto de Custo	64
Tabela 14 - Matriz de Riscos e Estratégias de Mitigação	67

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

ABC - *Activity-based Costing*

CG - Contabilidade de Gestão

CMC - Câmara Municipal de Cantanhede

DL - Decreto-Lei

GES - Sistema de Gestão de Stocks

MC - Município de Cantanhede

NCP 27 - Norma de Contabilidade Pública nº27

OAD - Obras por Administração Direta

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública

RJAL - Regime Jurídico das Autarquias Locais

SGP - Sistema de Gestão de Pessoal

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SNP - Sistema de Normalização Patrimonial

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

UE - União Europeia

INTRODUÇÃO

O setor público, enquanto parte integrante do Estado, produz bens e serviços públicos a todos os cidadãos, dando resposta às necessidades sociais, gerindo os recursos públicos. A crescente pressão por uma gestão pública mais transparente e eficiente, aliada às restrições orçamentais e à necessidade de prestação de contas rigorosa, tem impulsionado as autarquias locais a reformular os seus processos internos. Neste contexto, a contabilidade de gestão desponta como uma ferramenta indispensável para o aprimoramento do planeamento orçamental, a alocação eficiente de recursos e a tomada de decisões estratégicas. Além disso, o contexto social atual exige um elevado grau de transparência na gestão pública (Gomes, 2011).

Apesar das várias reformas contabilísticas e da evolução da contabilidade pública portuguesa, existem ainda desafios no que concerne à implementação da contabilidade de gestão nas autarquias locais. A contabilidade pública portuguesa, incluindo a contabilidade de gestão nas autarquias, teve avanços recentes com a introdução do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e outros mecanismos de harmonização às normas internacionais. Todavia, a escassa informação sobre a aplicação da Norma de Contabilidade Pública nº 27 tem vindo a atrasar a sua implementação nos atuais 308 municípios bem como nas 3091 freguesias portuguesas (Ferreira, 2015).

Apesar dos avanços na adoção de práticas de contabilidade de gestão no setor público, ainda existem desafios significativos na sua implementação efetiva nas autarquias locais. Entre os principais obstáculos, destacam-se a integração de sistemas de informação, a capacitação dos gestores e a adaptação dos métodos tradicionais de custeio às necessidades específicas do ambiente público.

Assim, este projeto pretende compreender os principais desafios enfrentados pelo Município de Cantanhede na adoção da contabilidade de gestão, avaliar o impacto dessa implementação na eficiência financeira e qualidade dos serviços públicos e apresentar uma proposta concreta de implementação com base no modelo ABC, alinhada com os requisitos da NCP 27.

1 Enquadramento Teórico

Neste primeiro capítulo será desenvolvido um enquadramento teórico sobre o Setor Público Português, evidenciando as autarquias locais enquanto entidades da administração pública e apresentando a evolução da Contabilidade Pública no Setor Autárquico.

1.1 Caracterização do Setor Público Português

O setor público em Portugal desempenha um papel central na gestão e provisão de serviços essenciais para a sociedade, abrangendo áreas como educação, saúde, segurança, justiça e infraestrutura. Este setor é composto por um conjunto de entidades que operam em níveis distintos de governo: central, regional e local, e segue um enquadramento jurídico e normativo específico, que determina as suas funções e responsabilidades. A relação entre estes níveis de governo é definida por um quadro institucional que visa promover a descentralização, a eficiência na gestão de recursos e a proximidade com os cidadãos (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, 2013).

Segundo Franco (1992, p.143), a administração pública refere-se ao "*conjunto das atividades económicas de qualquer natureza exercidas pelas entidades públicas (Estado, associações e instituições públicas, quer assentes na representatividade e descentralização democrática, quer resultantes da funcionalidade teocrática e da desconcentração por eficiência)*".

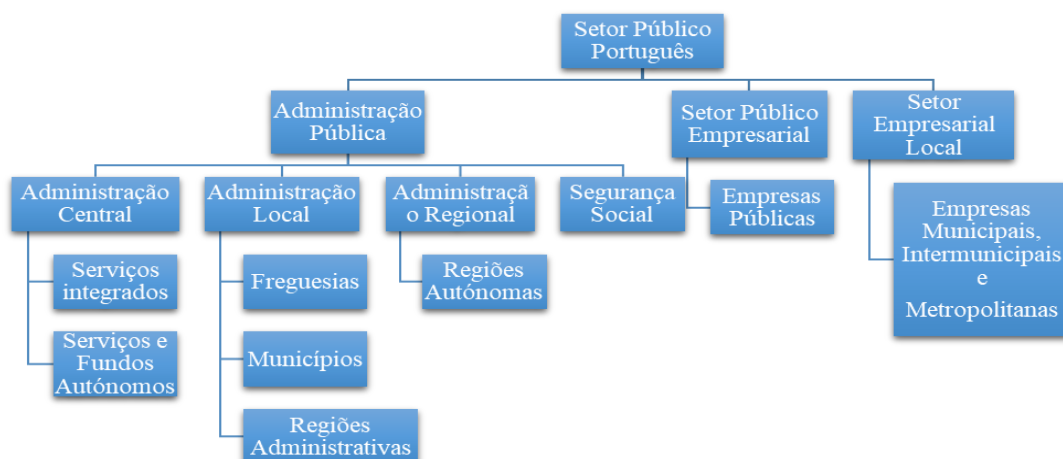


Figura 1 - A estrutura do Setor Público Português
Fonte: Elaboração própria

O relatório do Conselho das Finanças Públicas (CFP, 2020-2021) sobre o Setor Empresarial do Estado revela que o Setor Público Português integra o conjunto das entidades controladas pelo poder político. É composto pelo Setor Público Administrativo e pelo Setor Público Empresarial (entidades com estatuto de empresas públicas), bem como as sociedades e quasi-sociedades (não financeiras e financeiras) controladas ou maioritariamente financiadas por unidades das Administrações Públicas, incluindo o banco central.

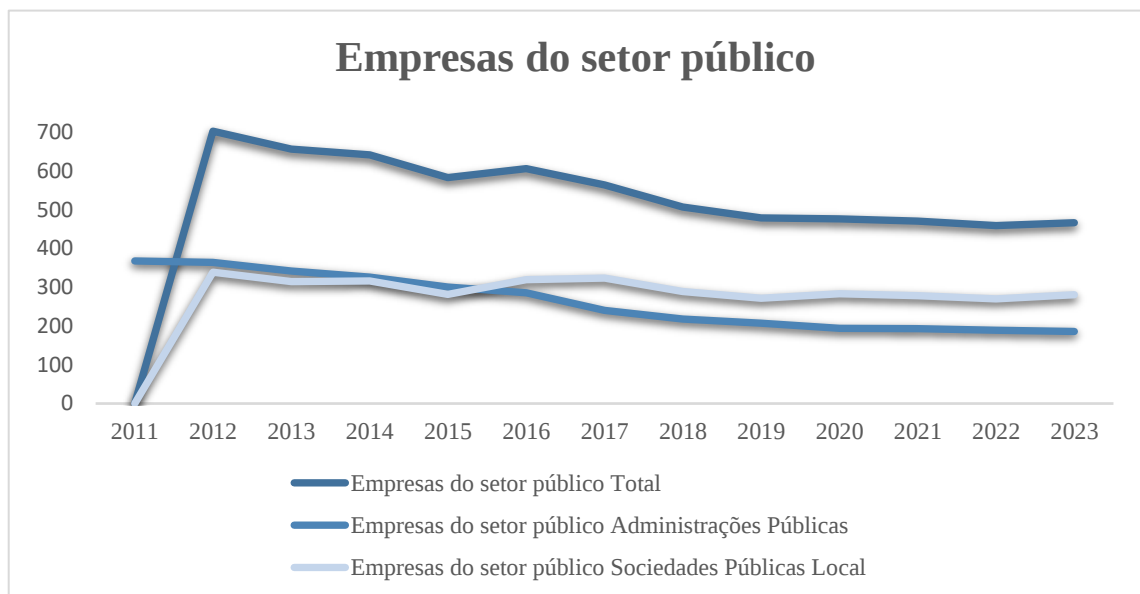


Figura 2 - Empresas no setor público empresarial
Fonte: PORDATA

O setor público administrativo corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos (Pereira, Afonso, Arcanjo e Santos, 2016).

1.1.1 Estrutura e Organização

O setor público português é definido, essencialmente, pelo Regime Jurídico das Entidades Públicas e pela Constituição da República Portuguesa. Conforme estabelecido por Araújo e Branco (2019), o setor é dividido em três níveis principais:

1. **Administração Central:** Inclui os órgãos do Governo e as instituições subordinadas, responsáveis pela formulação de políticas públicas e pela gestão de serviços de âmbito nacional.
2. **Administração Regional e Local:** Engloba as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e as autarquias locais (municípios e freguesias), que detêm competências específicas de administração e desenvolvimento regional.
3. **Sector Empresarial do Estado (SEE):** Abrange empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos que atuam em setores estratégicos, como transportes, energia e comunicação.

Para Gonçalves e Cunha (2020), esta estrutura multifacetada reflete uma combinação entre centralização e descentralização, permitindo que decisões administrativas sejam adaptadas às necessidades locais, enquanto mantêm o alinhamento com os objetivos nacionais.

1.1.2 Enquadramento Legal e Financeiro

A atividade do setor público português rege-se por um vasto conjunto de normativos legais e financeiros. A Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 41/2014) estabelece os princípios de sustentabilidade orçamental e equilíbrio financeiro, impondo limites ao endividamento das entidades públicas. Segundo Almeida e Ribeiro (2021), este quadro legal visa garantir que a gestão financeira do setor público seja compatível com os objetivos macroeconómicos do país e com os compromissos assumidos perante instituições europeias, como a União Europeia e o Banco Central Europeu.

Além disso, Portugal tem implementado reformas sucessivas na contabilidade pública para assegurar maior transparência e controlo financeiro. A adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), conforme destacado por Carvalho et al. (2020), foi uma das iniciativas mais relevantes, permitindo uma harmonização dos registos financeiros e facilitando a comparabilidade dos dados com outros países.

1.1.3 Relação com a União Europeia

A pertença à União Europeia tem um impacto profundo na estrutura e funcionamento do setor público português. Para Tavares e Simões (2019), as políticas europeias, como o Pacto de Estabilidade e Crescimento, impõem regras fiscais rigorosas, enquanto os fundos estruturais da UE representam uma fonte crucial de financiamento para projetos de desenvolvimento económico e social.

Além disso, a conformidade com as exigências europeias em áreas como a sustentabilidade ambiental e a transição energética tem impulsionado transformações no setor público. Segundo Almeida e Ribeiro (2021), estas iniciativas exigem uma integração mais eficaz entre diferentes níveis de governo e setores de atuação.

1.1.4 O Governo Local

O governo local em Portugal tem sido fundamental na concretização de políticas públicas que atendam às especificidades regionais e locais. Essa abordagem descentralizada permite uma maior flexibilidade na resposta às necessidades das comunidades, promovendo um governo mais participativo e adaptado aos contextos locais. O governo local é composto por municípios e freguesias, que possuem autonomia administrativa e financeira, conforme estabelecido pela Constituição da República Portuguesa de 1976.

Ainda assim, a autonomia das autarquias é limitada pelo enquadramento legal e pela dependência financeira em relação à administração central, o que frequentemente gera tensões na articulação entre os níveis de governo (Antunes, 1987).

A Lei n.º 75/2013, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, reforça a importância da cooperação interinstitucional e define os mecanismos de delegação de competências do governo central para o local. Esta legislação é vista como um marco no processo de descentralização em Portugal, embora seja alvo de críticas quanto à sua implementação prática e aos desafios de financiamento enfrentados pelas autarquias, nomeadamente no que se refere à perda de identidade local e à necessidade de equilíbrio entre eficiência e representatividade (Amorim, 2017).

Neste sentido, a relação entre o setor público e o governo local em Portugal é caracterizada por um equilíbrio delicado entre autonomia e dependência, desafios administrativos e oportunidades de financiamento (Scaliante, Nogueira e Oliveira, 2020).

À data de 31 de agosto de 2023, segundo os dados do Portal Autárquico, existiam 308 municípios, dos quais 278 no continente, 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira.

O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é o que tem em conta o número de habitantes, isto é, os municípios podem ser classificados em grandes, médios e pequenos, dependendo da sua população. Esta classificação não é apenas uma questão estatística, mas reflete a capacidade de gestão local, os recursos disponíveis e os desafios específicos que cada município enfrenta.

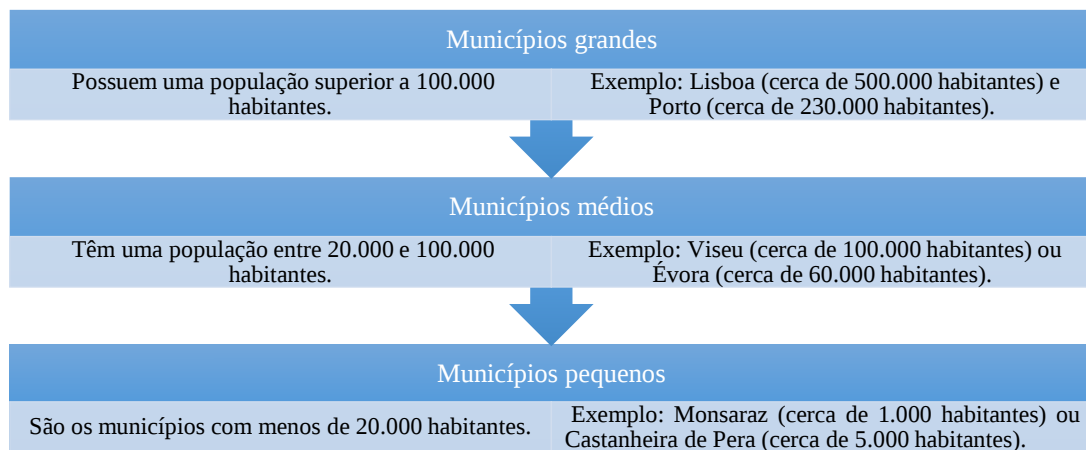


Figura 3 - Classificação de municípios por dimensão

Fonte: Elaboração própria

Essa classificação é útil porque os desafios enfrentados por um município grande, como a gestão de infraestruturas urbanas e a prestação de serviços a uma população diversificada, são muito diferentes dos desafios de um município pequeno, que pode ter uma população mais envelhecida e um perfil mais rural. Através dessa classificação, o governo central pode definir políticas diferenciadas, como a atribuição de fundos e o apoio a programas de desenvolvimento local, ajustados às realidades de cada tipo de município (Sarmento, 2020).

1.2 As autarquias locais enquanto entidades da administração pública

Oliveira (2021) define as autarquias locais como a base essencial da democracia local, sendo instrumentos fundamentais para a participação dos cidadãos na vida pública e para a gestão autónoma dos interesses locais. Este autor enfatiza que a autonomia das autarquias está garantida constitucionalmente e que a sua função primordial é promover a proximidade entre os cidadãos e o governo, num quadro de descentralização administrativa.

Na sua análise constitucional, Miranda e Medeiros (2020) descrevem as autarquias locais como entidades públicas que possuem competências próprias e que são dotadas de órgãos representativos eleitos diretamente pelos cidadãos, o que reforça o carácter democrático da administração local.

Para Freitas do Amaral (2001), as autarquias locais são comunidades locais organizadas com o propósito de satisfazer as necessidades específicas das suas populações, sublinhando o princípio da subsidiariedade como fundamento da sua existência, onde a administração local atua em áreas que não podem ser eficientemente geridas por entidades de níveis superiores.

A lei suprema do país, integrada na Constituição da República Portuguesa (artigo 235.º) define as autarquias locais como municípios, freguesias e, eventualmente, regiões administrativas, destacando a sua autonomia e a importância de representarem os interesses locais. Este enquadramento é complementado pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, que regula as suas competências e funcionamento. Atualmente os municípios possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º 23º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação Social;

- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa.

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se revela o princípio da subsidiariedade (art. 4º), ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível de governo mais próximo da população que, naturalmente conhece melhor os seus problemas e necessidades, o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios.

Tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

1.3 Evolução da Contabilidade Pública no Setor Autárquico

O sistema de contabilidade pública em Portugal, vigente desde a década de 1930 até o final dos anos 1990, foi essencialmente moldado pelas reformas implementadas no início do Estado Novo (Carvalho e Nogueira, 2006; Santareno, 1997). Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (atualmente União Europeia), em 1986, iniciou-se um processo de reformas destinado a aproximar a contabilidade pública portuguesa das práticas dos países mais desenvolvidos da Europa.

Nos anos 90, tanto na Europa como em Portugal, começaram a ser implementadas reformas na contabilidade pública para responder às novas necessidades de gestão. Em Portugal, o lançamento do POCP em 1997 foi central para a Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE) e representou um passo crucial para a adoção do regime de

contabilidade de acréscimo. No entanto, o POCP apresentava diferenças significativas em relação às *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), que ganharam reconhecimento e aceitação a nível internacional. Com a crise na Europa a partir de 2010, a União Europeia passou a exigir dos Estados-membros, incluindo Portugal, a implementação de normas de contabilidade que facilitassem a consolidação das contas, aumentassem a transparência, melhorassem a *accountability* e favorecessem a convergência estatística (Jorge et al, 2008).

Em Portugal, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2012, de 9 de junho, que atribuiu à Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a responsabilidade de realizar os trabalhos técnicos necessários para a aprovação de um Sistema de Normalização Contabilístico Público (SNCP) único, ajustado às normas das IPSAS.

Um passo desta reforma foi dado com a publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprovou o SNC-AP, revogando o POCP e demais planos setoriais.

Esta legislação estabelece que o SNC-AP é aplicável a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não possuam natureza, forma ou designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas. No entanto, segundo o artigo 5º do mesmo diploma, prevê-se que entidades de menor dimensão e com menor risco orçamental possam beneficiar de um regime simplificado de contabilidade pública, cujos termos foram posteriormente definidos pela Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto.

Apesar da implementação do SNC-AP estar delineada a partir de 1 de janeiro de 2017, no entanto, o Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, adiou esta implementação para o dia 1 de janeiro de 2018. No entanto, sendo adiada mais uma vez, e dada a complexidade do assunto, o Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, determinou que a adoção do novo normativo contabilístico nas entidades da administração local se tornaria obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2020.

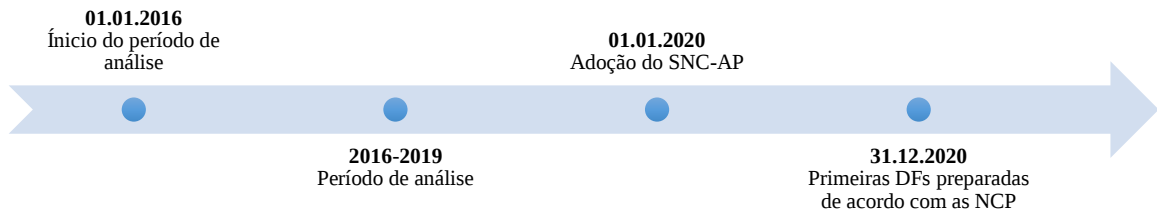


Figura 4 - Processo de Transição para o SNC-AP

Fonte: Adaptado do Manual de Implementação do SNC-AP (2ª versão)

A adoção deste referencial contabilístico veio permitir, de acordo com Gonçalves, Lira e Marques (2017):

- implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada;
- estabelecer os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base de acréscimo;
- fomentar a harmonização contabilística;
- institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada;
- aumentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais;
- contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das administrações públicas; e
- uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do sector empresarial e das entidades do sector não lucrativo, respetivamente.

1.4 Evolução da Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão evoluiu significativamente ao longo das décadas, adaptando-se às mudanças do ambiente económico, social e tecnológico, bem como às crescentes exigências por maior transparência e eficiência organizacional (Kaplan e Norton, 1992).

Após a publicação de “Relevance Lost: The Rise and Fall of Management Accounting”, Kaplan e Johnson (1987), destacam que a contabilidade de gestão então praticada não acompanhava as necessidades estratégicas das empresas e apenas se limitava a fornecer informação ao nível do controlo operacional.

Com o objetivo de fazer com que a Contabilidade de Gestão fosse um sistema de informação mais estratégico, capaz de facultar outro tipo de informações aos seus *stakeholders*, as várias comunidades científicas e académicas começaram a desenvolver técnicas e ferramentas para apoiar os processos de decisão nas empresas. Este movimento investigativo surge nos finais da década de 1980 e mantém-se até aos dias de hoje, originando abordagens inovadoras como o *activity-based costing*, *the balanced scorecard*, *target costing* e *kaizen costing* entre muitas outras técnicas resultantes de diversas pesquisas e análises.

Rappaport (1986), através do seu livro “Creating Shareholder Value: The New Standard for Business Performance”, impulsionou a contabilidade de gestão a focar na criação de valor para os acionistas, propondo indicadores que medem o valor gerado pelos decisores de gestão. Este pensamento ganhou força nas últimas décadas, ao integrar a contabilidade de gestão com os objetivos de valor estratégico. Esta perspetiva sugere que a criação de valor para os acionistas pode coexistir com práticas empresariais éticas e sustentáveis, onde os interesses de todos os *stakeholders* são considerados. Desde os anos 90 que as discussões sobre *Corporate governance* apresentavam inúmeras referências ao «balanceamento dos interesses de todos os *stakeholders*.», fortalecendo que a sustentabilidade a longo prazo das organizações depende da atenção dos interesses de acionistas, empregados, clientes, fornecedores e da comunidade.

Com a globalização dos mercados, a concorrência obriga as organizações a adaptarem-se a novas estratégias de diferenciação dos seus produtos ou serviços,

momento em que surge o marketing e o I&D como atividades de suporte para a comercialização dos mesmos. Posto isto, os métodos tradicionais de custeio não são suficientes para o conhecimento do custo total dos produtos, uma vez que não contemplam o tratamento dos custos indiretos pelas diversas atividades (Kaplan e Cooper, 1998).

Neste contexto, a conceção atual do *Activity-Based Costing* surge nos Estados Unidos, promovida por Kaplan e Cooper (1988) no artigo “*Measure Costs Right: Make the Right Decisions*”. Esta metodologia é apresentada de forma a alocar os custos a produtos e serviços com maiores resultados, considerando atividades específicas e o consumo de recursos. Ao focar nas atividades que geram custos, as empresas podem tomar decisões mais informadas e estratégicas, contribuindo para uma gestão financeira mais eficaz.

O artigo intitulado “*The Balanced Scorecard: Measures That Drive Performance*” em 1992, publicado por de Robert S. Kaplan e David P. Norton, surge como a primeira abordagem do conceito do BSC. Estes autores propõem uma visão global do desempenho organizacional, integrando indicadores financeiros e não financeiros, sendo uma estratégia organizada em quatro dimensões chave do desempenho (perspetiva financeira, dos clientes, dos processos internos e da aprendizagem e crescimento). Este método revolucionou a contabilidade de gestão, pois também considera fatores de longo prazo e os intangíveis, como o capital humano e o relacionamento com clientes. Desta forma, tornou-se num dos *frameworks* mais utilizados para a gestão e estratégia, permitindo às empresas monitorizar o seu desempenho financeiro, mas também fatores críticos como a satisfação dos clientes, a eficiência dos processos internos, resultando numa vantagem competitiva no mercado.

Burritt, Hahn e Schaltegger (2002), defendem a incorporação dos fatores ambientais na contabilidade de gestão, conhecida como Environmental Management Accounting (EMA). Estes autores argumentam no artigo “Towards a Comprehensive Framework for Environmental Management Accounting”, que os custos ambientais devem ser incluídos para responder às pressões regulatórias e dos consumidores, por práticas de negócios sustentáveis. A adoção de normas como a *Global Reporting Initiative*

(GRI) e o *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)* ajuda as empresas a reportar e a gerir os seus custos ambientais de forma consistente.

Na última década, o conceito de Big Data ganhou destaque, referindo-se à análise avançada de grandes volumes de dados para obter insights importantes sobre o desempenho e comportamento do mercado. Investigadores como Arruda e Madhavji (2017) destacam a relevância de como as organizações adotam o Big Data para desenvolver e monitorizar indicadores-chave de desempenho (KPIs), essenciais para a avaliação da eficiência organizacional, conforme mencionado no artigo "A systematic literature review on the role of big data analytics in decision making". A integração do Big Data na contabilidade de gestão representa uma mudança significativa na forma como as empresas abordam a gestão e a tomada de decisões.

Estas evoluções refletem o upgrade da contabilidade de gestão num contexto empresarial dinâmico, onde a tecnologia, a sustentabilidade e a criação de valor passaram a integrar a realidade contabilística, tornando-se numa ferramenta estratégica, essencial para a competitividade e sustentabilidade das organizações.

1.5 A Contabilidade de Gestão nas Autarquias Locais

A contabilidade de gestão desempenha um papel central no suporte à tomada de decisão, especialmente em organizações públicas como as autarquias locais. Estas entidades enfrentam desafios específicos relacionados à gestão eficiente de recursos públicos, à prestação de contas e à maximização do valor para os cidadãos. A adoção de ferramentas e práticas de contabilidade de gestão permite uma maior transparência, eficiência e eficácia na gestão das atividades municipais (Sousa, 2018).

A Contabilidade de Gestão é uma ferramenta crucial na gestão eficaz dos recursos das organizações e na tomada de decisões informadas, uma vez que permite analisar os gastos e rendimentos, atualmente de forma mais detalhada do que a Contabilidade Financeira (Drury, 2018).

1.5.1 Enquadramento e Relevância

As autarquias locais são responsáveis pela gestão de recursos financeiros, materiais e humanos em prol do bem-estar da sua comunidade. De acordo com Rosa e Major (2019), a contabilidade de gestão no setor público é fundamental para sustentar decisões estratégicas e operacionais, ajudando a conciliar os objetivos políticos e administrativos. Além disso, as autarquias estão sujeitas a exigências crescentes de responsabilização e transparência, principalmente com as sucessivas transferências de competências, o que requer a implementação de sistemas desenvolvidos de planeamento e controlo financeiro.

A contabilidade de gestão nas autarquias vai além do mero cumprimento das obrigações legais de prestação de contas. Como defendem Afonso e Fernandes (2016), trata-se de uma ferramenta estratégica para o planeamento orçamental, monitorização de desempenho e implementação de políticas públicas.

1.5.2 Características da Contabilidade de Gestão nas Autarquias

A contabilidade de gestão no contexto das autarquias locais difere da abordagem tradicional aplicada no setor privado. Estas diferenças residem na orientação para o serviço público e na necessidade de equilibrar múltiplos objetivos sociais e financeiros, em vez da maximização do lucro. Para Kaplan e Norton (1996), os sistemas de contabilidade de gestão devem ser adaptados para refletir a missão pública das organizações, incorporando indicadores não financeiros que avaliem a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Segundo Carvalho (2020), no contexto português, a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013) e os normativos contabilísticos aplicáveis às entidades públicas impulsionaram a adoção de práticas de contabilidade de gestão, como o orçamento por atividades, a análise de custos e a gestão por resultados. Estas práticas visam não só assegurar a sustentabilidade financeira, mas também promover a eficiência operacional.

1.5.3 Metodologias Aplicadas

Entre as ferramentas mais comuns da contabilidade de gestão aplicadas às autarquias estão:

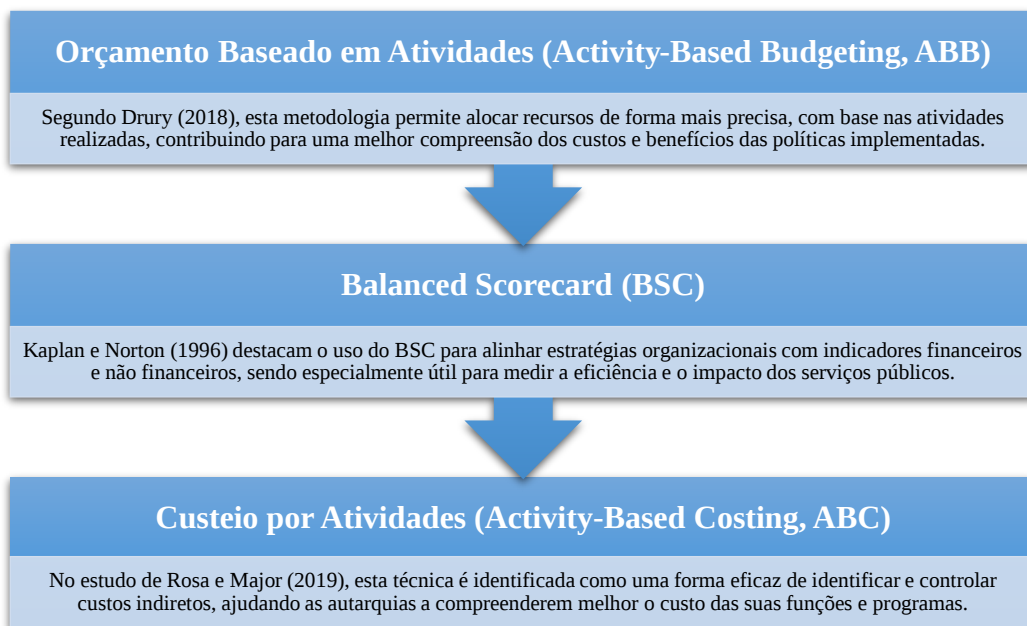


Figura 5 - Abordagens de contabilidade de gestão aplicadas nas autarquias locais

Fonte: Elaboração Própria

1.5.4 Desafios da Implementação da Contabilidade de Gestão

No âmbito do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a Contabilidade de Gestão é relevante para as entidades públicas, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Embora a contabilidade de gestão seja reconhecida como uma prática essencial para a modernização das autarquias, a sua implementação enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a falta de capacitação técnica, a resistência à mudança e as limitações tecnológicas. De acordo com Ferreira (2021), a formação contínua dos profissionais e o investimento em sistemas de informação integrados são medidas cruciais para superar esses entraves.

Por outro lado, a crescente pressão para digitalização e a implementação de soluções de governança eletrónica oferecem novas oportunidades para a evolução da contabilidade de gestão no setor público. Como afirmam Afonso e Fernandes (2016), o uso de tecnologias como *big data* e inteligência artificial pode melhorar a análise de dados

financeiros e não financeiros, promovendo uma gestão mais proativa e baseada em evidências.

A falta de indicação de um modelo de apuramento de custos pode ser uma das dificuldades enfrentadas mais significativas. Escolher o modelo de apuramento de custos adequado depende das características da organização, dos seus produtos ou serviços, do setor em que opera, entre outros fatores. Modelos comuns incluem o custeio por absorção, o custeio variável, o custeio baseado em atividades (ABC), entre outros.

Para superar estas dificuldades e implementar com sucesso a Contabilidade de Gestão, as instituições necessitam de avaliar cuidadosamente as suas necessidades e recursos, e adotar uma abordagem gradual, começando com implementações piloto em áreas específicas antes de expandir para toda a organização. Além disso, é importante garantir o compromisso da administração e promover uma cultura organizacional que valorize a gestão baseada em dados e análises.

1.6 A norma NCP 27 – Contabilidade de Gestão

Nesta secção, será abordada a Norma de Contabilidade Pública 27 que regula a contabilidade de gestão nas autarquias locais. Nomeadamente o seu impacto, as suas diretrizes e a sua aplicação prática no contexto da gestão pública, destacando a sua importância para a transparência e eficiência na utilização dos recursos públicos.

1.6.1 A Objetivos e âmbito da contabilidade de gestão

A NCP 27 desenvolve um modelo de contabilidade de gestão que proporciona a análise dos resultados das ações que contribuem para a realização de políticas públicas e o cumprimento dos objetivos relativos aos serviços prestados aos cidadãos. Inicialmente, há uma definição dos tipos de custos:

Custo	O valor monetário dos recursos utilizados ou consumidos por cada objeto de custo (atividade, serviço, bem, divisão, etc.), que tem origem num somatório de gastos repartidos com base em critérios de imputação definidos pela entidade.
Gastos diretos	O gasto direto é especificamente identificado com um único objeto de custo, ou seja, é possível estabelecer uma relação de causa-efeito entre ambos, como por exemplo os gastos com materiais e mão-de-obra diretamente imputada a um objeto de custo.
Gastos indiretos ou comuns	Não pode ser identificado especificamente com um dado objeto de custo, sendo necessário reparti-lo por diversas atividades, funções, bens ou serviços, através de critérios de imputação adequados. Por exemplo, os gastos com manutenção, funcionamento dos edifícios, depreciações, amortizações, publicidade, comunicações, segurança e vigilância, limpeza e higiene, custos administrativos ou de gestão.
Gastos incorporáveis	Gastos que o órgão de gestão decide imputar às atividades, funções, bens e serviços.
Gastos não incorporáveis	Os que o órgão de gestão decide não imputar às atividades, bens e serviços, levando-os diretamente aos resultados do exercício (como, por exemplo, os gastos não recorrentes). Com exceção dos gastos ou perdas não recorrentes, a generalidade dos gastos é imputada na medida em que decorrem de um objeto de custo desenvolvido pela entidade.
Gastos variáveis	Varia de acordo com as mudanças no nível de atividade, quando outros fatores são mantidos constantes. Por exemplo, o gasto de combustíveis varia de acordo com os Kms percorridos.
Gastos fixos	Não varia até um determinado patamar. Por exemplo, a depreciação de edifícios e equipamentos é um gasto fixo, a não ser que o aumento de atividade exija a aquisição de novos edifícios ou equipamentos, situação que origina novos gastos fixos.
Gastos de subatividade	Representa os excessos de gastos de uma atividade que está abaixo da atividade normal.
Gastos administrativos	Gastos suportados em atividades de apoio à gestão, produtos ou outras atividades operacionais. Incluem os gastos de funções, tais como a administração, sistemas de informação, finanças e contabilidade, gestão de recursos humanos.
Custos totais	Correspondem à soma de todos os gastos necessários por cada objeto de custos, incluindo os gastos de atividades realizadas por outras entidades. Os custos totais podem ser globais ou individuais. Por exemplo, podemos ter o custo total de uma atividade hospitalar, o custo total por doente, por internamento ou por consulta externa. Uma vez utilizado o sistema de custeio total, os custos totais correspondem ao somatório dos gastos diretos e gastos indiretos incorporáveis.

Tabela 1 - Conceitos e Tipos de Custos
Fonte: Manual de Implementação do SNC-AP

1.6.2 Sistemas de custeio e Tipologias de Custos

Segundo Carvalho (1999), “um sistema de custeio terá de satisfazer três objetivos básicos: acumulação, medida e imputação de custos”. Este autor refere que os sistemas

de custeio podem ser classificados segundo duas perspetivas distintas: quanto ao processo de obtenção dos custos e quanto à natureza desses mesmos custos.

- a) **Sistema de custeio total:** Sistema que imputa aos produtos ou atividades finais todos os gastos diretos e indiretos, com exceção dos gastos não recorrentes.
- b) **Sistema de custeio variável:** Sistema que imputa aos produtos ou atividades finais apenas os gastos variáveis, ou seja, não são incorporados nos produtos, serviços ou atividades os gastos fixos e os gastos não recorrentes.
- c) **Sistema de custeio direto:** Sistema que imputa aos produtos ou atividades finais apenas os gastos diretos, ou seja, não incorpora nos produtos, serviços ou atividades os gastos indiretos.
- d) **Sistema de custeio racional:** Sistema que imputa aos produtos ou atividades finais os gastos totais deduzidos dos gastos de subatividade.
- e) **O Sistema de Custos Padrão:** Um método de custeio que atribui os gastos a objetos de custo com base em estimativas razoáveis ou estudos de custo e por meio de valores orçamentados em vez de se basear nos gastos reais suportados. Além disso, corresponde ainda ao custo previsto de prestar um serviço ou produzir uma unidade de saída, ou um custo predeterminado para ser atribuído aos serviços prestados ou aos produtos produzidos.

1.6.3 Critérios de afetação e imputação dos custos indiretos

De acordo com os parágrafos 10 a 18 da NCP 27, devem ser utilizadas diferentes bases de imputação, sendo que os gastos podem ser repartidos pelas atividades e, antes destas, pela classificação orgânica, caso a entidade pretenda obter os gastos por departamentos, serviços, divisões ou outro tipo de unidades orgânicas. A Figura 6 ilustra as possíveis etapas de repartição dos gastos indiretos até à obtenção do custo total por ativos fixos, produtos ou serviços finais.

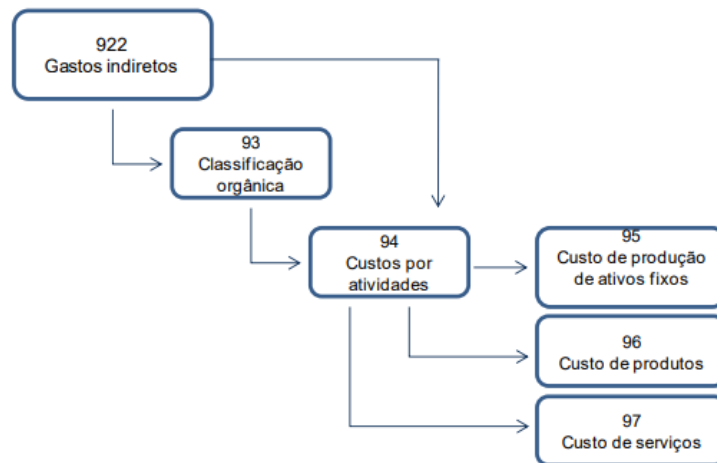


Figura 6 - Repartição dos gastos indiretos
Fonte: Manual de Implementação do SNC-AP

1.6.4 Método ABC

O método ABC na contabilidade de gestão é uma metodologia utilizada para alocar custos indiretos (*overhead*) de maneira mais precisa aos produtos ou serviços, com base nas atividades realizadas. Esta abordagem procura superar as limitações dos sistemas tradicionais de custeio, que muitas vezes distribuem custos indiretos de forma arbitrária. O funcionamento do Método ABC:

1. Identificação das Atividades: Determinam-se todas as atividades envolvidas no processo produtivo ou de prestação de serviços.
2. Atribuição de Custos às Atividades: Os custos indiretos são associados às atividades que os geram.
3. Determinação de Cost Drivers: São identificados os fatores que causam variação nos custos das atividades.
4. Alocação dos Custos aos Produtos ou Serviços: Com base no consumo de cada atividade pelos produtos ou serviços, os custos são alocados proporcionalmente.

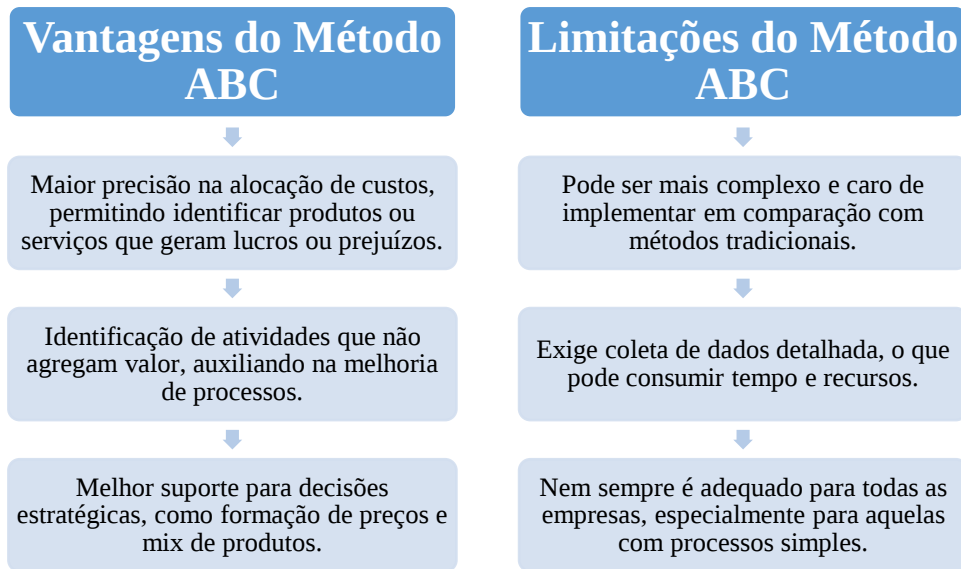


Figura 7 - Vantagens e desvantagens do Método ABC
Fonte: Elaboração Própria

1.6.5 Aplicações específicas dos Métodos ABC

Pressupõe-se a existência de atividades auxiliares e principais, às quais são imputados, se não a totalidade dos gastos incorporáveis, pelo menos os gastos indiretos aos ativos, produtos e serviços finais. No caso dos gastos diretos serem também imputados às atividades, já serão, através destas considerados nos ativos, bens e serviços finais, pelo que a parte final do esquema da Figura 8 não se aplica.

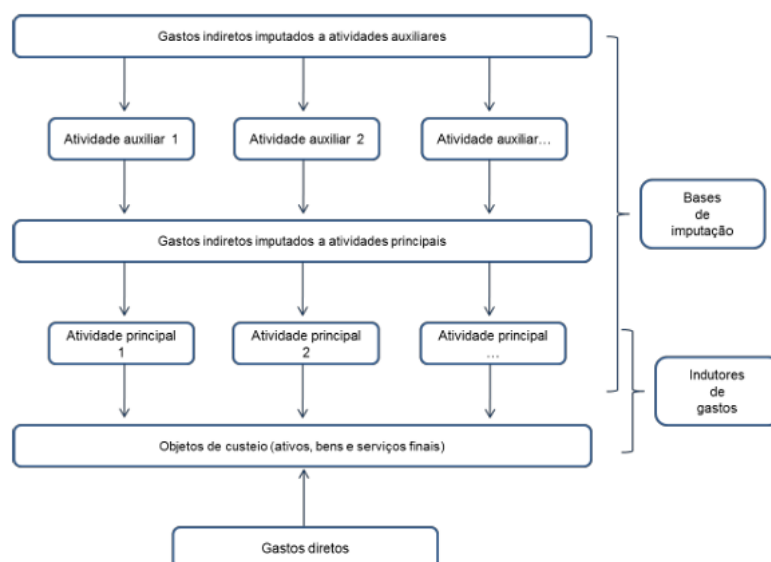


Figura 8 - Imputação dos gastos através do Sistema Baseado nas Atividades (ABC)

Fonte: Manual de Implementação do SNC-AP

1.6.6 Divulgações

O parágrafo 6 da NCP 27 refere que o sistema de contabilidade de gestão deve fornecer a informação necessária à elaboração de relatórios e mapas adequados à divulgação interna e externa dos custos, rendimentos e resultados em diferentes vertentes. No caso das autarquias locais, a NCP 27 refere que, devem ser obtidos mapas de informação, indicando o custo direto e indireto e respetivo rendimento associado (se existir), por cada: (nº 37 do ponto 6)

- a) Bem produzido ou serviço prestado;
- b) Função, unidade, departamento ou atividade;
- c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos.

Segundo o manual de implementação do SNC-AP, o relatório de gestão, deve ainda, incluir uma lista de indicadores operacionais de avaliação de desempenho, com base na contabilidade de gestão.

2 Metodologia

Este estudo adota uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas para uma compreensão abrangente da implementação da contabilidade de gestão no Município de Cantanhede. Esta estratégia permite cruzar dados financeiros concretos com testemunhos diretos dos responsáveis municipais, proporcionando uma visão integrada dos desafios e benefícios do processo.

A abordagem qualitativa concentrou-se em investigar as perceções, experiências e opiniões dos membros envolvidos na implementação da contabilidade de gestão, proporcionando uma compreensão aprofundada dos aspetos subjetivos (Creswell, 2013; Denzin e Lincoln, 2011). Por sua vez, a abordagem quantitativa possibilita a mensuração objetiva dos impactos financeiros através da análise de indicadores económicos e orçamentais (Babbie, 2013; Bryman, 2016).

Relativamente à recolha de dados, utilizaram-se dois instrumentos principais. Primeiramente, realizaram-se entrevistas com funcionários municipais, dirigentes e responsáveis políticos, com o objetivo recolher perceções detalhadas sobre as práticas e dificuldades associadas à implementação da contabilidade de gestão (Creswell, 2013; Flick, 2014). Por fim, procedeu-se à análise documental, que envolveu a revisão de relatórios financeiros, planos orçamentais e outros documentos internos, possibilitando identificar alterações nos procedimentos financeiros e avaliar a correspondência entre as metas estabelecidas e os resultados alcançados (Yin, 2014).

3 Caracterização do Município de Cantanhede

Neste capítulo realizar-se-á a caracterização do Município de Cantanhede, objeto da implementação deste projeto. Localizado na região Centro de Portugal, Cantanhede apresenta uma dinâmica singular, combinando características rurais e urbanas. Além disso, a sua localização estratégica e as políticas municipais de incentivo ao desenvolvimento local fazem de Cantanhede um espaço relevante para a aplicação de projetos voltados para a coesão territorial e inovação social.

3.1 Apresentação e Localização Geográfica

O Município de Cantanhede integra as autarquias locais, constituído pelo órgão executivo (a Câmara Municipal, representada pela Presidente, Vice-Presidente e pelos Vereadores) e pelo órgão deliberativo (a Assembleia Municipal, constituída pelos membros eleitos e pelos Presidentes de Junta de Freguesia do concelho).

Cantanhede é considerado o maior concelho do Distrito de Coimbra, apresentando uma área de cerca de 400km², e localizando-se no centro de um triângulo geográfico de notória importância económica (Município de Cantanhede, 2020). Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2022, a área territorial do concelho rondava os 391km² e a população deste município era de 34.916 habitantes, onde 52% pertencem ao género feminino e 48% ao masculino.



Figura 9 - Brasão de Armas e Bandeira da cidade de Cantanhede

Fonte: Município de Cantanhede, 2012. Disponível em <https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/pagina/695/Heraldica-do-Municipio>

Este concelho exhibe características atlânticas e mediterrânicas e confronta com os municípios de Mira, Vagos e Oliveira do Bairro (a norte), Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Coimbra (a sul) e Anadia e Mealhada (a nascente). Cantanhede integra quatorze freguesias, num total de 168 povoações, são elas: Ançã, Cadima, Cantanhede e Pocariça, Cordinhã, Covões e Camarneira, Febres, Murte, Ourenã, Portunhos e Outil, Sanguinheira, São Caetano, Sepins e Bolho, Tocha e Vilamar e Corticeiro de Cima (Município de Cantanhede, 2020). Estas características encontram-se refletidas na imagem abaixo.

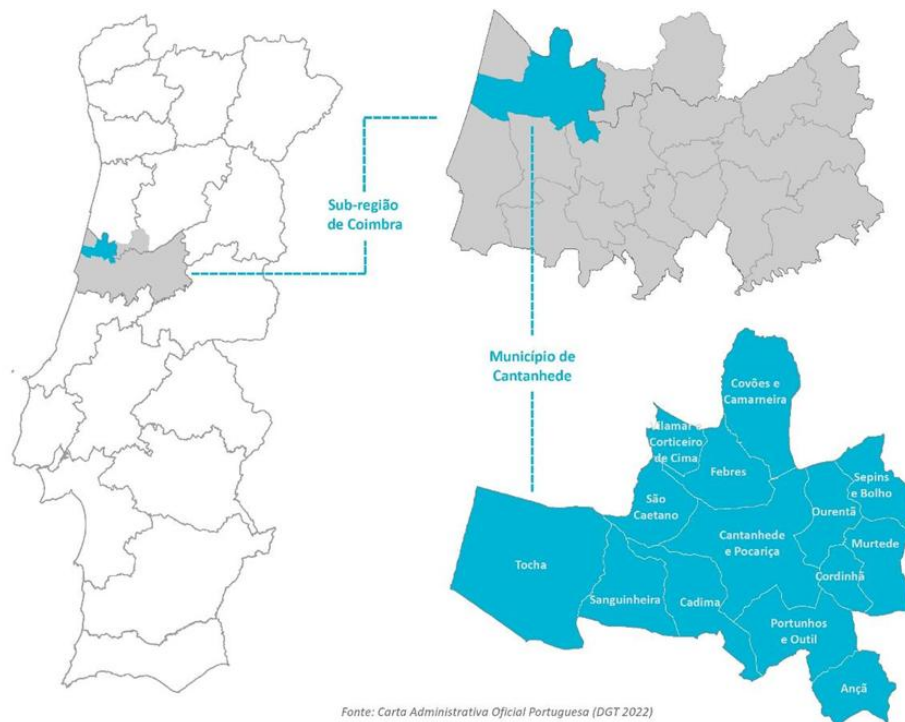


Figura 10 - Mapa Geográfico do concelho de Cantanhede

Fonte: Município de Cantanhede, 2020. Disponível em: <https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/pagina/807/Juntasde-Freguesia>. Acesso em 08/02/2025.

A cidade de Cantanhede é rodeada por uma paisagem vinhateira, sendo que o vinho da região é reconhecido internacionalmente devido ao seu sabor característico, tal como, a sua rica tradição gastronómica apresentada em restaurantes de referência (Plano Municipal de Ação Climática, 2024).

O concelho tem vindo a evoluir demograficamente e economicamente, sendo referência na região pelos serviços que disponibiliza. A nível económico denota-se um forte investimento municipal no reforço dos fatores de atratividade para instalação de empresas, nomeadamente nas quatro zonas industriais (Cantanhede, Murte, Tocha e Febres) muito bem dimensionadas e com excelente enquadramento urbano dos lotes (Município de Cantanhede, 2020).

3.2 Estrutura Organizacional: Organização, Atribuições e Competências do Município de Cantanhede

Os Paços do Concelho, onde se situa a Câmara Municipal de Cantanhede, estão localizados na Praça Marquês de Marialva. Esta autarquia integra a Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra que integra uma série de municípios, constituída ao abrigo da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tendo por base o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede, o Despacho n.º 7949/2020, de 10 de julho, é relevante elencar a matriz organizacional da estrutura hierarquizada composta por:

- 4 Departamentos Municipais (Unidades Orgânicas Nucleares de 1.º Grau);
- 15 Divisões Municipais (Unidades Orgânicas Flexíveis de 2.º Grau);
- 4 Serviços Municipais (Unidades Flexíveis de 3.º Grau);
- 12 Secções (Subunidades Orgânicas).

De acordo com o mapa de pessoal do município de Cantanhede, em 31 de dezembro de 2024 eram 533 os trabalhadores distribuídos pelas seguintes categorias:

Dirigentes	17
Técnico Superior	117
Assistente Técnico	104
Assistente Operacional	279
Informática	6
Outros	10
Total	533

*Tabela 2 - Mapa do Pessoal do Município de Cantanhede
Fonte: Elaboração própria (adaptado do Balanço Social 2024)*

No edifício sede da Câmara centram-se a maioria dos serviços, no entanto alguns dos seus departamentos/divisões encontram-se localizados noutros pontos da cidade, como acontece com a Divisão da Educação e Juventude, a Divisão da Ação Social, a Biblioteca Municipal, o Armazém Municipal, entre outros. Veja-se no Anexo 1 o Organograma da Câmara Municipal de Cantanhede. Esta estrutura híbrida permite à Câmara Municipal de Cantanhede responder de forma mais eficaz às necessidades da comunidade, promovendo uma administração mais transparente e eficiente.

A desagregação funcional é um princípio fundamental na contabilidade pública, especialmente no contexto da NCP 27, que estabelece os requisitos para a contabilidade de gestão nas administrações públicas. Este princípio implica a classificação detalhada das despesas e receitas de acordo com as funções ou atividades específicas que as geram, permitindo uma análise mais precisa dos custos e rendimentos associados a cada área de atuação da entidade pública. No contexto da Câmara Municipal de Cantanhede, a estrutura organizacional pode ser analisada à luz da NCP 27 da seguinte forma (Anexo 2).

3.3 A composição da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal

As competências da Assembleia Municipal encontram-se estabelecidas na Lei nº5-A/2002, de janeiro, bem como no Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais). A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município de Cantanhede, sendo constituída por 21 membros pelo colégio eleitoral do Município e por 14 Presidentes de Juntas de Freguesia do concelho. A Câmara Municipal de Cantanhede, como órgão executivo colegial do Município, é constituída pela Presidente e 6 Vereadores, 3 com Pelouros em Regime de Permanência a Tempo Inteiro e 3 sem Pelouros. A Câmara Municipal pode delegar as suas competências na Presidente, nos termos e com as exceções previstas no nº 1 do art. 34º do RJAL, com possibilidade de subdelegações em qualquer um dos vereadores.

3.4 Análise da Prestação de Contas do Município de Cantanhede no Âmbito da Contabilidade de Gestão

Em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27), prevista no Anexo II do Decreto-Lei n.º 192/2015, esta vertente contabilística tem como objetivo estruturar, organizar e divulgar informação sobre custos, receitas e resultados, com foco tanto nos processos internos de gestão como nos mecanismos externos de prestação de contas. Neste contexto, o Município de Cantanhede, cumprindo as obrigações legais e adotando boas práticas de gestão pública, apresenta na sua prestação de contas de 2023 dados significativos no âmbito da contabilidade de gestão, destacando-se a desagregação dos custos por função. A relevância destes dados reforça a necessidade de recorrer a metodologias mais precisas de apuramento de custos e rendimentos, como o método ABC, que possibilitem a sua afetação a atividades ou projetos concretos.

Contudo, importa salientar que, ao longo dos últimos anos, o Município manteve uma abordagem essencialmente estática, centrando-se na mera apresentação do quadro de custos por função. Esta prática, sem uma evolução notória na utilização efetiva da contabilidade de gestão como ferramenta analítica e estratégica, revela uma oportunidade ainda por explorar no que diz respeito ao seu potencial informativo e ao apoio qualificado à tomada de decisão.

Após a análise crítica efetuada e com base nas oportunidades de melhoria anteriormente identificadas, o Município de Cantanhede promoveu um conjunto de ajustamentos significativos ao nível da contabilidade de gestão. Inspirado neste projeto de implementação e na necessidade de reforçar o papel analítico desta ferramenta, a prestação de contas referente ao exercício de 2024 passou a incluir uma diversidade mais alargada de quadros de suporte. Destacam-se, entre outros, a análise da distribuição dos custos por funções e a análise da distribuição dos rendimentos por funções, evidenciando um progresso na abordagem adotada. Estes desenvolvimentos representam um passo relevante no sentido da valorização da contabilidade de gestão como instrumento de apoio à decisão, responsabilização e transparência, alinhando-se com os princípios orientadores da NCP 27 e com as boas práticas da gestão pública moderna.

3.4.1 Análise Evolutiva da Informação Disponibilizada

A análise comparativa dos documentos de prestação de contas do Município de Cantanhede, referentes aos exercícios de 2023 e 2024, evidencia avanços significativos na divulgação da informação contabilística de gestão. Estes progressos manifestam-se na melhoria da estruturação dos dados, no enriquecimento dos elementos gráficos e das tabelas, no aprofundamento das análises realizadas, na ampliação da abrangência da informação disponibilizada e numa maior adequação às necessidades dos diversos stakeholders. Seguidamente, procede-se à análise detalhada desta evolução:

Elementos de Análise		Prestação de Contas 2023	Prestação de Contas 2024	Evolução Observada
Estrutura de Apresentação	Introdução teórica	Básica, com explicação sucinta da NCP 27	Mais detalhada, enfatizando tanto a vertente interna como externa	Maior contextualização e fundamentação
	Segmentação da análise	Limitada à distribuição de custos	Estruturada em múltiplas seções: custos, rendimentos e resultados	Abordagem mais completa e multidimensional
	Gráficos	0 gráficos	3 gráficos	Introdução de representação visual dos dados
	Tabelas principais	1 tabela (Quadro 56)	3 tabelas (Quadros 25, 26 e 27)	Maior facilidade de interpretação e visualização
	Contextualização económica	Ausente	Presente ("contexto de guerra e com a inflação ainda elevada")	Melhor enquadramento das tendências observadas
Conteúdo Analítico	Análise de custos por função	Quadro 56 - Apresentação básica dos custos por função	Quadro 25 - Apresentação mais detalhada, com distinção clara entre custos diretos e indiretos	Maior detalhe analítico e melhor estruturação
	Análise de rendimentos por função	Ausente	Presente	Nova dimensão analítica
	Análise de resultados	Ausente	Quadro 27 - Análise da distribuição dos custos e rendimentos por função, calculando resultados (diferença)	Nova dimensão analítica permitindo avaliar superávits e déficits por função
	Análise plurianual	Ausente	Quadro 26 - Evolução dos custos por função nos últimos 4 anos (2021-2024)	Nova perspetiva temporal, permitindo análise de tendências
Detalhamento Técnico	Custos diretos vs indiretos	Não destacado	Destacado (98% vs 2%)	Novo foco analítico
	Custos não incorporáveis	173.660,65€	1.116.967,31€	Maior transparência
	Amortizações não incorporáveis	81.470,69€	4.247.378,37€	Maior transparência
	Gastos não lançados na CG	Não mencionados	29.826,35€	Nova categoria analítica
Utilidade da Informação	Suporte à tomada de decisão	Mencionado, sem exemplos práticos	Enfatizado, com exemplos concretos	Maior orientação prática
	Transparência e prestação de contas	Abordagem limitada	Referência explícita como objetivo	Maior alinhamento com princípios de governança

Tabela 3 - Tabela Comparativa da Evolução da Contabilidade de Gestão na Prestação de Contas (2023 vs 2024)

Fonte: Elaboração Própria

A evolução observada entre 2023 e 2024 evidencia uma crescente maturidade na implementação da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, refletindo a transformação da contabilidade de gestão de uma mera exigência legal para uma ferramenta efetiva de apoio à gestão e de promoção da transparência pública, em alinhamento com os objetivos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Este progresso demonstra o compromisso do Município de Cantanhede com a consolidação da transparência e da responsabilidade na gestão pública. A Prestação de Contas de 2024 reforça esta orientação, ao destacar que a contabilidade de gestão contribui "para a prestação de contas e para a transparência na Administração Pública", ultrapassando o seu papel tradicional como instrumento de controlo interno.

A utilização de elementos visuais, como gráficos, e o incremento do nível de detalhe das análises apresentadas facilitam a interpretação da informação por diversos stakeholders, incluindo cidadãos sem formação especializada em contabilidade, promovendo, assim, a accountability pública.

No âmbito da prática profissional, o caso do Município de Cantanhede constitui um exemplo concreto de como a qualidade da informação contabilística de gestão pode ser aperfeiçoada, oferecendo uma referência potencial para outros municípios que se encontrem em processos de evolução similares.

4 Elaboração do Projeto

Neste capítulo será abordado tudo o que se refere ao Trabalho de Projeto, principalmente no que concerne ao trabalho de campo para a sua implementação e às adversidades encontradas.

4.1 Diagnóstico Inicial e Necessidades Identificadas

A implementação da contabilidade de gestão no Município de Cantanhede foi conduzida a partir de um diagnóstico inicial que evidenciou lacunas significativas no planeamento orçamental. Antes desta implementação, foi identificada uma oportunidade para fortalecer os mecanismos de controlo interno e aprimorar a eficiência financeira da autarquia. Com o acompanhamento detalhado dos custos associados aos diversos departamentos e projetos, tornou-se possível reduzir desperdícios e minimizar sobrecargas financeiras. Esta ótica sustenta as constatações de Drury (2018), que destaca a importância de uma análise detalhada dos custos para a eficácia da gestão financeira.

O diagnóstico permitiu apontar as seguintes necessidades:

Integração de Sistemas

Atualmente, os municípios que utilizam a AIRC contam apenas com um Módulo de Contabilidade de Gestão no programa SNC, o qual, quando aliado ao GES e ao OAD, já proporciona resultados analíticos bastante relevantes. Dessa forma, fortalecer essa integração não só potencializa os benefícios já obtidos por meio desses módulos, como também amplia a capacidade de análise e tomada de decisão, garantindo que os dados fluam de maneira mais eficiente e consistente entre as diferentes aplicações.

Padronização e Automação de Processos

Implementar procedimentos uniformes que permitam a consolidação e o monitoramento eficaz dos dados financeiros.

Formação da equipa

A colaboração com a AIRC, em particular com a Dr^a Gilda Melo, impulsionou a implementação de um plano de desenvolvimento da equipa. Essa iniciativa investe na formação contínua dos colaboradores para otimizar o uso das novas ferramentas e aprimorar a tomada de decisões, tendo sido estabelecida como resposta às deficiências identificadas no sistema de contabilidade de gestão.

*Figura 11 - Necessidades Identificadas no Município de Cantanhede
Fonte: Elaboração Própria*

Com base neste diagnóstico inicial, formulou-se um plano estratégico que moderniza a contabilidade de gestão, promovendo maior eficiência e um uso mais racional dos recursos da autarquia. Para o funcionamento eficiente da contabilidade de gestão, é essencial considerar que as seguintes aplicações estão interligadas:

- Financeira (SNC) - Efetua a correta gestão do plano de contas da classe 9, conforme necessidades específicas da autarquia;
- Materiais (GES) - Possibilita a ligação entre custos ao ponto das requisições internas;
- Pessoal (SGP) - A gestão do pessoal possibilita o cálculo do custo/hora por cada funcionário;
- Património (SNP) - A gestão do imobilizado apresenta a função de calcular as amortizações associadas a cada bem;
- Máquinas e Viaturas (OAD) - A gestão efetuada ao nível das máquinas e viaturas tem a função de registar todos os custos diretos associados à aquisição de cada uma das máquinas e respetivos serviços prestados pelas mesmas;
- Obras Municipais - Estão encarregues de efetuar o registo de todos os custos despendidos com as obras através de administração direta, atividades ou intervenções.

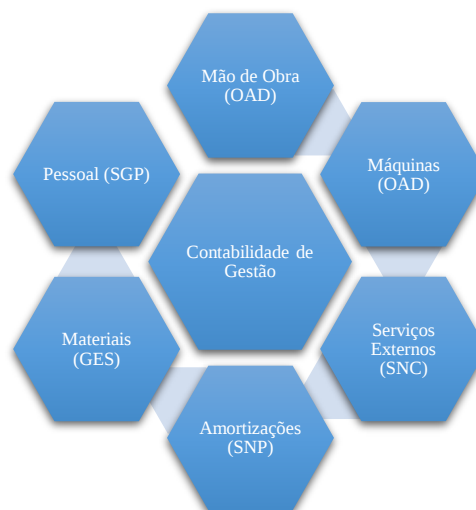


Figura 12 - Aplicações da AIRC para uma Contabilidade de Gestão Eficiente

Fonte: Elaboração Própria

4.1.1 Fase nº 1: Elaboração e Formalização de Procedimentos

A primeira fase consistiu na elaboração de um manual que detalha os procedimentos para realizar as reconciliações de todos os documentos registados na receita e na despesa, bem como para proceder ao seu fecho mensal.

4.1.2 Fase nº 2: Elaboração e classificação da Tabela dos Bens e Serviços e criação de Centros de Responsabilidade

A criação e organização de uma tabela de bens e serviços na contabilidade de gestão municipal é crucial para uma gestão financeira eficiente e transparente. Este processo envolve a identificação, categorização e atribuição de custos aos diversos bens e serviços fornecidos pela autarquia, facilitando a tomada de decisões informadas e a definição de políticas públicas adequadas. Para tal, foi essencial listar todos os bens e serviços oferecidos pelo município e agrupar os mesmos de acordo com as funções municipais estabelecidas como a educação, a saúde, a cultura, entre outros. Essa organização é fundamental para determinar os custos associados a cada área de atuação da autarquia.

Aliado à criação da Tabela de Bens e Serviços (Anexos 4 e 5), desenvolveu-se uma tabela para os centros de responsabilidade, inspirada no plano de classificação funcional. Contudo, a definição desses centros expandiu-se para além das classificações puramente funcionais, incorporando a delegação de competências nas áreas de educação, ação social e saúde. Além disso, no que diz respeito à função dos transportes rodoviários, esse centro de responsabilidade decompôs-se por juntas de freguesia do concelho. Esta abordagem permite uma análise mais abrangente e detalhada dos gastos e rendimentos, alinhando a gestão orçamental à realidade das competências delegadas e facilitando a tomada de decisão estratégica na autarquia, enquanto a segmentação por juntas de freguesia proporciona uma alocação mais precisa dos custos, considerando as especificidades de cada unidade territorial (veja-se no Anexo 3).

4.1.3 Fase nº 3: Reconciliação de Documentos de Receita e Despesa

A implementação de procedimentos da reconciliação financeira é essencial para garantir a precisão e transparência dos registos contabilísticos do município. Este processo envolve a definição de etapas claras para a verificação e validação de todos os documentos relacionados com receitas e despesas (classes 6 e 7), garantindo que cada transação seja devidamente registada e categorizada. A determinação da periodicidade das reconciliações (diária, semanal ou mensal) e a calendarização de prazos para a sua conclusão garante atualizações financeiras regulares. Além disso, a definição de métodos de documentação e práticas de arquivo dos processos de reconciliação facilita auditorias e consultas futuras, promovendo a transparência e a confiança nos relatórios financeiros municipais.

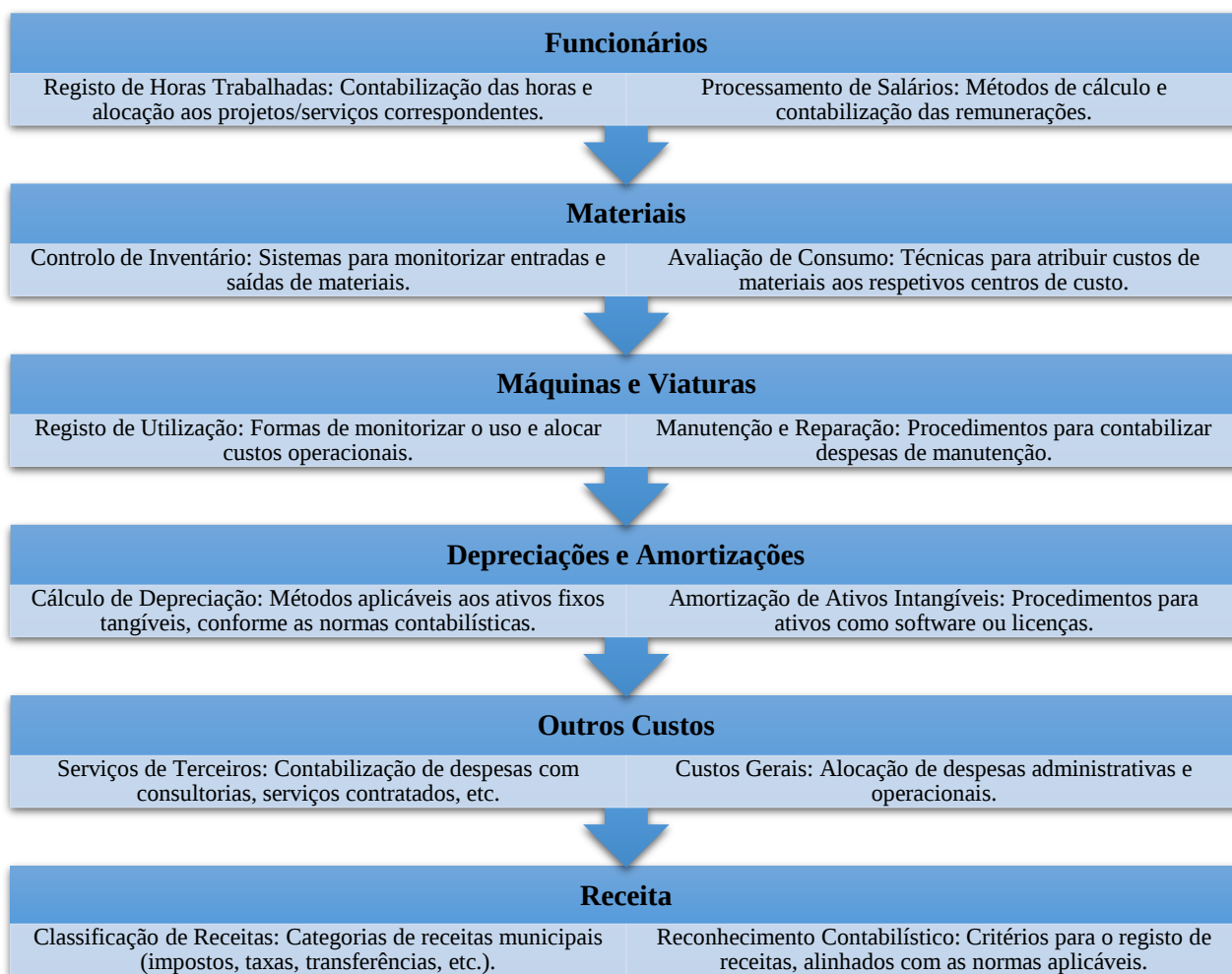


Figura 13 - Procedimentos de Reconciliação da Despesa e da Receita
Fonte: Elaboração Própria

4.1.4 Fase nº 4: Encerramento Mensal da Contabilidade de Gestão

Este encerramento mensal inclui uma “Checklist de Fecho”, composta por uma lista de verificação que contempla todas as tarefas essenciais ao processo, bem como os mapas e relatórios de análise correspondentes.

A NCP 27 (Norma de Contabilidade Pública 27) estabelece requisitos específicos no âmbito da contabilidade de gestão para entidades públicas, exigindo a produção de informação detalhada sobre custos por funções, atividades, programas, objetivos e bens e serviços (Tribunal de Contas, 2016). Com base nessa norma, o modelo proposto para o Município de Cantanhede cumpre os requisitos legais, garantindo a elaboração dos seguintes mapas obrigatórios:

- Mapas por Funções: Balancetes que evidenciam os gastos e receitas por função (educação, saúde, infraestrutura, etc.);
- Mapas por Atividades;
- Mapas por Bens e Serviços;
- Mapas de Custos Diretos e Indiretos;
- Mapas de Demonstração de Resultados por Funções e por Atividades.

Para além dos requisitos mínimos definidos pela NCP 27, a estrutura dos objetos de custo adoptada permitirá igualmente a produção de informação complementar de apoio à gestão interna, nomeadamente através da elaboração de mapas por centros de responsabilidade.

4.2 Fases de Implementação

Após a implementação definitiva da contabilidade de gestão, de acordo com as possibilidades dos sistemas da AIRC, tornou-se crucial definir o caminho para converter a contabilidade atual do município de Cantanhede para o método ABC.

A transformação da contabilidade de gestão nesta autarquia local segundo o método ABC envolveu, primeiramente, um diagnóstico aprofundado dos processos e das atividades existentes. Isto significa reclassificar as despesas, que anteriormente eram

lançadas por natureza (como salários, energia elétrica e manutenção), para agrupá-las em categorias de atividades específicas. Por exemplo, os custos podem ser reorganizados de forma a separar os gastos com manutenção urbana, limpeza, iluminação pública e atendimento administrativo.

Após esse reagrupar dos custos, o próximo passo foi identificar e definir os *cost drivers* que correspondem às variáveis que melhor refletem o consumo de recursos em cada atividade. Definir indutores de custo no município apresenta desafios significativos, dada a diversidade e complexidade dos serviços públicos oferecidos. Nas autarquias locais coexistem várias áreas, tais como a educação, a saúde, os transportes, a manutenção urbana e a gestão ambiental, nas quais os custos não se comportam de maneira uniforme, dificultando, assim, a identificação de indicadores que reflitam de forma consistente o consumo de recursos em cada atividade.

Assim, a implementação do modelo ABC (Activity-Based Costing) no Município de Cantanhede segue uma metodologia estruturada em seis fases sequenciais, fundamentadas cientificamente:

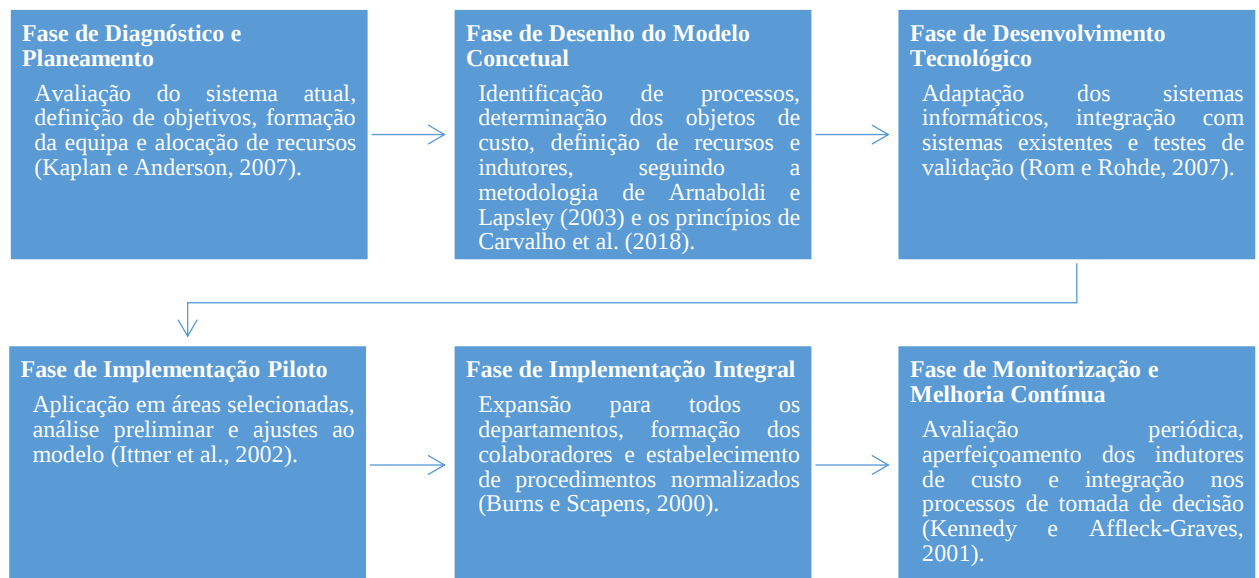


Figura 14 - Fases de Implementação
Fonte: Elaboração Própria

4.3 Proposta de Implementação

Com a contabilidade de gestão já implementada no município, a adoção da NCP 27 permitirá a reclassificação dos gastos, proporcionando uma visão mais analítica e detalhada dos custos associados a cada atividade e serviço público. Esta norma orienta a estruturação e desenvolvimento de sistemas de contabilidade de gestão, garantindo que as informações financeiras reflitam com precisão os recursos consumidos na prestação de serviços à comunidade.

A conceção de um modelo ABC para uma autarquia local exige uma adaptação cuidadosa dos princípios gerais do método às especificidades da gestão pública municipal. Como referido por Kaplan e Cooper (1998), o ABC foi originalmente concebido para contextos empresariais, visando ultrapassar as limitações dos sistemas tradicionais de custeio, sobretudo em ambientes complexos e multifuncionais. A sua aplicação ao setor público, embora mais recente, tem vindo a ganhar expressão, requerendo, no entanto, ajustamentos dos seus princípios fundamentais tendo em conta a ausência de finalidade lucrativa, a multiplicidade de objetivos e as exigências de accountability que caracterizam este setor (Carvalho et al., 2018).

Neste contexto, o desenho do modelo ABC para o Município de Cantanhede seguirá a metodologia proposta por Arnaboldi e Lapsley (2003), adaptada à realidade autárquica portuguesa, e será composto por cinco etapas fundamentais: (1) identificação e caracterização dos processos e atividades; (2) determinação dos objetos de custo; (3) definição dos recursos e respetivos indutores de custo; (4) definição dos indutores de atividades; e (5) validação do modelo concetual.

4.3.1 Identificação e caracterização dos processos e atividades

Os processos do Município de Cantanhede serão estruturados em três níveis hierárquicos:

- i. Macroprocessos: Grandes áreas funcionais da autarquia, alinhadas com a sua estrutura orgânica e missões fundamentais.
- ii. Processos: Conjuntos de atividades relacionadas que transformam inputs em outputs, com valor acrescentado.

- iii. Atividades: Unidades básicas de trabalho que consomem recursos e contribuem para os processos.

Com base na análise preliminar da estrutura orgânica do Município de Cantanhede e nos estudos de Carvalho et al. (2018) sobre as atividades típicas das autarquias portuguesas, propõe-se a seguinte estrutura inicial de macroprocessos:

Administração Geral

- Processo 1.1: Gestão Executiva e Apoio aos Órgãos Autárquicos
- Processo 1.2: Gestão Administrativa e de Recursos Humanos
- Processo 1.3: Gestão Financeira, de Armazém e Patrimonial
- Processo 1.5: Gestão de Sistemas de Informação e de Qualidade
- Processo 1.6: Comunicação, Relações Públicas e Promoção do Turismo

Desenvolvimento Territorial e Urbanismo

- Processo 2.1: Ordenamento do Território
- Processo 2.2: Fiscalização Urbanística
- Processo 2.3: Gestão de Projetos Urbanísticos
- Processo 2.4: Gestão de Informação Geográfica
- Processo 2.5: Licenciamento Urbanístico
 - 1) Atividade 2.5.1: Receção e verificação preliminar de processos
 - 2) Atividade 2.5.2: Análise técnica de projetos de arquitetura
 - 3) Atividade 2.5.3: Análise técnica de projetos de especialidades
 - 4) Atividade 2.5.4: Consulta a entidades externas
 - 5) Atividade 2.5.5: Emissão de pareceres técnicos
 - 6) Atividade 2.5.6: Cálculo de taxas urbanísticas
 - 7) Atividade 2.5.7: Emissão de alvarás e licenças
 - 8) Atividade 2.5.8: Gestão de garantias bancárias
 - 9) Atividade 2.5.9: Vistorias e inspeções

Infraestruturas e Serviços Urbanos

- Processo 3.1: Construção e Manutenção de Infraestruturas Viárias
- Processo 3.2: Manutenção de Espaços Públicos e Verdes
- Processo 3.3: Gestão da Mobilidade e Transportes

Desenvolvimento Social e Cultural

- Processo 4.1: Gestão de Equipamentos Educativos
- Processo 4.2: Gestão de Equipamentos Culturais
- Processo 4.3: Gestão de Equipamentos Desportivos
- Processo 4.4: Ação Social
- Processo 4.5: Promoção da Saúde Pública
- Processo 4.6: Gestão de Eventos e Atividades Culturais

Desenvolvimento Económico e Inovação

- Processo 5.1: Apoio ao Empreendedorismo e Empresas
- Processo 5.2: Iluminação Pública e Eficiência Energética
- Processo 5.3: Gestão de Mercados e Feiras
- Processo 5.4: Captação de Investimento
- Processo 5.5: Projetos de Inovação e Desenvolvimento

Proteção Civil

- Processo 6.1: Prevenção de Riscos
- Processo 6.2: Gestão de Planos de Emergência

Figura 15 - Atividades com mais ênfase no Município de Cantanhede

Fonte: Elaboração Própria

A título exemplificativo, detalha-se o desdobramento do Processo 2.5 (Licenciamento Urbanístico) em atividades. Para cada atividade identificada, será elaborada uma ficha técnica contendo:

- Descrição detalhada;
- Inputs e outputs;
- Recursos tipicamente consumidos;
- Potenciais indutores de custo;
- Legislação e regulamentação aplicável;
- Interações com outras atividades.

A identificação e delimitação das atividades no contexto municipal requer critérios claros para evitar excessiva fragmentação ou, inversamente, atividades demasiado agregadas que não permitam uma alocação precisa de custos (Kaplan e Anderson, 2007). Assim, serão aplicados os seguintes critérios na delimitação das atividades do Município de Cantanhede:

1. Homogeneidade: As atividades devem agrupar tarefas homogéneas em termos de consumo de recursos e comportamento de custos.
2. Materialidade: Atividades com consumo de recursos materialmente relevante justificam tratamento individualizado, enquanto atividades de menor expressão podem ser agregadas.
3. Controlabilidade: Preferencialmente, as atividades devem corresponder a unidades de trabalho cuja responsabilidade pela gestão e controlo seja claramente atribuível.
4. Mensurabilidade: Deve ser possível medir o volume ou intensidade da atividade através de indutores adequados.
5. Estabilidade temporal: As atividades definidas devem apresentar estabilidade ao longo do tempo para permitir comparabilidade.
6. Relevância para a gestão: A estrutura de atividades deve fornecer informação útil para a tomada de decisão, evitando o excesso de detalhe sem valor acrescentado. Aplicando estes critérios, estima-se que o modelo para o Município de Cantanhede compreenderá entre 150 a 200 atividades,

número considerado de gerir por Arnaboldi e Lapsley (2003) para municípios de média dimensão, sem comprometer a precisão da informação de custos.

As atividades identificadas serão classificadas segundo múltiplas dimensões, permitindo análises diferenciadas consoante as necessidades de informação (Brimson e Antos, 1999):

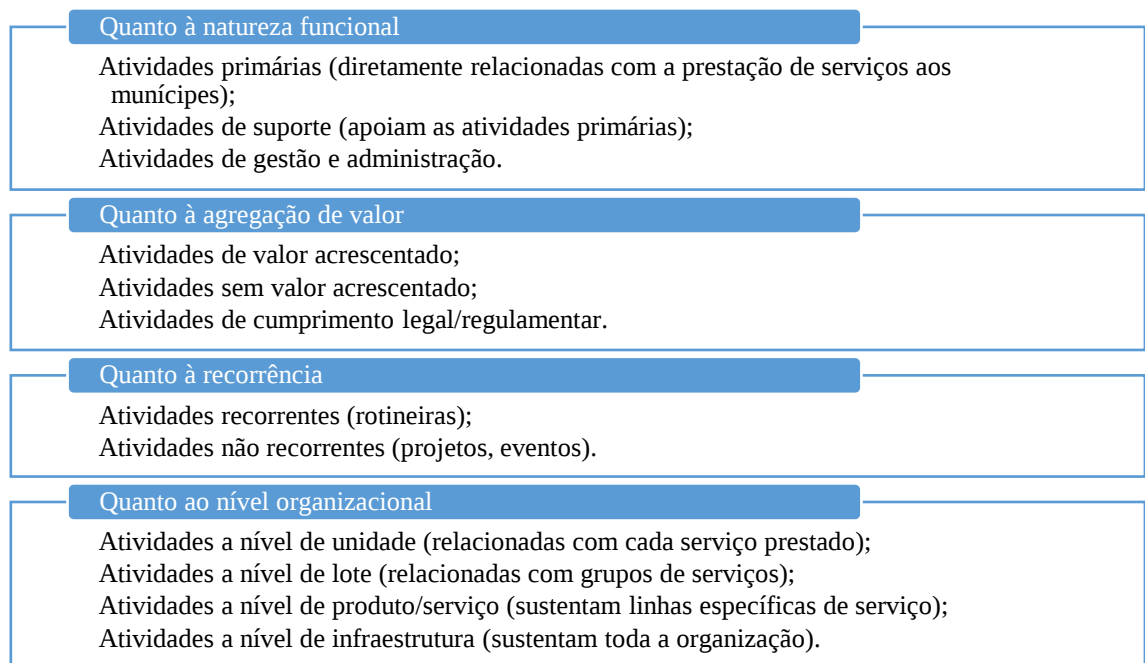


Figura 16 - Dimensões de Classificação das Atividades em Contexto Organizacional

Fonte: Adaptado de Brimson e Antos, 1999

Esta classificação multidimensional permitirá análises mais ricas, possibilitando, por exemplo, identificar atividades sem valor acrescentado, mas legalmente obrigatórias, ou distinguir custos estruturais de custos operacionais. Para o Município de Cantanhede, propõe-se a estruturação dos objetos de custo em múltiplos níveis, permitindo análises com diferentes graus de agregação, conforme recomendado por Carvalho et al. (2018):



Figura 17 - Estrutura multinível dos Objetos de Custo do Município de Cantanhede

Fonte: Elaboração própria

Esta estrutura multinível permitirá responder a diferentes questões de gestão, como "Quanto custa o serviço X?", "Qual o custo total da função Y?", "Quanto custa manter o equipamento Z?", ou "Qual o custo dos serviços prestados na freguesia W?".

4.3.2 Determinação dos Objetos de Custo

Considerando as características específicas do Município de Cantanhede e as áreas de intervenção identificadas como prioritárias no seu Plano Estratégico, propõe-se o seguinte conjunto inicial de objetos de custo para implementação do ABC:

1. Serviços Urbanos e Ambientais
 - a. Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (por circuito)
 - b. Limpeza urbana (por área/zona)
 - c. Manutenção de espaços verdes (por jardim/parque)
 - d. Abastecimento de água (por sistema)
 - e. Tratamento de águas residuais (por ETAR)
2. Serviços de Gestão Urbanística

- a. Licenciamento de obras particulares (por tipo de processo)
 - b. Elaboração e revisão de planos municipais (por plano)
 - c. Fiscalização urbanística (por ação)
 - d. Emissão de certidões e pareceres (por tipo)
3. Equipamentos e Infraestruturas Culturais
 - a. Biblioteca Municipal
 - b. Museu da Pedra
 - c. Museu de Arte e do Colecionismo de Cantanhede
4. Equipamentos e Infraestruturas Desportivas
 - a. Piscinas Municipais
 - b. Pavilhão Desportivo "Os Marialvas"
 - c. Parque Desportivo de Cantanhede
 - d. Parque Desportivo de Febres
 - e. Parque Desportivo de Ançã
 - f. Parque Desportivo da Tocha
5. Eventos e Iniciativas Culturais
 - a. EXPOFACIC - Exposição/Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Cantanhede
 - b. Festival FOLK Cantanhede
 - c. Festas do Concelho
 - d. Outros eventos culturais relevantes
6. Serviços de Ação Social
 - a. Habitação social (por complexo habitacional)
 - b. Apoio à terceira idade (por programa)
 - c. Apoio à infância e juventude (por programa)
 - d. Apoio a famílias carenciadas (por tipologia de apoio)
7. Serviços Educativos
 - a. Rede de transportes escolares (por circuito)
 - b. Refeições escolares (por estabelecimento)
 - c. Atividades de enriquecimento curricular (por atividade)
 - d. Manutenção de estabelecimentos escolares (por estabelecimento)

Esta lista será refinada e validada junto dos responsáveis políticos e técnicos do município, garantindo que reflete adequadamente as prioridades da gestão e as necessidades de informação.

4.3.3 Definição dos recursos e respetivos indutores de custo

A metodologia ABC conceptualiza a alocação de custos como um processo sequencial bifásico: num primeiro momento, procede-se à atribuição dos recursos às atividades mediante a utilização de indutores de recurso (*resource drivers*); subsequentemente, os custos acumulados nas atividades são imputados aos objetos de custo através de indutores de atividade (*activity drivers*), conforme preconizado por Major e Vieira (2009). A precisão e adequação metodológica nesta primeira fase de alocação revela-se determinante para a fiabilidade e robustez global do sistema de custeio implementado.

Para o Município de Cantanhede, propõe-se uma taxonomia estruturada de recursos, fundamentada na literatura científica de referência (Rodrigues e Simões, 2012; Drury, 2018) e adaptada às particularidades e idiosincrasias das autarquias locais portuguesas:

1. Recursos Humanos
 - a. Remunerações base
 - b. Suplementos remuneratórios
 - c. Seguro de acidentes de trabalho
 - d. Formação profissional
 - e. Outros custos com pessoal
2. Recursos Materiais
 - a. Materiais de consumo administrativo
 - b. Materiais de consumo operacional
 - c. Peças e componentes para manutenção
 - d. Combustíveis e lubrificantes
 - e. Energia elétrica
 - f. Água
 - g. Outros materiais de consumo
3. Instalações e Infraestruturas
 - a. Amortização de edifícios
 - b. Manutenção e conservação de edifícios
 - c. Limpeza e higiene
 - d. Segurança e vigilância

4. Equipamentos
 - a. Amortização de equipamentos
 - b. Manutenção e reparação
 - c. Licenças de software
 - d. Aluguer/leasing de equipamentos
5. Viaturas e Máquinas
 - a. Amortização de viaturas e máquinas
 - b. Combustíveis
 - c. Manutenção e reparação
 - d. Seguros automóvel
6. Serviços Externos
 - a. Comunicações
 - b. Deslocações e estadas
 - c. Honorários
 - d. Serviços especializados contratados
 - e. Publicidade e propaganda
 - f. Outros serviços
7. Custos Financeiros
 - a. Juros de empréstimos
 - b. Comissões bancárias
 - c. Outros custos financeiros
8. Transferências e Subsídios Concedidos
 - a. Transferências para freguesias
 - b. Subsídios a associações culturais e desportivas
 - c. Apoios a famílias (extrema carência)
 - d. Outras transferências

A quantificação dos recursos consumidos pelo Município de Cantanhede será efetuada com base em diversas fontes de informação. Em primeiro lugar, recorrer-se-á à contabilidade financeira, utilizando os registos contabilísticos do município como fonte primária para apuramento dos custos. Adicionalmente, será utilizado o sistema de gestão de recursos humanos, que fornecerá dados detalhados sobre os encargos com o pessoal, incluindo a respetiva afetação funcional. Também o sistema de gestão patrimonial será

mobilizado, permitindo o acesso a informação relativa às amortizações de edifícios, equipamentos e viaturas. Paralelamente, serão considerados os registos de consumo, essenciais para a quantificação de consumos específicos, como eletricidade, água, combustíveis e materiais. Os registos operacionais fornecerão ainda dados relevantes sobre a utilização de equipamentos, viaturas e instalações. Para os recursos que não possam ser diretamente quantificados a partir dos sistemas existentes, serão desenvolvidos instrumentos específicos de recolha de informação, como folhas de registo de tempos ou formulários de afetação de recursos.

Os Indutores de recurso são as bases utilizadas para alocar os custos dos recursos às atividades (Drury, 2018). A seleção adequada de Indutores de recurso é crucial para assegurar a precisão do custeio, devendo refletir o mais fielmente possível a relação causal entre o consumo de recursos e a realização de atividades (Rodrigues e Simões, 2012). Para o Município de Cantanhede, propõem-se os seguintes Indutores de recurso, selecionados com base na literatura (Kaplan e Cooper, 1998; Major e Vieira, 2009) e adaptados às especificidades da organização:

Recursos	Indutor principal	Método de Recolha	Indutores alternativos
Recursos Humanos	Percentagem de tempo dedicado a cada atividade	Inquérito periódico aos colaboradores (trimestral ou semestral)	Número de funcionários alocados; número de transações/processos tratados
Recursos Materiais	Consumo direto (quando possível acompanhar)	Pedidos ao armazém com identificação da atividade	Estimativa de consumo baseada em rácios históricos
Instalações e Infraestruturas	Área ocupada (m ²) ponderada pelo tempo de utilização	Levantamento das áreas físicas e padrões de utilização	Nº de colaboradores; nº de postos de trabalho
Equipamentos	Horas de utilização do equipamento	Registos operacionais ou sistema de reserva de equipamentos	Nº de operações realizadas; capacidade consumida
Viaturas e Máquinas	Quilómetros percorridos ou horas de utilização	Folhas de serviço de viaturas; registos de tacógrafos	Número de deslocações; consumo de combustível
Serviços Externos	Identificação direta da atividade beneficiária (quando possível)	Requisições/contratos com identificação da finalidade	Proporção de tempo dedicado às atividades beneficiárias
Custos Financeiros	Relação direta com investimentos específicos (quando aplicável)	Análise dos contratos de financiamento	Proporção do valor dos ativos utilizados nas atividades
Transferências e Subsídios Concedidos	Atribuição direta à atividade relacionada	Análise das deliberações de atribuição	Não aplicável (geralmente são diretamente atribuíveis)

Tabela 4 - Seleção de Indutores de Recurso no Município de Cantanhede

Fonte: Elaboração Própria

Para operacionalizar de forma sistemática e estruturada a alocação dos recursos às atividades, desenvolver-se-á uma matriz de relação recursos-atividades, que permitirá representar graficamente as interligações entre as diferentes categorias de recursos e as atividades que os consomem, especificando adicionalmente os indutores utilizados para cada categoria de recurso. Esta matriz constitui-se como um instrumento analítico fundamental, permitindo visualizar e analisar padrões de consumo de recursos, identificar atividades particularmente intensivas em termos de utilização de recursos e potenciar a otimização da gestão dos recursos disponíveis (Rodrigues e Simões, 2012).

A Tabela 5 exemplifica o formato concetual desta matriz para um subconjunto ilustrativo de recursos e atividades do Município de Cantanhede:

Recursos	Atividade: Licenciamento Urbanístico	Atividade: Manutenção de Espaços Verdes	Atividade: Gestão de Equipamentos Culturais
Recursos Humanos	Percentagem de tempo dedicado	Percentagem de tempo dedicado	Percentagem de tempo dedicado
Materiais de Consumo	Consumo direto registado	Consumo direto registado	Consumo direto registado
Instalações	Área ocupada (m²) x tempo	Não aplicável	Área ocupada (m²) x tempo
Equipamentos Informáticos	Horas de utilização	Não aplicável	Horas de utilização
Viaturas	Não aplicável	Quilómetros percorridos	Quilómetros percorridos
Serviços Externos	Identificação direta	Identificação direta	Identificação direta

Tabela 5- Matriz Ilustrativa de Relação Recursos-Atividades

Fonte: Elaboração Própria

Esta matriz concetual será progressivamente desenvolvida e refinada durante a fase de implementação do projeto, incorporando a totalidade dos recursos e atividades identificados como relevantes no contexto operacional do município, bem como os respetivos indutores selecionados com base nos critérios metodológicos anteriormente explanados. A construção desta matriz possibilitará não apenas a operacionalização do sistema de custeio baseado em atividades, mas constituirá igualmente um instrumento de

análise estratégica dos padrões de consumo de recursos, fornecendo informação relevante para a tomada de decisão ao nível da gestão de recursos no contexto municipal.

4.3.4 Definição dos Indutores de Atividades

Os Indutores de atividade representam as medidas utilizadas para atribuir os custos das atividades aos objetos de custo finais (Drury, 2018). Constituem o segundo nível de alocação no método ABC e são fundamentais para captar a forma como os diferentes objetos de custo consomem as atividades realizadas pela organização (Kaplan e Cooper, 1998). A seleção adequada de Indutores de atividade é particularmente desafiante no contexto das autarquias locais, devido à natureza diversificada dos serviços prestados e à frequente dificuldade em estabelecer relações causais claras entre atividades e outputs (Arnaboldi e Lapsley, 2003). No entanto, como sublinhado por Gomes et al. (2011), a qualidade destes Indutores é determinante para a relevância e fiabilidade da informação produzida pelo sistema ABC.

No que concerne ao Município de Cantanhede, a definição e seleção dos indutores de atividade constituem-se como elementos fundamentais para a eficácia do sistema de custeio baseado em atividades. Esta seleção obedecerá a um conjunto de critérios metodológicos rigorosos, derivados da literatura científica especializada (Rodrigues e Simões, 2012; Major e Vieira, 2009) e adaptados às particularidades da gestão autárquica local. Estes critérios incluem: a causalidade, assegurando que os indutores refletem com precisão a relação entre atividades e objetos de custo; a mensurabilidade, possibilitando a obtenção de dados concretos e comparáveis; a disponibilidade de dados nos sistemas existentes ou viáveis de obter; a análise custo-benefício, considerando que o esforço da recolha de dados deve ser proporcional ao ganho da precisão dos mesmos; a compreensibilidade, facilitando o entendimento pelos colaboradores e a aceitação do sistema; a controlabilidade, privilegiando fatores que os gestores podem influenciar; e a neutralidade comportamental, evitando induzir práticas contraproducentes na pesquisa por otimização de métricas específicas.

No contexto da iluminação pública, por exemplo, pode-se considerar o uso do número de quilowatt-hora (kWh) consumidos ou a extensão das vias iluminadas (medida em metros ou quilômetros) como possíveis indutores de custo. Entretanto, fatores como

a intensidade da iluminação e as variações no consumo, decorrentes das condições climáticas ou do período do dia, podem complicar essa mensuração.

Da mesma forma, no setor de manutenção de vias, o município pode optar por utilizar o número de quilómetros de estrada mantidos ou a quantidade de reparações realizadas como indutores de custo. Contudo, a heterogeneidade das condições das vias, considerando variáveis como a idade, a qualidade de pavimentação e o volume de tráfego, pode dificultar a padronização num único indicador que represente de forma precisa o consumo de recursos.

Com base na listagem preliminar de atividades e nos critérios anteriormente definidos, propõem-se os seguintes Indutores de atividade para algumas das principais atividades do Município de Cantanhede:

Gestão Urbanística	Análise de processos de licenciamento: Horas técnicas dedicadas por processo
	Emissão de alvarás e certidões: Número de documentos emitidos
	Fiscalização de obras: Número de visitas de fiscalização
Gestão Ambiental	Manutenção de espaços verdes: Área mantida (m ²) ponderada pela complexidade
	Limpeza urbana: Quilómetros lineares de via limpa ou área (m ²) intervencionada
	Tratamento de águas residuais: Volume (m ³) tratado
Cultura e Desporto	Gestão de bibliotecas: Número de utilizadores ou horas de funcionamento
	Organização de eventos culturais: Número de participantes ou horas de evento
	Gestão de instalações desportivas: Horas de utilização das instalações
	Apoio associativo: Número de associações apoiadas (ponderado pelo tipo de apoio)
Educação e Ação Social	Transportes escolares: Quilómetros percorridos por circuito
	Gestão de refeições escolares: Número de refeições servidas
	Apoio social: Número de processos tratados (ponderados pela complexidade)
Serviços Administrativos	Atendimento geral ao cidadão: Tempo de atendimento
	Gestão documental: Número de documentos processados
	Gestão de recursos humanos: Número de funcionários geridos
Gestão Financeira e Patrimonial	Processamento de despesa: Número de documentos processados
	Gestão de receita: Número de operações de cobrança
	Gestão de tesouraria: Volume financeiro movimentado
Gestão de Sistemas de Informação	Suporte técnico aos utilizadores: Número de pedidos de suporte
	Manutenção de sistemas: Número de sistemas sob gestão
	Gestão de infraestrutura de rede: Número de pontos de rede ativos

Tabela 6 - Indutores Propostos para as Principais Atividades do Município de Cantanhede

Fonte: Elaboração Própria

Em simetria metodológica com a matriz de recursos-atividades anteriormente apresentada, proceder-se-á ao desenvolvimento de uma matriz estruturada de atividades-objetos de custo, instrumento analítico que permitirá representar de forma sistemática as relações existentes entre as atividades identificadas no contexto organizacional e os diversos objetos de custo definidos para o Município de Cantanhede. Esta matriz permitirá visualizar e analisar padrões de consumo de atividades pelos diferentes objetos de custo, identificar potenciais otimizações e apoiar a tomada de decisão (Rodrigues e Simões, 2012).

Atividades	Objeto de Custo: Licenciamento Urbanístico	Objeto de Custo: Manutenção de Espaços Verdes	Objeto de Custo: Programas Culturais
Análise de processos administrativos	Número de processos analisados	Não aplicável	Número de processos analisados
Fiscalização	Número de visitas de fiscalização	Número de inspeções realizadas	Não aplicável
Atendimento ao munícipe	Tempo de atendimento	Não aplicável	Tempo de atendimento
Manutenção de sistemas informáticos	Número de utilizadores	Número de utilizadores	Número de utilizadores
Gestão de equipamentos	Não aplicável	Horas de utilização de equipamentos	Horas de utilização de equipamentos
Comunicação institucional	Número de comunicações	Não aplicável	Número de comunicações especializadas

Tabela 7 - Matriz Ilustrativa de Relação Atividades-Objetos de Custo

Fonte: Elaboração Própria

4.3.5 Aplicação Empírica da Metodologia ABC: O Caso do Pavilhão Desportivo "Os Marialvas"

Para ilustrar a aplicação do modelo ABC no Município de Cantanhede, apresenta-se um estudo empírico sobre a gestão do Pavilhão Desportivo "Os Marialvas", uma das principais infraestruturas desportivas locais. Embora a instalação exista no concelho, os dados quantitativos utilizados são fictícios e servem apenas fins demonstrativos. A análise permite identificar atividades e custos associados, evidenciando a operacionalização prática do modelo. Este pavilhão multifuncional, com 1.175 m² e capacidade para 542

peçoas sentadas, regista ao longo do ano cerca de 2.874 horas de utilização, distribuídas entre atividades escolares (38%), associativas (42%) e eventos ou uso livre (20%).

O Quadro abaixo apresenta a estrutura dos recursos consumidos pelo Pavilhão Desportivo "Os Marialvas", bem como os indutores utilizados na sua afetação às diferentes atividades desenvolvidas ao longo de determinado ano.

Categoria de Recurso		Descrição	Valor Anual (€)	Indutor de Recurso	Método de Afetação
Recursos Humanos	Pessoal Técnico	Técnicos desportivos que desenvolvem atividades específicas	52.450	% de tempo dedicado a cada atividade	Registo direto através de sistema biométrico vinculado a códigos de atividade
	Pessoal de Apoio	Rececionistas, assistentes operacionais e pessoal administrativo	86.250	% de tempo dedicado a cada atividade	Registo direto através de sistema biométrico vinculado a códigos de atividade
	Pessoal de Manutenção	Técnicos de manutenção e limpeza	28.750	% de tempo dedicado a cada atividade	Registo direto através de sistema biométrico vinculado a códigos de atividade
Recursos Materiais	Energia Elétrica	Consumo energético global do pavilhão	36.820	Horas de utilização ponderadas pela intensidade energética	Medição através de contadores setoriais e cálculo de índices de consumo por tipo de utilização
	Água	Consumos de água da instalação	8.450	Índice de utilização de água por atividade	Estimativa fundamentada nos padrões de utilização, com fatores de ponderação específicos
	Gás	Aquecimento de águas sanitárias e climatização	18.250	Horas de utilização ponderadas pela intensidade térmica	Cálculo baseado em índices de consumo por tipo de atividade e condições de utilização
	Materiais desportivos	Materiais necessários à prática desportiva	4.850	Utilização direta por atividade	Registo de consumo direto através de sistema de requisições vinculado a cada atividade
Infraestrutura	Amortizações	Depreciação anual do edifício e equipamentos fixos	125.800	Horas de utilização do espaço	Afetação proporcional com base nas horas de ocupação de cada espaço
	Manutenção e Conservação	Intervenções de conservação e pequenas reparações	22.600	Índice de desgaste por tipo de utilização	Sistema de registo de intervenções com vinculação direta à causa do desgaste/atividade geradora
	Seguros	Apólices de seguro do imóvel e responsabilidade civil	6.450	Horas de utilização do espaço	Afetação proporcional com base nas horas de ocupação de cada espaço
Serviços Externos	Segurança	Serviço de vigilância	14.850	Horas de presença por evento/atividade	Afetação direta com base nas escalas de serviço por evento
	Serviços Especializados	Manutenção de equipamentos técnicos específicos	9.280	Relação direta com equipamentos utilizados	Afetação direta do custo de manutenção aos equipamentos, posteriormente alocados às atividades que os utilizam
Total			414.800		

Tabela 8 - Recursos Consumidos pelo Pavilhão "Os Marialvas" e Respetivos Indutores
Fonte: Elaboração própria com dados fictícios para fins de demonstração metodológica

No âmbito da análise efetuada ao Pavilhão Desportivo "Os Marialvas", foram identificadas sete atividades principais (cf. Tabela 9), tendo a respetiva afetação de recursos sido realizada com recurso a uma matriz de alocação baseada em indutores previamente definidos (cf. Tabela 10).

Código	Atividade	Descrição	Classificação Funcional	Classificação por Agregação de Valor
A1	Gestão Administrativa	Inclui processos de marcação de instalações, atendimento ao público, gestão financeira e administrativa	Suporte	Não acrescenta valor
A2	Manutenção e Limpeza	Manutenção técnica de equipamentos, limpeza e conservação dos espaços	Suporte	Não acrescenta valor
A3	Disponibilização de Espaço para Atividade Escolar	Cedência e preparação do espaço para utilização por estabelecimentos escolares	Primária	Acrescenta valor
A4	Disponibilização de Espaço para Atividade Associativa Regular	Cedência e preparação do espaço para utilização por associações e clubes em regime regular	Primária	Acrescenta valor
A5	Disponibilização de Espaço para Eventos Pontuais	Cedência e preparação do espaço para eventos desportivos ou outros de natureza pontual	Primária	Acrescenta valor
A6	Acompanhamento Técnico de Atividades	Prestação de serviços técnicos de orientação e acompanhamento de atividades desportivas	Primária	Acrescenta valor
A7	Gestão da Segurança	Coordenação e implementação dos procedimentos de segurança e vigilância	Suporte	Cumprimento legal/regulamentar

Tabela 9 - Identificação e Caracterização das Atividades do Pavilhão "Os Marialvas"
Fonte: Elaboração própria.

Categoria de Recurso	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	Total
Pessoal Técnico	5	0	35	30	5	25	0	100
Pessoal de Apoio	30	20	10	20	10	5	5	100
Pessoal de Manutenção	0	80	5	5	10	0	0	100
Energia Elétrica	5	5	25	35	25	0	5	100
Água	5	10	25	40	20	0	0	100
Gás	0	5	30	40	25	0	0	100
Materiais Desportivos	0	0	30	40	20	10	0	100
Amortizações	5	0	30	35	30	0	0	100
Manutenção e Conservação	0	70	10	10	10	0	0	100
Seguros	0	0	25	35	35	0	5	100
Segurança	0	0	5	10	65	0	20	100
Serviços Especializados	0	75	5	10	10	0	0	100

Tabela 10 - Matriz de Alocação de Recursos às Atividades (%)
Fonte: Elaboração própria

A partir da matriz de alocação anteriormente apresentada, tornou-se possível apurar o custo total associado a cada atividade e identificar os indutores mais adequados para a respetiva afetação aos objetos de custo, conforme evidenciado neste quadro.

Código	Atividade	Custo Anual (€)	% do Total	Indutor de Atividade	Justificação do Indutor
A1	Gestão Administrativa	38.563	9,3	Número de utilizações	Reflete o esforço administrativo associado ao processamento de cada utilização, independentemente da sua duração
A2	Manutenção e Limpeza	78.215	18,9	Horas de utilização ponderadas pelo nível de utilização	Capta a relação entre duração da utilização e intensidade da mesma, fatores que determinam o esforço de manutenção e limpeza
A3	Disponibilização de Espaço para Atividade Escolar	94.275	22,7	Horas de utilização	A duração da utilização é o principal determinante do consumo desta atividade
A4	Disponibilização de Espaço para Atividade Associativa Regular	105.634	25,5	Horas de utilização	A duração da utilização é o principal determinante do consumo desta atividade
A5	Disponibilização de Espaço para Eventos Pontuais	64.883	15,6	Horas de utilização ponderadas pela complexidade do evento	A preparação e disponibilização para eventos pontuais exige recursos adicionais em função da complexidade
A6	Acompanhamento Técnico de Atividades	16.825	4,1	Horas de acompanhamento técnico	Reflete diretamente o tempo dedicado pelos técnicos às atividades
A7	Gestão do Ginásio	9.850	2,4	Número de utilizadores do ginásio	Capta a relação entre o número de utilizadores e o esforço de gestão associado
A8	Gestão da Segurança	6.555	1,6	Índice de risco da atividade/evento	Reflete a variação nas necessidades de segurança em função do tipo de atividade
Total		414.800	100		

Tabela 11 - Custo das Atividades e Indutores para Alocação aos Objetos de Custo
Fonte: Elaboração própria

Foram identificados cinco objetos de custo considerados relevantes para a gestão do Pavilhão Desportivo "Os Marialvas", representando distintas dimensões de análise. A tabela apresenta a matriz de alocação dos custos das atividades a esses objetos, utilizando os indutores previamente estabelecidos como base para essa distribuição.

Código	Atividade	Atividade Educativa	Clubes e Associações	Eventos Desportivos	Eventos Não Desportivos	Utilização Livre	Total
A1	Gestão Administrativa	12.340	18.510	3.856	1.928	1.929	38.563
A2	Manutenção e Limpeza	19.554	23.464	15.643	15.643	3.911	78.215
A3	Disponibilização de Espaço para Atividade Escolar	94.275	0	0	0	0	94.275
A4	Disponibilização de Espaço para Atividade Associativa Regular	0	105.634	0	0	0	105.634
A5	Disponibilização de Espaço para Eventos Pontuais	0	0	38.930	25.953	0	64.883
A6	Acompanhamento Técnico de Atividades	10.095	5.048	0	0	1.682	16.825
A7	Gestão do Ginásio	0	985	0	0	8.865	9.850
A8	Gestão da Segurança	656	656	3.277	1.966	0	6.555
Total		136.920	154.297	61.706	45.490	16.387	414.800
Percentagem		33,0%	37,2%	14,9%	11,0%	3,9%	100,0%

*Tabela 12 - Alocação do Custo das Atividades aos Objetos de Custo (€)
Fonte: Elaboração própria*

Com base na alocação de custos anteriormente apresentada, foram calculados indicadores de eficiência para cada objeto de custo, possibilitando análises comparativas entre eles, conforme ilustrado na Tabela 13.

Objeto de Custo	Custo Total (€)	Número de Horas	Custo / Hora (€)	Número de Utilizadores	Custo / Utilizador (€)	Receita Gerada (€)	Taxa de Cobertura (%)
Atividade Educativa	136.920	1.092	125,38	14.196	9,64	0	0,0
Clubes e Associações	154.297	1.207	127,83	18.105	8,52	24.140	15,6
Eventos Desportivos	61.706	345	178,86	8.625	7,15	38.650	62,6
Eventos Não Desportivos	45.490	115	395,57	5.750	7,91	34.500	75,8
Utilização Livre	16.387	115	142,50	2.070	7,92	12.420	75,8
Total / Média	414.800	2.874	144,33	48.746	8,51	109.710	26,4

*Tabela 13 - Indicadores de Eficiência por Objeto de Custo
Fonte: Elaboração própria*

Este caso empírico demonstra a aplicabilidade da metodologia ABC a um equipamento municipal específico, evidenciando o seu potencial como instrumento de suporte à decisão na gestão de infraestruturas públicas, reforçando a perspetiva de Carvalho et al. (2018). A análise detalhada dos custos e a sua alocação fundamentada a objetos de custo relevantes permitiu não apenas compreender a estrutura de custos do equipamento, mas também fundamentar decisões de gestão direcionadas à otimização da sua utilização e sustentabilidade financeira.

4.3.6 Validação do Modelo Concetual

A confirmação da estrutura teórica constitui uma etapa crítica antes da implementação tecnológica e organizacional do ABC. Conforme salientado por Bogt e Helden (2000), observa-se regularmente uma discrepância entre a conceção teórica das

inovações em contabilidade e a sua concretização efetiva nas entidades públicas, tornando-se fundamental verificar a compatibilidade do modelo com as particularidades organizacionais.

No caso específico do Município de Cantanhede, sugere-se uma estratégia diversificada para a verificação da aplicabilidade do modelo concetual:

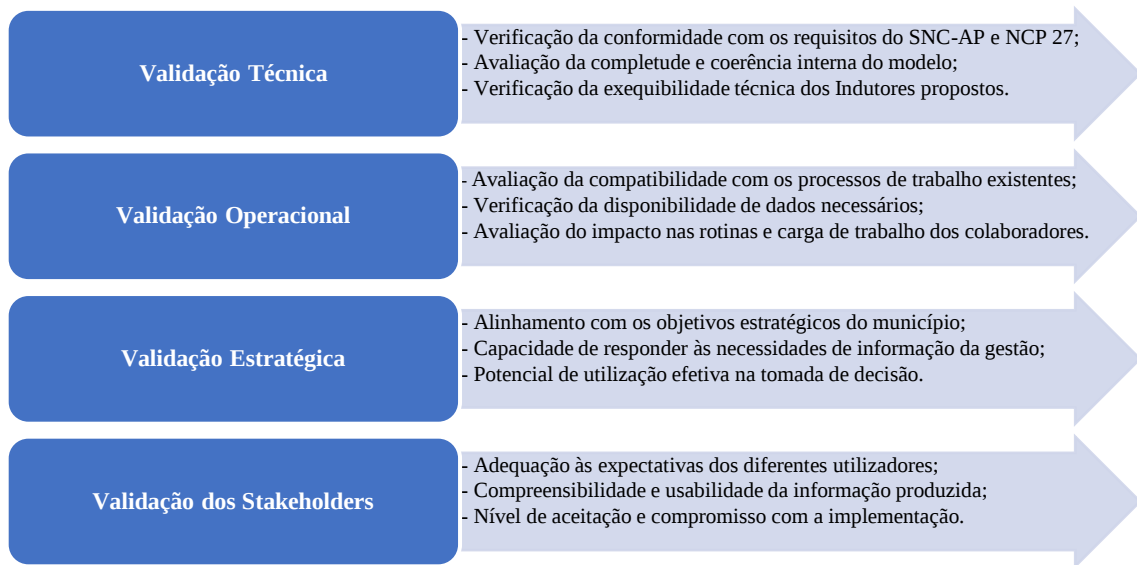


Figura 18 - Abordagem para Validação do Modelo

Fonte: Elaboração Própria

O processo de validação interna do modelo conceptual proposto seguirá uma metodologia sistemática e estruturada com 6 etapas, fundamentada nas melhores práticas da literatura especializada.

A primeira etapa consiste na preparação de documentação detalhada, descrevendo o modelo proposto, a qual incluirá o levantamento completo das atividades, a listagem dos objetos de custo, bem como os recursos identificados e os respetivos indutores. Serão igualmente apresentados os indutores de atividade selecionados, os fluxos de custos propostos e os formatos previstos para os outputs a gerar. Esta documentação tem como finalidade garantir uma compreensão clara e estruturada do modelo, assegurando a sua coerência, transparência e facilidade de aplicação.

A segunda etapa envolve a realização de workshops com diferentes grupos de interesse, garantindo a recolha de contributos diversificados e a validação colaborativa

das opções tomadas. Serão promovidos workshops específicos com a equipa de gestão de topo (incluindo a Presidente, os Vereadores e os Diretores de Departamento), com os responsáveis intermédios (Chefes de Divisão e de Serviço), com os utilizadores operacionais (técnicos que irão interagir diretamente com o sistema) e ainda com potenciais utilizadores da informação produzida.

Complementarmente, a terceira etapa abrange entrevistas individuais com *stakeholders*-chave, nomeadamente o responsável pela área financeira, o responsável pelos sistemas de informação, os responsáveis pelas principais áreas operacionais e os auditores internos ou o Revisor Oficial de Contas. Estas entrevistas visam aprofundar a compreensão dos requisitos, expectativas e constrangimentos associados à aplicação do modelo.

Será igualmente realizada uma simulação de cenários, com base em dados históricos disponíveis. Esta quarta etapa envolverá a seleção de um conjunto limitado de atividades e objetos de custo, a recolha dos dados históricos necessários relativos a recursos e indutores, e a aplicação do modelo proposto a essa informação. Os resultados obtidos serão analisados e comparados com as expectativas previamente identificadas, de forma a aferir a robustez e utilidade do modelo.

Com base no feedback recolhido ao longo do processo, serão realizados ajustes iterativos ao modelo. Estes poderão incluir a revisão do nível de detalhe das atividades, o refinamento dos indutores selecionados, o ajuste dos objetos de custo considerados prioritários e a modificação dos procedimentos de recolha de dados.

Por fim, será elaborada a documentação final do modelo validado, que integrará o modelo conceptual completo, a justificação das opções adotadas, a identificação de potenciais limitações e riscos, bem como recomendações práticas para a fase de implementação.

Como parte do processo de validação, será desenvolvida uma matriz de riscos associados ao modelo concetual, juntamente com as respetivas estratégias de mitigação: esta abordagem constitui um recurso essencial, pois identifica e organiza os principais riscos capazes de comprometer o sucesso da implementação, além de definir estratégias

práticas para a sua mitigação. A seguir, apresenta-se uma análise detalhada dos elementos constituintes da matriz e das estratégias propostas:

Risco	Impacto Potencial	Probabilidade	Estratégias de Mitigação
Complexidade excessiva do modelo	Dificuldade de implementação e manutenção; resistência dos utilizadores	Médio	Simplificação das atividades menos relevantes
			Abordagem faseada de implementação
			Documentação clara e formação adequada
Inadequação dos Indutores selecionados	Distorção nos custos apurados; decisões baseadas em informação incorreta	Médio	Validação prévia com estudos piloto
			Seleção de Indutores alternativos
			Revisão periódica da correlação entre Indutores e consumo real
Indisponibilidade de dados para os Indutores	Impossibilidade de operacionalizar o modelo; aproximações excessivas	Alto	Verificação prévia da disponibilidade de dados
			Adaptação de Indutores aos dados disponíveis
			Desenvolvimento de novos procedimentos de recolha
Resistência organizacional à mudança	Baixa adesão; sabotagem passiva; dados incompletos ou incorretos	Alto	Envolvimento precoce dos <i>stakeholders</i>
			Comunicação clara dos benefícios
			Demonstração de casos de sucesso
			Liderança efetiva pelo topo da organização
Custos de implementação superiores ao previsto	Interrupção do projeto; implementação parcial; cortes em componentes críticos	Médio	Orçamentação conservadora
			Planeamento de contingência
Dificuldades de integração com sistemas existentes	Duplicação de esforços; inconsistência de dados; ineficiências operacionais	Alto	Avaliação técnica detalhada prévia
			Envolvimento precoce da equipa de TI
			Consideração de interfaces automáticos
Mudanças legislativas ou organizacionais durante a implementação	Necessidade de redesenho; trabalho redundante; atrasos	Baixo	Desenho flexível e adaptável
			Acompanhamento regular das alterações legislativas
			Modularidade que permita ajustes parciais

Tabela 14 - Matriz de Riscos e Estratégias de Mitigação
Fonte: Elaboração Própria

Esta matriz de riscos será objeto de atualização contínua ao longo do processo de validação, constituindo um instrumento essencial para o planeamento rigoroso da fase de implementação. A sua aplicação permitirá não apenas antecipar potenciais problemas, mas também desenvolver proativamente mecanismos de resposta adequados, contribuindo significativamente para a probabilidade de sucesso do modelo proposto.

A metodologia adotada para a identificação e avaliação dos riscos baseou-se nos trabalhos de Cooper e Kaplan (1992), que estabeleceram princípios fundamentais para a implementação de sistemas de custeio baseados em atividades, e nas contribuições de Raz e Michael (2001), que propõem abordagens estruturadas à gestão de riscos em projetos complexos. A categorização da probabilidade como "Alto", "Médio" ou "Baixo" segue as diretrizes propostas por Major e Hopper (2005) no seu estudo sobre implementação de sistemas ABC em organizações de telecomunicações, tendo sido adaptada ao contexto específico desta investigação.

4.3.7 Integração com Sistemas Existentes

A implementação bem-sucedida do modelo ABC no Município de Cantanhede requer uma integração eficaz com os sistemas de informação existentes. Esta secção apresenta uma análise dos principais sistemas, estratégias de integração viáveis e requisitos técnicos necessários para operacionalizar o modelo proposto. Esta análise deve incidir sobre diversos domínios interdependentes, nomeadamente os sistemas de contabilidade financeira, gestão de recursos humanos, gestão das atividades operacionais, soluções de *reporting* e *business intelligence*, bem como a infraestrutura tecnológica subjacente.

No que respeita ao sistema de contabilidade financeira, para além do software em si, é essencial aferir quais os módulos efetivamente implementados, designadamente os módulos de contabilidade, aprovisionamento, gestão patrimonial e tesouraria. Neste âmbito, destaca-se também a relevância das capacidades analíticas do sistema, bem como das funcionalidades associadas à exportação e importação de dados, que se revelam determinantes para assegurar a interoperabilidade entre plataformas e o suporte à tomada de decisão.

Relativamente à gestão de recursos humanos, devem ser consideradas as funcionalidades do sistema relativas ao processamento salarial, à gestão de presenças e ausências, bem como à possibilidade de registo e acompanhamento da afetação de tempos aos diferentes serviços ou projetos. A existência de mecanismos de integração com o sistema de contabilidade financeira assume particular relevância, uma vez que permite garantir uma visão coerente e articulada da informação ao longo das diferentes áreas funcionais da organização.

No que concerne aos sistemas de apoio à gestão operacional, destaca-se a utilização de plataformas de gestão documental, aplicações específicas para a gestão urbanística, sistemas de controlo e manutenção de equipamentos e infraestruturas, bem como soluções tecnológicas orientadas ao atendimento ao cidadão. A estes somam-se os sistemas especializados para áreas funcionais específicas, como as bibliotecas, museus, instalações desportivas e outros equipamentos de natureza pública, cuja digitalização progressiva representa um importante contributo para a modernização administrativa.

No domínio do *reporting* e do apoio à decisão, é essencial avaliar as ferramentas de *business intelligence* disponíveis, incluindo os mecanismos de produção de relatórios e os *dashboards* implementados. A capacidade de análise multidimensional dos dados constitui um fator diferenciador, ao permitir o cruzamento de informação proveniente de múltiplos sistemas, potenciando uma abordagem mais integrada, prospetiva e orientada à evidência.

Finalmente, a análise da infraestrutura tecnológica deverá contemplar a avaliação da capacidade dos servidores e sistemas de processamento, das redes e comunicações, bem como das políticas de segurança da informação e de cópias de segurança. As práticas de desenvolvimento, teste e atualização de software devem também ser tidas em consideração, enquanto garantia da fiabilidade, escalabilidade e sustentabilidade dos sistemas em uso. Neste enquadramento, a compreensão aprofundada das soluções tecnológicas ao dispor do Município de Cantanhede constitui um passo essencial para a identificação de oportunidades de melhoria, racionalização de processos e reforço da capacidade institucional na prossecução das suas atribuições.

4.3.8 Desafios e Impactos da Implementação da Contabilidade de Gestão no Município de Cantanhede

A implementação da contabilidade de gestão no Município de Cantanhede enfrentou diversos desafios significativos. O diagnóstico inicial identificou oportunidades de melhoria ao nível do planeamento orçamental, que conduziram a uma reavaliação e subsequente reformulação do processo. A complexidade na classificação e estruturação de custos, particularmente na criação da tabela de bens e serviços e definição de centros de responsabilidade, exigiu um trabalho minucioso. A definição de indutores de custo apropriados para áreas heterogéneas como iluminação pública e manutenção viária apresentou dificuldades consideráveis. Outros obstáculos foram a integração entre múltiplos sistemas informáticos, a resistência organizacional à mudança, limitações na disponibilidade de dados para os indutores selecionados e a complexidade nos processos de reconciliação financeira.

Quanto aos impactos, a implementação resultou no fortalecimento dos mecanismos de controlo interno financeiro da autarquia e permitiu uma redução significativa de desperdícios através do acompanhamento detalhado dos custos por departamentos e projetos. Promoveu-se uma utilização mais racional e eficiente dos recursos públicos, além de uma substancial melhoria na qualidade da informação disponível para fundamentar decisões estratégicas, operacionais e de investimento. O sistema proporcionou maior transparência na demonstração da aplicação de recursos, beneficiando a *accountability* perante *stakeholders*. A estruturação multinível dos objetos de custo possibilitou análises multidimensionais que respondem a diferentes questões de gestão. O sistema implementado garantiu conformidade com a NCP 27 e representou uma evolução paradigmática no modelo de gestão financeira da autarquia, alinhando-a com as melhores práticas internacionais de administração pública.

CONCLUSÃO

A implementação da contabilidade de gestão no Município de Cantanhede, com particular incidência na adoção do método ABC (Activity-Based Costing), representa um marco significativo na modernização da gestão financeira desta autarquia local. Este projeto não só responde às exigências normativas estabelecidas pela NCP 27, como também proporciona ferramentas essenciais para uma administração pública mais eficiente, transparente e orientada para resultados.

O diagnóstico inicial evidenciou insuficiências significativas no planeamento orçamental autárquico, corroborando a necessidade urgente de um sistema de contabilidade de gestão metodologicamente robusto. A abordagem estruturada em fases sequenciais (desde a elaboração de procedimentos e classificação de bens e serviços até à reconciliação documental e encerramento mensal) estabeleceu alicerces sólidos para a transformação pretendida.

A proposta de implementação do modelo ABC, organizada em cinco etapas fundamentais (identificação e caracterização de processos e atividades, determinação dos objetos de custo, definição de recursos e respetivos indutores de custo, definição dos indutores de atividades e validação do modelo concetual), apresenta uma abordagem cientificamente fundamentada e adaptada às especificidades da gestão autárquica portuguesa. Esta metodologia permite ultrapassar as limitações intrínsecas aos sistemas tradicionais de custeio, oferecendo uma visão mais precisa e detalhada dos custos associados aos diversos serviços prestados pelo município.

A estruturação multinível dos objetos de custo e a classificação multidimensional das atividades proporcionam uma versatilidade analítica notável, possibilitando diferentes perspetivas de análise consoante as necessidades específicas de informação para a fundamentação do processo de decisão. A abordagem criteriosa na seleção dos indutores de recurso e de atividade, bem como a integração com os sistemas de informação preexistentes, reflete uma preocupação com a aplicabilidade prática e sustentabilidade do modelo proposto.

O rigoroso processo de validação do modelo concetual, complementado por uma análise detalhada de riscos e respetivas estratégias de mitigação, demonstra um

compromisso com a qualidade e eficácia do sistema a implementar. Esta abordagem centrada na validação prévia contribui significativamente para maximizar a probabilidade de sucesso na fase de implementação operacional, precavendo potenciais constrangimentos frequentemente identificados na literatura sobre implementação de sistemas de contabilidade de gestão no setor público.

Em síntese, este projeto de implementação da contabilidade de gestão no Município de Cantanhede representa uma evolução paradigmática no modelo de gestão desta autarquia, alinhando-se com as melhores práticas internacionais e com as recomendações da literatura científica especializada. Os benefícios expectáveis incluem não apenas o cumprimento das obrigações legais, mas também uma melhoria substancial na qualidade da informação disponível para decisões estratégicas, operacionais e de investimento, contribuindo para uma gestão mais racional e eficiente dos recursos públicos, em benefício último dos cidadãos. Por isso, recomenda-se a continuidade dos esforços de formação, a valorização da contabilidade de gestão como ferramenta de governação e a monitorização contínua dos resultados alcançados.

As aprendizagens decorrentes desta implementação e os fundamentos teórico-práticos desenvolvidos podem ser perspetivados como um modelo paradigmático para municípios portugueses confrontados com problemáticas similares, promovendo uma disseminação de boas práticas de gestão no setor público local, num contexto de crescente exigência quanto à otimização da utilização dos recursos públicos e à *accountability* perante os diferentes *stakeholders*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, P., & Fernandes, M. J. (2016). *Contabilidade de Gestão Pública: Teoria e Prática*. Almedina.
- Almeida, R., & Ribeiro, L. (2021). Sustentabilidade financeira e reformas no setor público português. *Revista de Administração Pública e Políticas Públicas*, 14(2), 45-67.
- Amorim, J. P. (2017). Atribuições e competências das Autarquias Locais. *Jornadas dos 40 Anos do Poder Local*. AEDREL.
- Antunes, I. C. (1987). *A autonomia financeira dos municípios portugueses*. Direção-Geral da Administração Autárquica.
- Anthony, R. N., & Govindarajan, V. (2007). *Management Control Systems* (12^a ed.). McGraw.
- Arnaboldi, M., & Lapsley, I. (2003). Activity Based Costing, modernity and the transformation of local government. *Public Management Review*, 5(3), 345-375.
- Araújo, J., & Branco, C. (2019). *Organização e Funcionamento do Setor Público em Portugal*. Edições Jurídicas.
- Babbie, E. R. (2013). *The Practice of Social Research* (13^a ed.). Cengage Learning.
- Bogt, H. J. ter, & Helden, G. J. van (2000). Accounting change in Dutch government: Exploring the gap between expectations and realizations. *Management Accounting Research*, 11(2), 263-279.
- Brimson, J. A., & Antos, J. (1999). *Activity-based management for service industries, government entities, and nonprofit organizations*. John Wiley & Sons.
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5^a ed.). Oxford University Press.
- Burns, J., & Scapens, R. W. (2000). Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. *Management Accounting Research*, 11(1), 3-25.
- Burritt, R. L., Hahn, T., & Schaltegger, S. (2002). Towards a Comprehensive Framework for Environmental Management Accounting. *Australian Accounting Review*, 12, 39-50.

Cardoso, M., & Machado, V. (2009). As normas de contabilidade financeira influenciam a contabilidade de gestão das PME industriais de excelência? Estudo empírico. *Contabilidade e Gestão*, 7, 11-35.

Carvalho, J. M. M. (1999). Sistemas de custeio: Tradicionais versus contemporâneos. *Jornal da APOTEC*, dezembro.

Carvalho, J. B. C., & Nogueira, S. P. S. (2006, setembro 28-29). *A contabilidade pública em Portugal: opinião de especialistas* [Paper presentation]. XII Encuentro AECA, Córdoba, Espanha.

Carvalho, J., Gomes, P., & Fernandes, M. J. (2018). The main determinants of the use of the cost accounting system in Portuguese local government. *Financial Accountability & Management*, 34(4), 367-383.

Carvalho, J., Silva, P., & Pereira, A. (2020a). A evolução da contabilidade pública em Portugal: desafios e oportunidades. *Revista Portuguesa de Contabilidade e Gestão*, 35, 45-62.

Carvalho, J., Silva, P., & Pereira, A. (2020b). O impacto do SNC-AP na transparência financeira das administrações públicas. *Revista Portuguesa de Contabilidade Pública*, 10(3), 29-46.

Cooper, R., & Kaplan, R. S. (1992). Activity-based systems: Measuring the costs of resource usage. *Accounting Horizons*.

Cooper, R., & Kaplan, R. S. (1988). Measure costs right: make the right decisions. *Harvard Business Review*, Reprint Service.

Creswell, J. W. (2013). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (4^a ed.). SAGE Publications.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (4^a ed.). SAGE Publications.

Direção-Geral da Administração e do Emprego Público. (2013). *Análise da evolução das estruturas da administração pública*.

Drury, C. (2018). *Management and cost accounting* (9^a ed.). South-Western/Cengage Learning.

- Ferreira, A. (2015, julho). SNC-AP - novo desafio e nova oportunidade para os técnicos oficiais de contas. *Contabilista*, 184, 38–39.
- Ferreira, A., Gomes, C., & Pinto, T. (2021). Impacto das tecnologias emergentes na contabilidade pública local. *Revista de Gestão Municipal*, 18(2), 22-37.
- Ferreira, D., Caldeira, C., Asseiceiro, J., Vieira, J., & Vicente, C. (2014). *Contabilidade de Gestão: Estratégia de custos e de resultados* (1ª ed.). Rei dos Livros.
- Flick, U. (2014). *An Introduction to Qualitative Research* (5ª ed.). SAGE Publications.
- Franco, A. L. S. (1992). *Finanças públicas e direito financeiro* (4ª ed.). Almedina.
- Freitas do Amaral, D. (2001). *Manual de Direito Administrativo* (Vol. 2, 4ª ed.). Almedina.
- Gomes, P. (2011). *A Relação entre o Contexto, o Uso de Práticas de Medida e Gestão de Desempenho e o Desempenho Organizacional: Evidência Empírica no Sector Público* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade do Minho.
- Gonçalves, M., Lira, M., & Marques, M. C. (2017). Síntese cronológica sobre a contabilidade pública em Portugal, seu passado, presente e futuro (1222-2016): Revisão da literatura. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(2), 121-143.
- Gonçalves, M., & Cunha, R. (2020). Descentralização e coesão territorial: uma análise do setor público em Portugal. *Cadernos de Políticas Públicas*, 7(4), 34-50.
- Ittner, C. D., Lanen, W. N., & Larcker, D. F. (2002). The association between activity-based costing and manufacturing performance. *Journal of Accounting Research*, 40(3), 711-726.
- Johnson, H. T., & Kaplan, R. S. (1987). *Relevance lost: the rise and fall of management accounting*. Harvard Business School Press.
- Jorge, S. M., Carvalho, J. B., & Fernandes, M. J. (2008). From cash to accruals in Portuguese local government accounting: What has truly changed. *Revista de Estudos Politécnicos*.
- Kaplan, R. S., & Cooper, R. (1998). *Cost & effect: Using integrated cost systems to drive profitability and performance*. Harvard Business School Press.

Kaplan, R. S., & Anderson, S. R. (2007). *Time-driven activity-based costing: a simpler and more powerful path to higher profits*. Harvard Business Press.

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1992). The balanced scorecard: Measures that drive performance. *Harvard Business Review*, 71–79.

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1996). *The Balanced Scorecard: Translating Strategy into Action*. Harvard Business Review Press.

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (2001). *The Strategy-Focused Organization: How Balanced Scorecard Companies Thrive in the New Business Environment*. Harvard Business School Press.

Kennedy, T., & Affleck-Graves, J. (2001). The impact of activity-based costing techniques on firm performance. *Journal of Management Accounting Research*, 13(1), 19-45.

Arruda, A. R., & Madhavji, N. H. (2017, junho). A systematic literature review on the role of big data analytics in decision making. *Proceedings of the 19th International Conference on Enterprise Information Systems*, 1-10.
<https://www.scitepress.org/papers/2017/64023/64023.pdf>

Major, M., & Hopper, T. (2005). Managers divided: Implementing ABC in a Portuguese telecommunications company. *Management Accounting Research*.

Major, M. J., & Vieira, R. (2009). *Contabilidade e controlo de gestão: Teoria, metodologia e prática*. Escolar Editora.

Major, M. J. (2009). Reflexão sobre a investigação em Contabilidade de Gestão. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 8(1), 43-50.

Miranda, J., & Medeiros, R. (2020). *Constituição Portuguesa Anotada* (Vol. 3). Universidade Católica Editora.

Neto, A., Araujo, A., & Procópio, A. (2001). *A Contabilidade e a Gestão Baseada em Valor*. <https://intercostos.org/documentos/congreso-07/Trabajo084.pdf>

Oliveira, A. C. (2021). *A Democracia Local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Oliveira, T. F. (2009). O balanced scorecard e a estratégia. *Revista Gestão OCC*.

Pereira, P. T., Afonso, A., Arcanjo, M., & Santos, J. C. G. (2016). *Economia e finanças públicas* (6ª ed.). Escolar Editora.

PORDATA. (2024). *Empresas no setor público empresarial*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
https://www.pordata.pt/sites/default/files/Empresas_no_setor_publico_empresarial.xls

Rappaport, A. (1986). *Creating Shareholder Value: The New Standard for Business Performance*.

Raz, T., & Michael, E. (2001). Use and benefits of tools for project risk management. *International Journal of Project Management*.

Rodrigues, J. J. M., & Simões, A. M. D. (2012). *Contabilidade de Gestão: Teoria, Casos Práticos e Exercícios*. Letras e Conceitos.

Rom, A., & Rohde, C. (2007). Management accounting and integrated information systems: A literature review. *International Journal of Accounting Information Systems*, 8(1), 40-68.

Rosa, P., & Major, M. (2019). O papel da contabilidade de gestão no setor público: uma revisão de literatura. *Gestão Pública Contemporânea*, 12(3), 29-47.

Santareno, A. (1997, abril 4). *Crónica da contabilidade pública portuguesa – das partidas dobradas de 1761 ao Plano Oficial de Contabilidade Pública de 1997* [Paper presentation]. I Jornadas de História de Contabilidade da APOTEC, Coimbra, Portugal.

Scaliante, F. A., Nogueira, S. P., & Oliveira, A. G. (2020). A autonomia das autarquias locais e o processamento da despesa pública. *XXX Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica: Livro de Resumos*. Instituto Politécnico de Bragança.

Sarmiento, J. M. (2020). *A governação local e os novos desafios*. Universidade do Minho.

Sousa Tomé, G., Coelho, H., Larussa, J., & Colares, M. (2013). O Método ABC como Instrumento da Análise Estratégica. *Revista REAC*, 1, 21-29.

Sousa, G. V. e. (1998). *Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos* (1ª ed.). Civilização Editora.

Sousa, J. (2018). *Contabilidade de Gestão - SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) – Administração Pública, Central, Regional, Local*. ATAM - Associação dos trabalhadores da administração local.

Tavares, A., & Simões, P. (2019). Portugal na União Europeia: desafios e oportunidades para o setor público. *European Policy Journal*, 3(1), 78-91.

Yin, R. K. (2014). *Case Study Research: Design and Methods* (5^a ed.). SAGE Publications.

Legislação:

Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro. *Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central.* Diário da República, n.º 38/2002, Série I-A. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/26/2002/02/14/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho. *Procede à revisão da estrutura e composição da Comissão de Normalização Contabilística, adaptando-a às novas competências de normalização para o setor público administrativo.* Diário da República, n.º 125/2012, Série I. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/134/2012/06/29/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. *Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.* Diário da República, n.º 178/2015, Série I. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/192/2015/09/11/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro. *Altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.* Diário da República, n.º 243/2016, Série I. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/85/2016/12/21/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho. *Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019.* Diário da República, n.º 122/2019, Série I. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/84/2019/06/28/p/dre/pt/html>

Despacho n.º 7949/2020, de 12 de agosto. *Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede.* Diário da República, n.º 158/2020, Série II. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/7949-2020-140210223>

Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. *Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.* Diário da República, n.º 9/2002, Série I-A. <https://data.dre.pt/eli/lei/5-a/2002/01/11/p/dre/pt/html>

Lei n.º 41/2014, de 10 de julho. *Procede à oitava alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (Lei de Enquadramento Orçamental)*. Diário da República, n.º 131/2014, Série I.

<https://data.dre.pt/eli/lei/41/2014/07/10/p/dre/pt/html>

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. *Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais*. Diário da República, n.º 169/2013, Série I.

<https://data.dre.pt/eli/lei/73/2013/09/03/p/dre/pt/html>

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. *Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, e o regime jurídico do associativismo autárquico*. Diário da República, n.º 176/2013, Série I.

<https://data.dre.pt/eli/lei/75/2013/09/12/p/dre/pt/html>

Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho. *Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*. Diário da República, n.º 134/2016, Série I.

<https://data.dre.pt/eli/port/189/2016/07/14/p/dre/pt/html>

Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto. *Estabelece o regime simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*. Diário da República, n.º 152/2016, Série I.

<https://data.dre.pt/eli/port/218/2016/08/09/p/dre/pt/html>

Portaria n.º 128/2017, de 5 de abril. *Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do SNC-AP*. Diário da República, n.º 68/2017, Série I.

<https://data.dre.pt/eli/port/128/2017/04/05/p/dre/pt/html>

República Portuguesa. (2005). *Constituição da República Portuguesa*. Assembleia da República. Acedido em 15 de março de 2025, de

<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Links:

Comissão de Normalização Contabilística (CNC). Acedido a 12 de setembro de 2024, em <https://www.cnc.min-financas.pt/>

Conselho das Finanças Públicas (CFP). (2020-2021). *Sector Empresarial do Estado 2020-2021*. Acedido a 27 de março de 2024, em <https://www.cfp.pt/pt/publicacoes/sectores-das-administracoes-publicas/sector-empresarial-do-estado-2020-2021>

Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Estatísticas demográficas: População residente e área territorial por concelho*. <https://www.ine.pt>

Município de Cantanhede. (2020a). *Enquadramento geográfico*. Recuperado em 8 de fevereiro de 2025, de <https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/pagina/864/Enquadramento-Geografico>

Município de Cantanhede. (2020b). *Juntas de Freguesia*. Recuperado em 8 de fevereiro de 2025, de <https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/pagina/807/Juntas-de-Freguesia>

Município de Cantanhede. (2020c). *Economia em Cantanhede*. Recuperado em 8 de janeiro de 2025, de <https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/pagina/519/Economia-em-Cantanhede>

Município de Cantanhede. (2024). *Plano Municipal de Ação Climática*. Recuperado em 22 de fevereiro de 2025, de https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/Media/upload/2024/2024826114230_Pmaccantanhede.pdf

PORDATA. (2024). *Empresas no setor público empresarial*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Recuperado em 3 de janeiro de 2025, de https://www.pordata.pt/sites/default/files/Empresas_no_setor_publico_empresarial.xls

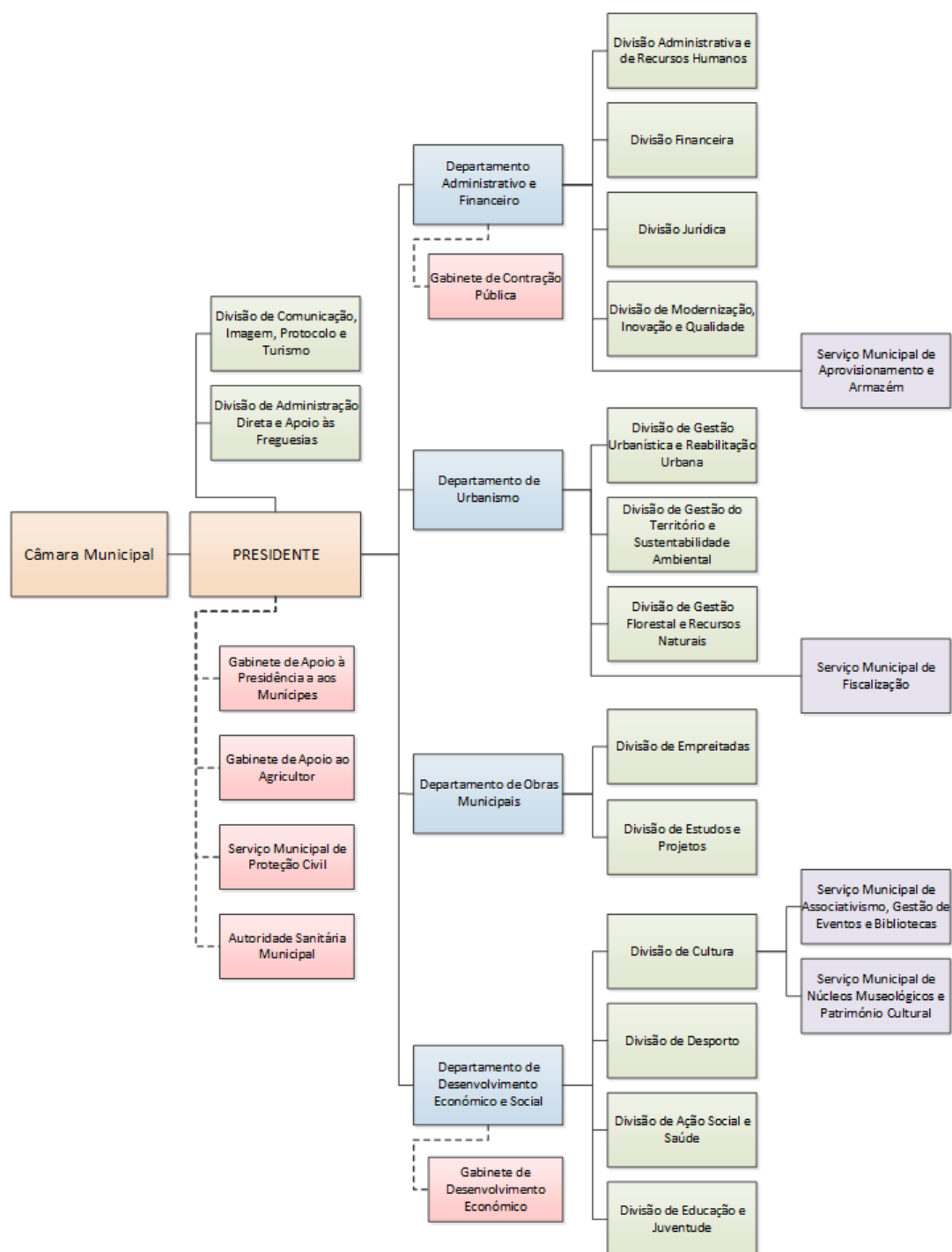
Portal Autárquico. Acedido a 20 de janeiro de 2024, em <https://portalautarquico.dgal.gov.pt>

Tribunal de Contas. Acedido a 9 de novembro de 2024, em <https://www.tcontas.pt/pt-pt/Pages/homepage.aspx>

UniLEO – Unidade de Implementação Lei de Enquadramento Orçamental. Acedido a 14 de abril de 2024, em <https://www.unileo.gov.pt/>

ANEXOS

ANEXO 1: ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE



ANEXO 2: PLANO DE CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAL DO MUNICIPIO DE CANTANHEDE

Município de Cantanhede

Plano de Classificações Funcional

Código	Designação
Class. Funcional	
1	Funções Gerais
110	Serviços gerais de administração pública
111	Administração geral
120	Segurança e ordem públicas
121	Protecção civil e luta contra incêndios
122	Polícia municipal
2	Funções sociais
210	Educação
211	Ensino não superior
212	Serviços auxiliares de ensino
220	Saúde
221	Serviços individuais de saúde
230	Segurança e acção sociais
231	Segurança social
232	Acção social
240	Habituação e serviços colectivos
241	Habituação
242	Ordenamento do território
243	Saneamento
244	Abastecimento de água
245	Resíduos sólidos
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos
251	Cultura
252	Desporto, recreio e lazer
253	Outras actividades cívicas e religiosas
3	Funções económicas
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca
320	Indústria e energia
330	Transportes e comunicações
331	Transportes rodoviários
332	Transportes aéreos
333	Transportes fluviais
340	Comércio e turismo
341	Mercados e feiras
342	Turismo
350	Outras funções económicas
4	Outras funções
410	Operações da dívida autárquica
420	Transferências entre administrações

Município de Cantanhede

Plano de Classificações Funcional

Código	Designação
Class. Funcional	
430	Diversas não especificadas

ANEXO 3: PLANO DE CENTROS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

Município de Cantanhede

Plano dos Centros de Responsabilidade para o Ano Económico de 2025

Código	Designação
11	Serviços Gerais da Administração Pública
1101	Administração geral
12	Proteção Civil
1201	Proteção Civil
1202	Luta contra incêndios
1203	Faixa Gestão de Combustíveis
20	Educação
2001	Ensino não superior
2002	Serviços auxiliares de ensino
21	Delegação de competências - Educação
2101	Pessoal Não Docente - DC Educação
2102	Apoios Alimentares - DC Educação
2103	Circuitos Especiais - NEE - DC Educação
2104	AAAF - DC Educação
2105	Encargos das instalações - DC Educação
2106	Conservação das instalações - DC Educação
2107	Contratos Interadministrativos - DC Educação
2108	Seguros e Higiene no Trabalho - DC Educação
2109	Equipamentos - DC Educação
22	Fundo Social Municipal
2201	Pessoal não docente - Pré-Escolar - FSM
2202	Serviços de alimentação - Pré-Escolar - FSM
2203	Prolongamento de horário - Pré-Escolar - FSM
2204	Transporte Escolar - Pré-Escolar - FSM
2205	Outras despesas funcionamento corrente-Pré-Escolar
2206	Pessoal não docente - 1º Ciclo - FSM
2207	Serviços de alimentação - 1º Ciclo - FSM
2208	Transporte Escolar - 1º Ciclo - FSM
2209	Outras despesas funcion corrente - 1ºCiclo - FSM
2210	Transporte Escolar - 2º Ciclo - FSM
2211	Transporte Escolar - 3º Ciclo - FSM
2212	ODFEEC - Professores e out técnicos 1º Ciclo - FSM
23	Saúde
2301	Serviços individuais de saúde
24	Delegação de competências - Saúde
2401	Remuneração Pessoal - DC Saúde
2402	Custos Logísticos - DC Saúde
2403	Imóveis - DC Saúde
2404	Seguros e Higiene no Trabalho - DC Saúde
25	Segurança e acção social
2501	Segurança social
2502	Ação social
26	Delegação de competências - Ação Social
2601	Remuneração Pessoal - DC Ação Social
2602	Encargos das instalações - DC Ação Social
2603	Protocolo RSI - DC Ação Social
2604	Acordos SAAS - DC Ação Social
2605	Subsídios eventuais - DC Ação Social
2606	Seguros e Higiene no Trabalho - DC Ação Social
27	Habitação

Município de Cantanhede

Plano dos Centros de Responsabilidade para o Ano Económico de 2025

Código	Designação
2701	Habitação
28	Ordenamento do território
2801	Ordenamento do território
30	Abastecimento de água
3001	Abastecimento de água
31	Resíduos sólidos
3101	Resíduos sólidos - EM
32	Proteção do meio ambiente e conservação natureza
3201	Proteção meio ambiente conservação natureza-EM
3202	Proteção meio ambiente conservação natureza-Juntas
3203	Proteção meio ambiente conservação natureza
33	Cultura
3301	Cultura
34	Desporto, recreio e lazer
3401	Desporto, recreio e lazer
35	Outras actividades cívicas e religiosas
3501	Outras actividades cívicas e religiosas
36	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca
3601	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca
37	Indústria
3701	Indústria
38	Energia
3801	Energia
39	Transportes e comunicações
3901	Transportes e comunicações - EM
3902	Transportes rodoviários - JF Ançã
3903	Transportes rodoviários - JF Cadima
3904	Transportes rodoviários - JF Cordinhã
3905	Transportes rodoviários - JF Febres
3906	Transportes rodoviários - JF Murteide
3907	Transportes rodoviários - JF Ourentã
3908	Transportes rodoviários - JF Sanguinheira
3909	Transportes rodoviários - JF São Caetano
3910	Transportes rodoviários - JF Tocha
3911	Transportes rodoviários - UF Cant-Poc
3912	Transportes rodoviários - UF Cov-Cam
3913	Transportes rodoviários - UF Port-Out
3914	Transportes rodoviários - UF Sep-Bol
3915	Transportes rodoviários - UF Vil-Cort
3916	Transportes rodoviários
40	Mercados e feiras
4001	Mercados e feiras
41	Turismo
4101	Turismo
42	Outras funções económicas
4201	Outras funções económicas
43	Operações da dívida autárquica
4301	Operações da dívida autárquica
44	Transferências entre administrações
4401	Transferências entre administrações

Município de Cantanhede

Plano dos Centros de Responsabilidade para o Ano Económico de 2025

Código	Designação
4402	Transferências entre administrações - JF Ançã
4403	Transferências entre administrações - JF Cadima
4404	Transferências entre administrações - JF Cordinhã
4405	Transferências entre administrações - JF Febres
4406	Transferências entre administrações - JF Murte de
4407	Transferências entre administrações - JF Ourentã
4408	Transferências entre administrações-JFSanguinheira
4409	Transferências entre administrações-JF São Caetano
4410	Transferências entre administrações - JF Tocha
4411	Transferências entre administrações - UF Cant-Poc
4412	Transferências entre administrações - UF Cov-Cam
4413	Transferências entre administrações - UF Port-Out
4414	Transferências entre administrações - UF Sep-Bol
4415	Transferências entre administrações - UF Vil-Cort
45	Diversas não especificadas
4501	Diversas não especificadas
98	Depreciações e amortizações
9801	Depreciações e amortizações - Serviços
9802	Depreciações e amortizações - Máquinas e viaturas
99	Não incorporável
9901	Não incorporável

ANEXO 4: TABELA DE BENS

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem	Designação
Função: 331 - Transportes rodoviários	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0397	JF CADIMA - AHMM - Pass.Colet. Rua Principal-Laje
0398	JF CADIMA - AHMM-Pass.Colet. Rua Barrosa-Nogueiras
0399	JF CADIMA - AHMM - Passeios RAristides G. Salvador
0400	JF MURTEDE-AHMMAg.Pluv.Pass.ChãoÁlemSMMadalTvFonte
0401	JF SANGUINHEIRA-AHMMEx.Pass.RCantarinhos-CasalNeto
0402	JF SANGUINHEIRA-AHMM Águas Pluviais na Freguesia
0403	UF VILAMAR-CORT-AHMM - Pass.RCentral Norte-Vilamar
0404	UF CANT-POC - AHMM Passeios na Freguesia
0405	UF COV-CAM - AHMM Passeios Águas Pluv Rua Cedro
0406	UF COV-CAM - AHMM Águas Pluviais na Freguesia
0407	JF SANGUINHEIRA-AHMM Ex.Valeta Rua Moinho de Vento
0408	JF ANÇÃ - AHMM MuroPasseio ÁgPluv RSãoBento
0409	JF ANÇÃ - AHMM ÁguasPluviaisPasseiosBairroSãoBento
0410	JF CADIMA - ÁguasPluvAplicTapeteRuaBarrioCadima
0411	JF TOCHA-AHMMM Passeios R.Loureira-L.Bois
0413	UF VILAMAR-CORT-AHMMPass.MurÁgPuv.RPadreBasilio
0414	UF VILAMAR-CORT-AHMMPass.MurÁgPuv.RCentralNorte
0415	UF VILAMAR-CORT-AHMMPass.MurÁgPuv.RJoaquimVilRamos
0416	JF FEBRES-AHMM Aguas Pluviais na Freguesia
0417	JF MURTEDE-AHMMAg.Pluv.Pass.RuadaQuebrada
0418	UF COV-CAM - AHMM Passeios Quinta dos Troviscais.
0419	UF COV-CAM - AHMM Muros Passeios RSanto André
0420	UF SEPINS-BOLHO - AHMMÁg.Pluv.Pass RBarreiro-Sepins
0421	UF VILAMAR-CORT-AHMMÁgPuv.RNSenhoraRemédios-CCima
0422	JF ANÇÃ - AHMM Passeios na Freguesia
0423	JF ANÇÃ - AHMM Passeio ÁgPluv RSantaMaria
0424	JF CADIMA - AHMM - MuroPassColeRFeirados13-Guimara
0425	JF OURENTÃ - AHMM- Ág. Pluviais Passeios Rua Corgo
0426	JF SANGUINHEIRA-AHMM MuroValeta Rua Bairro Novo
0427	JF SANGUINHEIRA-AHMM LargoPassRuaRincipal-Taipinas
0428	JF TOCHA - Execução de Águas Pluviais na Freguesia
0429	UF CANT-POC - AHMMPassRConselheiro Ferreira Freire
0430	UF COV-CAM - AHMM Pass Rua Prof.ª Rosinda Oliveira
0431	UF SEPINS-BOLHO - AHMM Águas Pluviais na Freguesia
0432	UF SEPINS-BOLHO - AHMM Ág.PluviaisRPrincipal-Bolho
0433	UF VILAMAR-CORT-AHMM Águas Puv.RLuisMiranda-CCima
Função: 341 - Mercados e feiras	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0530	Mercado Cant - Beneficiação Infraestrutura
0531	Mercado P Tocha - Beneficiação Infraestrutura
0532	Feira Cant - Beneficiação Infraestrutura
0533	Parque EXPO - Beneficiação Infraestrutura
0534	Pav CMC Expofacic - Beneficiação Infraestrutura

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem Designação

Função: 331 - Transportes rodoviários

.: Bens sem ligação ao PPI

- 0349 UF VILAMAR-CORT - Exec.Ciclovía da EN234 ao CCima
- 0350 JF ANÇÃ - Apli. Tap. Estr. Ligação Ançã Ameixoeira
- 0351 JF TOCHA-AHMM Obra na Rua da Fonte Martel
- 0352 JF TOCHA - AHMM Passeios Rua da Praia - Berlengas
- 0353 JF ANÇÃ - AHMM Passeio Busto António Madeira Teixe
- 0354 JF S. CAETANO-AHMM Passagem Hidráulica Danificada
- 0355 UF SEPINS-BOLHO - AHMM Rua da Galega-Espinheiro
- 0356 UF SEPINS-BOLHO - AHMM Rua Nª Srª Desterro-Sepins
- 0357 JF OURENTÃ - AHMM Passeios Rua da Cabine - Ourentã
- 0358 UF CANT-POC - AHMM Pass Rua da Herdade-Lemedo
- 0359 UF COV-CAM - AHMM Pass. Rua Joaquim Pereira Junior
- 0360 UF COV-CAM - AHMM Pass. Ág. Pluv Rua Nª Srª Fátima
- 0361 JF ANÇÃ - AHMM Passeio Rua do Barreiro
- 0362 JF ANÇÃ - AHMM Passeio Rua São Toeé
- 0363 JF SANGUINHEIRA - AHMM Ex. Valeta RJardim Infância
- 0364 JF SANGUINHEIRA - AHMM Rua Principal Carreiros
- 0365 JF SANGUINHEIRA - AHMM Rua da Lagoa Gesteira
- 0366 JF SANGUINHEIRA - AHMM Rua Principal Moita
- 0367 JF SANGUINHEIRA-AHMM Ex.ValetaExprTrav.CantoBrados
- 0368 JF S. CAETANO - Reparação do pavimento R.Torrão
- 0369 UF CANT-POC-Urbanização Fonte Nova
- 0370 UF CANT-POC - AHMM Pass Rua da Igreja frente ACAP
- 0372 JF ANÇÃ - Apli. Tap. Rua Caminho da Igreja
- 0373 JF ANÇÃ - AHMM Pass.Valet.EspraRValeFarinha-Granja
- 0374 JF SANGUINHEIRA-AHMM Parque da Igreja Rua São João
- 0375 JF SANGUINHEIRA-AHMM Ex.Valeta Rua do Bairro Sul
- 0376 JF SANGUINHEIRA-AHMM Ex.ValetaExpr Rua do Cabeço
- 0377 JF SANGUINHEIRA-AHMM Ex.ValetaExprRuaCantoBrados
- 0378 JF SANGUINHEIRA-AHMM Ex.ValExprRuaPrincipal-Feitoso
- 0379 JF SANGUINHEIRA-AHMM Ex.ValeExprRuaMestreSolposto
- 0380 JF SANGUINHEIRA-AHMM Ex.VallExprRuaAlfredoGValente
- 0381 JF S. CAETANO - AHMM Passeios na Rua dos Loureiros
- 0382 JF S. CAETANO - AHMM Passeios Rua Principal 12 Jul
- 0383 JF S. CAETANO - AHMM Passeios Rua Padre Domingues
- 0384 JF TOCHA - AHMM Passeio Valeta Espraçada Rua Farol
- 0385 JF TOCHA - AHMM Valeta Espraçada Trv da Fábrica
- 0386 JF TOCHA - AHMM Valeta Espraçada Rua do Barreiro
- 0388 UF SEPINS-BOLHO - AHMM Travessa Rua Olho-Sepins
- 0389 UF SEPINS-BOLHO - AHMM Rua do Areiro - Sepins
- 0390 UF VILAMAR-CORT - AHMM - Passeios na Freguesia
- 0391 UF VILAMAR-CORT-AHMM-Ág. Pluviais/Passe Rua Canto
- 0392 UF VILAMAR-CORT-AHMM-Passadiços Lagoa da Torre
- 0393 JF ANÇÃ - AHMM Águas Pluviais na Freguesia
- 0394 JF ANÇÃ - AHMM Passeio Rua da Ameixoeira
- 0395 JF ANÇÃ - AHMM Pass.ValEspRuaDRCalistoPoiates-Ançã
- 0396 JF CADIMA - AHMM - Pass.Colet. Rua do Lameiro

Emitido em: 17/03/2025 11:36:03

Pág. 7 de 9

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem	Designação
Função: 331 - Transportes rodoviários	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0296	JF TOCHA-AHMM Ret.Regul.Ber.PóPedraR PoçSariho-Esco
0297	JF TOCHA-AHMM Parq.Estancion.Junto Esc.E/B2,3Tocha
0298	UF CANT-POC - Aplicação de Tapete na Freguesia
0299	UF CANT-POC- Parque de Estacionamento Rua 1º Maio
0300	UF CANT-POC - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0301	UF CANT-POC - AHMM Passeios Rua São José
0302	UF CANT-POC - AHMM Calçada frente Rua Namorados
0303	UF CANT-POC - AHMM Pass.Val. Espraida R Baixo-Plomb
0304	UF CANT-POC - AHMM Obra parte sul lago Doca-Montin
0305	UF COV-CAM-Aplicação de Tapete na Freguesia
0308	UF COV-CAM - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0309	UF COV-CAM - AHMM Passeios Águas Pluv Rua Cruzeiro
0310	UF COV-CAM - AHMM ColeAguasPluv R.StoAmaro-Picoto
0311	UF COV-CAM - AHMM Material p/Muro Capela Seadouro
0312	UF PORT-OUTIL - Aplicação de Tapete na Freguesia
0315	UF PORT-OUTIL - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0316	UF PORT-OUTIL - AHMM Valeta Coletor Rua do Lavariz
0317	UF PORT-OUTIL - AHMM Materiais Rua Lagoa - Pena
0318	UF PORT-OUTIL - AHMM Reparação Passeios Rua D Antª
0319	UF SEPINS-BOLHO - Aplicação de Tapete na Freguesia
0321	UF SEPINS-BOLHO - AHMM PasseiAgPluvi RVarzea VNova
0322	UF SEPINS-BOLHO - AHMM PasseiAgPluv RmoleirasV Nova
0323	UF SEPINS-BOLHO - AHMM PasseiAgPluv RQuinta-VNova
0324	UF SEPINS-BOLHO - AHMM Muro RPrincipal-Espinheiro
0325	UF VILAMAR-CORT - Aplicação de Tapete na Freguesia
0328	UF VILAMAR-CORT-Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0329	UF VILAMAR-CORT-AHMM Obra Rua Mário Pais de Sousa
0330	UF VILAMAR-CORT-AHMM - Pass.ÁgPuv. R das Oliveiras
0331	UF VILAMAR-CORT - AHMM - Obra Largo da Cabine
0332	JF CADIMA - AHMM - Ág. Pluviais-Largo Capela Senho
0333	JF TOCHA - AHMM Passeios na Freguesia
0334	JF TOCHA - AHMM Águas Pluviais na Freguesia
0335	UF COV-CAM - AHMM Rua das Flores Marvão
0336	UF COV-CAM - AHMM Rua Fonte e Travessa n.º1-Marvão
0337	UF SEPINS-BOLHO - AHMM Rua Sepins Pequeno-Sepins
0338	UF VILAMAR-CORT-AHMM-Águas Pluviais na Freguesia
0339	JF TOCHA-AHMM Ág.Pluviais Muros Passeios RBracial
0340	UF COV-CAM - AHMM Frente Café Sonho-Fonte Errada
0341	JF CADIMA - AHMM - Muro/Ág.Pluvi/Pass.-Rua Cónego
0342	JF CADIMA - AHMM - Colet/Pass.RPrincipal-Taboeira
0343	JF CADIMA - AHMM - Pass. Colec.RalbanoNeves-Quintã
0344	JF CADIMA - AHMM - Pass.Colet. Rua Principal-Olho
0345	JF TOCHA-AHMM Requalificação da Rua Antero Inácio
0346	JF TOCHA-AHMM Ag. Pluv. Muro Pass. Trav. Caetanias
0347	UF CANT-POC- Execução de Passeios na Freguesia
0348	UF CANT-POC - AHMM Pass Trav.RS.Tomé RCarvalheiras

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem	Designação
Função: 331 - Transportes rodoviários	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0233	SF - JF MURTEDE - Benef. Infraestrutura
0234	SF - JF OURENTÁ - Benef. Infraestrutura
0235	SF - JF SANGUINHEIRA - Benef. Infraestrutura
0236	SF - JF TOCHA - Benef. Infraestrutura
0237	SF - UF CANT-POC - Benef. Infraestrutura
0238	SF - UF PORT-OUTIL - Benef. Infraestrutura
0239	SF - UF VILAMAR- CORT - Benef. Infraestrutura
0240	JF ANÇÃ - Aplicação Tapete na Freguesia
0243	JF ANÇÃ - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0244	JF ANÇÃ - AHMM Resg.p/Contentores RValFarinha
0245	JF ANÇÃ - AHMM Passeio ÁgPluv RAugAbelaira
0246	JF ANÇÃ - AHMM Passeios junto á EN234
0247	JF ANÇÃ - AHMM Passeios Travessa da Rua do Vale
0248	JF CADIMA - Aplicação de Tapete na Freguesia
0251	JF CADIMA - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0252	JF CADIMA - AHMM-Pass.FrenteAntEsPrimariaOFervença
0253	JF CADIMA - AHMM - Obras de drenagem - ZI Fornos
0254	JF CADIMA - AHMM - Muro/Colect/Passeios - Rodelo
0255	JF CORDINHÃ - Aplicação Tapete na Freguesia
0257	JF CORDINHÃ - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0258	JF CORDINHÃ - AHMM Passeio/Muro Rua Outeiro
0259	JF CORDINHÃ - AHMM Passeio Rua Rosela
0260	JF CORDINHÃ - AHMM Almofada Redutora Rua Rosela
0261	JF FEBRES - Aplicação de Tapete na Freguesia
0264	JF FEBRES - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0265	JF FEBRES-AHMM AguPluvPassTravSTeresinha-Serredade
0266	JF FEBRES - AHMM Passeios na Freguesia
0267	JF FEBRES - AHMM Tout-Venant p/ CaminhosVicinais
0268	JF MURTEDE - Aplicação de Tapete na Freguesia
0271	JF MURTEDE - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0272	JF MURTEDE - AHMM Berma Valeta em Calçada-Enxofões
0273	JF MURTEDE - AHMM Coletor Estacion. Frente á Junta
0274	JF OURENTÁ - Aplcação de Tapete na Freguesia
0277	JF OURENTÁ - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0278	JF OURENTÁ - AHMM . Passeios Rua da Costa - Lapa
0279	JF SANGUINHEIRA - Aplicação de Tapete na Freguesia
0282	JF SANGUINHEIRA - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0283	JF SANGUINHEIRA - AHMM ÁgPluvMurPasseiosRualgreja
0284	JF SANGUINHEIRA - AHMM ÁgPluvNSConceiçãoPedÁsperas
0285	JF SANGUINHEIRA - AHMM Ex. Passeios RPonte Tostão
0286	JF S. CAETANO - Aplicação de Tapete na Freguesia
0289	JF S. CAETANO - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais
0290	JF S. CAETANO - AHMMPassÁguasPluvDivLocais-SCaet
0291	JF S. CAETANO - AHMM Passeios na Freguesia
0292	JF TOCHA - Aplicação de Tapete na Freguesia
0295	JF TOCHA - Apoio c/ Homens/Máquinas/Materiais

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem	Designação
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0167	P Infantis JF Ourentã - Beneficiação Infraestrutur
0168	P Infantis JF SANGUINHEIRA - Beneficiação Infraest
0169	P Infantis JF S. Caetano - Beneficiação Infraestru
0170	P Infantis JF TOCHA - Beneficiação Infraestrutur
0171	P Infantis UFCP - Beneficiação Infraestrutur
0172	P Infantis UFCC - Beneficiação Infraestrutur
0173	P Infantis UFPO - Beneficiação Infraestrutur
0174	P Infantis UFSB - Beneficiação Infraestrutur
0175	P Infantis UVCC - Beneficiação Infraestrutur
0176	Polid JF Ançã - Beneficiação Infraestrutur
0177	Polid JF Cadima - Beneficiação Infraestrutur
0178	Polid JF Cordinhã - Beneficiação Infraestrutur
0179	Polid JF Febres - Beneficiação Infraestrutur
0180	Polid JF Murtede - Beneficiação Infraestrutur
0181	Polid JF Ourentã - Beneficiação Infraestrutur
0182	Polid JF Sanguinheira - Beneficiação Infraestrutur
0183	Polid JF S. Caetano - Beneficiação Infraestrutur
0184	Polid JF Tocha - Beneficiação Infraestrutur
0185	Polid UFCP - Beneficiação Infraestrutur
0186	Polid UFCC - Beneficiação Infraestrutur
0187	Polid UFPO - Beneficiação Infraestrutur
0188	Polid UFSB - Beneficiação Infraestrutur
0189	Polid UVCC - Beneficiação Infraestrutur
0190	Circuitos e Ciclovias - Benef. Infraestrutur
0191	BAR LAGOA MONTINHO - Beneficiação Infraestrutur
Função: 253 - Outras actividades cívicas e religiosas	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0195	Centro Cívico de Ourentã - Benef. Infraestrutur
Função: 310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0215	Palheiro P Tocha - Beneficiação Infraestrutur
Função: 320 - Indústria e energia	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0220	Posto Carreg. Veículos Elétricos-Benef. Infraestru
0221	ZI Cant - Beneficiação Infraestrutur
0222	ZI Febres - Beneficiação Infraestrutur
0223	ZI Tocha - Beneficiação Infraestrutur
0224	NI Murtede - Beneficiação Infraestrutur
0225	ZI Ançã - Beneficiação Infraestrutur
Função: 331 - Transportes rodoviários	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0230	Parcómetros - Benef. Infraestrutur
0231	SF - JF ANÇÃ - Benef. Infraestrutur
0232	SF - JF FEBRES - Benef. Infraestrutur

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem	Designação
Função: 246 - Protecção do meio ambiente e conservação da nature	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0096	Canil (CRAC) - Beneficiação Infraestrutura
0097	Cemitério - Beneficiação Infraestrutura
0098	Sanitários Cant - Beneficiação Infraestrutura
0099	Sanitários Praia T - Beneficiação Infraestrutura
0100	Sanitários Ançã - Beneficiação Infraestrutura
0101	Parque Urbano Quinta S.Mateus-Benef.Infraestrutura
0103	JF OURENTÃ - AHMM Limpeza Poço Rua Seixosa
0412	UF SEPINS-BOLHO - AHMM Cemitério Fundações e Pilar
Função: 251 - Cultura	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0114	Casa Cultura - Museu Artes - Benef. Infraestrutura
0115	Biblioteca - Beneficiação Infraestrutura
0116	Museu Pedra - Beneficiação Infraestrutura
0117	Bibl Praia - Beneficiação Infraestrutura
0118	Lima Fragoso - Beneficiação Infraestrutura
0119	C Carlos Oliveira - Beneficiação Infraestrutura
0120	Centro InterprArte Xávega - Beneficia Infraestrutu
0121	Casa Gandareza - Beneficiação Infraestrutura
0122	Armazém Núcleo Piscatório PTocha - Benef. Infra.
0123	Museu Zx Spectrum - Beneficiação de Infraestruturas
0124	Moinhos da Taboeira - Beneficiação Infraestrutura
0125	JF TOCHA-AHMMM Ág.PluvPasseRFonte/Ladeira-Cochadas
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0146	Piscina M - Beneficiação Infraestrutura
0147	Estádio M - Beneficiação Infraestrutura
0148	Campo Ténis - Beneficiação Infraestrutura
0149	Pav Marialvas - Beneficiação Infraestrutura
0150	Golfe - Beneficiação Infraestrutura
0151	PD Ançã - Beneficiação Infraestrutu
0152	PD Cant - Beneficiação Infraestrutura
0153	PD Tocha - Beneficiação Infraestrutura
0154	PD Febres - Beneficiação Infraestrutura
0155	PD P Tocha - Beneficiação Infraestrutura
0156	Pav Multiusus Febres-Beneficiação Infraestrutura
0157	Praia Fluvial Olhos Fervença-Benef. Infraestrutura
0158	ParqueLazer7Fontes - Beneficiação Infraestrutura
0159	Piscina em Ançã - Beneficiação Infraestrutura
0160	PEscutas FDPedro - Beneficiação Infraestrutura
0161	P Prosepe - Beneficiação Infraestrutura
0162	P Infantis JF Ançã - Beneficiação Infraestrutura
0163	P Infantis JF Cadima - Beneficiação Infraestrutur
0164	P Infantis JF Cordinhã - Beneficiação Infraestrutu
0165	P Infantis JF Febres - Beneficiação Infraestrutura
0166	P Infantis JF Murtede - Beneficiação Infraestrutur

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem	Designação
Função: 211 - Ensino não superior	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0051	Centro Ed Ançã - Beneficiação Infraestrutura
0052	Centro Ed Cantanhede - Beneficiação Infraestrutura
0053	Centro Ed Cadima - Beneficiação Infraestrutura
0054	Escola EB 2,3 Marquês Marialva - Benef. Infraestru
0055	Escola EB 2,3+SEC João G. Bacelar-Benef.Infraest
0056	Escola EB 2,3 Carlos de Oliveira-Benef.Infraestrut
0057	Escola Secundária Lima de Faria - Benef.Infraest
Função: 212 - Serviços auxiliares de ensino	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0062	Cantanhede Creative School - Benef Infraestrutura
Função: 221 - Serviços individuais de saúde	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0068	USF Terras de Cantanhede - Benef. Infraestru.
0069	USF Bairrada Sede Covões - Benef. Infraestrutura
0070	USF Gândras - Beneficiação Infraestrutura
0071	USF Salus Vida de Cadima - Benefi. Infraestrutura
0072	USF Progresso e Saúde Tocha - Bene. Infraestrutura
0073	USF Terra Cantanhede Polo de Ançã - Benef. Infraes
0074	UCSP de Bolho - Beneficiação de Infraestrutura
0075	USF Bairrada Polo Sepins - Benef. Infraestrutura
0076	USF Bairrada Polo Murtede - Benef. Infraestrutura
0077	USF Marquês de Marialva Cantanhede-Benef. Infraes.
Função: 232 - Acção social	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0080	FrA Edf Pt Cidade - Beneficiação Infraestrutura
0081	FrB Edf Pt Cidade - Beneficiação Infraestrutura
0082	Edf Habit RIgrejaAnçã 2A 3590 - Benef Infraestrutu
0083	Colmeia - Beneficiação Infraestrutura
0084	Ed. Habit. R. Afonso Ab Ançã 2B 3590- Benef Infrae
0085	HABITAÇÕES BAIRRO VICENTINO-Benef. Infraestrutura
0086	BNAUT - Beneficiação de Infraestrutura
Função: 242 - Ordenamento do território	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0087	QUINTAL DA FONTE - Beneficiação Infraestrutura
0088	UF COV-CAM-AHMM Materialp/MuroTerrenoJuntEdJFCamar
0089	Loteamento da Praia da Tocha - Benef. Infraest.
0559	Loteamento da Zona Sul Cantanhede - Benef. Infraes
0560	Loteamento Parque Expo Cantanhede - Benef. Infraes
0561	Loteamento do Albucaz - Beneficiação Infraestrut
0562	JF ANÇÃ - Apli. Calçada Terreno Rua Cemitério
Função: 244 - Abastecimento de água	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0090	Reservatórios de Água - Beneficiação Infraestrut

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem	Designação
Função: 111 - Administração geral	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0001	P Concelho - Beneficiação Infraestrutura
0002	Estaleiro - Beneficiação Infraestrutura
0003	Arquivo - Beneficiação Infraestrutura
0004	GNR - Beneficiação Infraestrutura
0005	Casa Magistrados (JulgPaz)- Beneficiação Infraest.
0006	Antiga Ext Educ - Beneficiação Infraestrutura
0007	Antigos Bombeiros - Beneficiação Infraestrutura
0008	Lj 25 Edf Rossio (Coworking)-Benef. Infraestrutura
0009	FrC Edf Pt Cidade - Beneficiação Infraestrutura
0010	Casa F Pinto - Beneficiação Infraestrutura
0011	P Estacionamento Sub. Rossio - Benefici Infraest
0012	Imóvel BVC Fração A - Beneficiação Infraestrutura
0013	Casa Mário Pascoal (3Marias)-Benef. Infraestrutura
0014	Prédio P. António Sérgio - Benef. Infr
0015	EB1 Inativas - Beneficiação Infraestrutura
0016	JI Inativos - Beneficiação Infraestrutura
0017	IMÓVEL CCRossio Fração AA - Beneficiação Infraest.
0018	IMÓVEL CCRossio Fração AB - Beneficiação Infraest.
0019	IMÓVEL CCRossio Fração AC - Beneficiação Infraest.
Função: 211 - Ensino não superior	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0026	JI Cordinhã - Beneficiação Infraestrutura
0027	JI Corticeiro - Beneficiação Infraestrutura
0028	JI Febres - Beneficiação Infraestrutura
0029	JI Murtede - Beneficiação Infraestrutura
0030	JI Ourentã - Beneficiação Infraestrutura
0031	JI Pocariça - Beneficiação Infraestrutura
0032	JI P Lomba - Beneficiação Infraestrutura
0033	JI Sanguinheira - Beneficiação Infraestrutura
0034	JI S Caetano - Beneficiação Infraestrutura
0035	JI Sepins - Beneficiação Infraestrutura
0036	JI Tocha - Beneficiação Infraestrutura
0037	JI Vilamar - Beneficiação Infraestrutura
0038	EB1 Bolho - Beneficiação Infraestrutura
0039	EB1 Cant Sul - Beneficiação Infraestrutura
0040	EB1 Cordinhã - Beneficiação Infraestrutura
0041	EB1 Corticeiro - Beneficiação Infraestrutura
0042	EB1 Covões - Beneficiação Infraestrutura
0043	EB1 Febres - Beneficiação Infraestrutura
0044	EB1 Gesteira - Beneficiação Infraestrutura
0045	EB1 Murtede - Beneficiação Infraestrutura
0046	EB1 Ourentã - Beneficiação Infraestrutura
0047	EB1 Sanguinheira - Beneficiação Infraestrutura
0048	EB1 S Caetano - Beneficiação Infraestrutura
0049	EB1 Tocha - Beneficiação Infraestrutura
0050	EB1 Vilamar - Beneficiação Infraestrutura

Município de Cantanhede

Tabela de Bens para o ano económico de 2025

Bem	Designação
Função: 342 - Turismo	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0541	Antigo GTL - Beneficiação Infraestrutura
0542	PT Cant - Beneficiação Infraestrutura
0543	PT Praia T - Beneficiação Infraestrutura
0544	PT Varziela - Beneficiação Infraestrutura
0545	PT Ançã - Beneficiação Infraestrutura
0546	P Camp PTocha - Beneficiação Infraestrutura
Função: 350 - Outras funções económicas	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0551	Edf Ant Rádio Adelo - Beneficiação Infraestrutura
0552	Dunas Bar - Beneficiação Infraestrutura
0553	Bar S Mateus- Beneficiação Infraestrutura
0554	BAR PALHEIRÃO - Beneficiação Infraestrutura
0555	Bar Vida Boa - Praia da Tocha- - Benef. Infraest.
0556	Bar Praia Olhos da Fervença - Benf. Infraestrutura
Função: 420 - Transferências entre administrações	
.: Bens sem ligação ao PPI	
0371	UF PORT-OUTIL - AHMM Materiais Cemitério da Pena
0557	UF PORT-OUTIL - AHMM Materiais Cemitério Portunhos
0558	JF ANÇÃ - AHMM Rampa de Acesso Lateral à Igreja

ANEXO 4: TABELA DE SERVIÇOS

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 420 - Transferências entre administrações

- 1114 Subs Dinheiro - UF VILAMAR-CORT
- 1116 Subs Géneros - JF ANÇÃ
- 1117 Subs Géneros - JF CADIMA
- 1118 Subs Géneros - JF CORDINHÃ
- 1119 Subs Géneros - JF FEBRES
- 1120 Subs Géneros - JF MURTEDE
- 1121 Subs Géneros - JF OURENTÃ
- 1122 Subs Géneros - JF SANGUINHEIRA
- 1123 Subs Géneros - JF S. CAETANO
- 1124 Subs Géneros - JF TOCHA
- 1125 Subs Géneros - UF CANT-POC
- 1126 Subs Géneros - UF COV-CAMARN
- 1127 Subs Géneros - UF PORT-OUTIL
- 1128 Subs Géneros - UF SEPINS-BOLHO
- 1129 Subs Géneros - UF VILAMAR-CORT
- 1130 Subs Géneros - Juntas - Autocarros
- 1131 Subs Géneros - Coletividades - ANÇÃ
- 1132 Subs Géneros - Coletividades - CADIMA
- 1133 Subs Géneros - Coletividades - CORDINHÃ
- 1134 Subs Géneros - Coletividades - FEBRES
- 1135 Subs Géneros - Coletividades - MURTEDE
- 1136 Subs Géneros - Coletividades - OURENTÃ
- 1137 Subs Géneros - Coletividades - SANGUINHEIRA
- 1138 Subs Géneros - Coletividades - S. CAETANO
- 1139 Subs Géneros - Coletividades - TOCHA
- 1140 Subs Géneros - Coletividades - CANT-POC
- 1141 Subs Géneros - Coletividades - COV-CAMARN
- 1142 Subs Géneros - Coletividades - PORT-OUTIL
- 1143 Subs Géneros - Coletividades - SEPINS-BOLHO
- 1144 Subs Géneros - Coletividades - VILAMAR-CORT
- 1145 Subs Géneros - Coletividades - Autocarros
- 1146 Embalagens cedidas - JF Ançã
- 1147 Embalagens cedidas - JF Cadima
- 1148 Embalagens cedidas - JF Cordinhã
- 1149 Embalagens cedidas - JF Febres
- 1150 Embalagens cedidas - JF Murteide
- 1151 Embalagens cedidas - JF Ourentã
- 1152 Embalagens cedidas - JF Sanguinheira
- 1153 Embalagens cedidas - JF S. Caetano
- 1154 Embalagens cedidas - JF Tocha
- 1155 Embalagens cedidas - JF Cant-Poc
- 1156 Embalagens cedidas - UF Cov-Cam
- 1157 Embalagens cedidas - UF Port-Outil
- 1158 Embalagens cedidas - UF Sepins-Bolho
- 1159 Embalagens cedidas - UF Vilamar-Corticeiro
- 1160 Projetos com a CIM
- 1161 Subs Géneros-Coletiv.-Tocha- Rovisco Pais

Função: 430 - Diversas não especificadas

- 1165 INOVA - EMP DES ECON SOCIAL CANT EM
- 1166 BIOCANT - ASS TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço	Designação
Função: 341 - Mercados e feiras	
1000	Pav CMC Expofacil - Custos Func. Manutenção
Função: 342 - Turismo	
1006	Bandeira Azul - Praia da Tocha
1007	Festival Arroz de Lampreia
1008	Evento BTL (Bolsa Turismo Lisboa)
1009	Palestras/Feiras/Workshops
1010	Feira de Atividades Económicas - Expo Mêda
1011	"Projeto ""Rota dos Mercados"" - CIM RC"
1012	Reportagem Discover From Scratch
1013	Feira Grandes Escolhas Vinhos & Sabores
1014	Experiências marcantes em todos os sentidos
1015	Promoção e publicidade
1016	Turismo - Bens para oferecer
1024	PT Cant - Custos de Funcionamento e Manutenção
1025	PT Cant - Bens para vender
1026	PT Praia T - Custos de Funcionamento e Manutenção
1027	PT Varziela - Custos de Funcionamento e Manutenção
1028	PT Ançã - Custos de Funcionamento e Manutenção
1029	P Camp PTocha - Custos de Funcionamento e Manutenção
1030	Antigo GTL - Custos de Funcionamento e Manutenção
1031	Feira Internacional de Turismo – FITUR
Função: 350 - Outras funções económicas	
1041	Feira do Trabalho e Formação
1042	FMEAE-Fundo Municipal Emergência Apoio Empresarial
1043	OP. Receita-Concessões Económicas
1045	Edif Ant Rádio Adelo - Custos Funcionamento Manute
1046	Dunas Bar - Custos de Funcionamento e Manutenção
1047	Bar S Mateus - Custos de Funcionamento e Manutenção
1048	BAR PALHEIRÃO - Custo Funcionamento Manutenção
1049	Bar Vida Boa - Praia da Tocha - Cust. Func. Manut.
1050	Bar Praia Olhos da Fervença - Cust.Func.Manuten
1056	SUBSÍDIOS ABAP
1057	SUBSÍDIOS BIOCANT
1058	SUBSÍDIOS CIM-RC
1059	Protocolo de Cooperação AEC
Função: 420 - Transferências entre administrações	
1101	Subs Dinheiro - JF ANÇÃ
1102	Subs Dinheiro - JF CADIMA
1103	Subs Dinheiro - JF CORDINHÃ
1104	Subs Dinheiro - JF FEBRES
1105	Subs Dinheiro - JF MURTEDE
1106	Subs Dinheiro - JF OURENTÃ
1107	Subs Dinheiro - JF SANGUINHEIRA
1108	Subs Dinheiro - JF S. CAETANO
1109	Subs Dinheiro - JF TOCHA
1110	Subs Dinheiro - UF CANT-POC
1111	Subs Dinheiro - UF COV-CAMARN
1112	Subs Dinheiro - UF PORT-OUTIL
1113	Subs Dinheiro - UF SEPINS-BOLHO

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço	Designação
Função: 331 - Transportes rodoviários	
0935	JF TOCHA - CONSERV - Marcação de Estradas
0936	JF TOCHA - CONSERV - Águas Pluviais
0937	JF TOCHA - CONSERV - Desmatção Estradas
0938	JF TOCHA - CONSERV - Estradas
0939	JF TOCHA - CONSERV - Caminhos
0940	JF TOCHA - CONSERV - Abrigo de Passageiros
0943	UF CANT-POC - CONSERV - Passeios
0944	UF CANT-POC - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0945	UF CANT-POC - CONSERV - Marcação de Estradas
0946	UF CANT-POC - CONSERV - Águas Pluviais
0947	UF CANT-POC - CONSERV - Desmatção Estradas
0948	UF CANT-POC - CONSERV - Estradas
0949	UF CANT-POC - CONSERV - Caminhos
0950	UF CANT-POC - CONSERV - Abrigo de Passageiros
0953	UF COV-CAM - CONSERV - Passeios
0954	UF COV-CAM - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0955	UF COV-CAM - CONSERV - Marcação de Estradas
0956	UF COV-CAM - CONSERV - Águas Pluviais
0957	UF COV-CAM - CONSERV - Desmatção Estradas
0958	UF COV-CAM - CONSERV - Estradas
0959	UF COV-CAM - CONSERV - Caminhos
0962	UF PORT-OUTIL - CONSERV - Passeios
0963	UF PORT-OUTIL - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0964	UF PORT-OUTIL - CONSERV - Marcação de Estradas
0965	UF PORT-OUTIL - CONSERV - Águas Pluviais
0966	UF PORT-OUTIL - CONSERV - Desmatção Estradas
0967	UF PORT-OUTIL - CONSERV - Estradas
0968	UF PORT-OUTIL - CONSERV - Caminhos
0971	UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Passeios
0972	UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Aplicação de Sinalizaç
0973	UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Marcação de Estradas
0974	UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Águas Pluviais
0975	UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Desmatção Estradas
0976	UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Estradas
0977	UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Caminhos
0980	UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Passeios
0981	UF VILAMAR-CORT - CONSERV-Aplicação de Sinalização
0982	UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Marcação de Estradas
0983	UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Águas Pluviais
0984	UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Desmatção Estradas
0985	UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Estradas
0986	UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Caminhos
0990	Parcómetros - Custos de Funcionamento e Manutenção
0991	Projeto SIT Flexi
0992	C Acessibilidades 360° PIVP
Função: 341 - Mercados e feiras	
0996	Mercado Cant - Custos de Funcionamento e Manutençã
0997	Mercado P Tocha - Custos de Funcionamento e Manute
0998	Feira Cant - Custos de Funcionamento e Manutenção
0999	Parque EXPO - Custos de Funcionamento e Manutenção

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 331 - Transportes rodoviários

0872	JF CADIMA - CONSERV - Caminhos
0875	JF CORDINHÃ - CONSERV - Passeios
0876	JF CORDINHÃ - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0877	JF CORDINHÃ - CONSERV - Marcação de Estradas
0878	JF CORDINHÃ - CONSERV - Águas Pluviais
0879	JF CORDINHÃ - CONSERV - Desmatção Estradas
0880	JF CORDINHÃ - CONSERV - Estradas
0881	JF CORDINHÃ - CONSERV - Caminhos
0884	JF FEBRES - CONSERV - Passeios
0885	JF FEBRES - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0886	JF FEBRES - CONSERV - Marcação de Estradas
0887	JF FEBRES - CONSERV - Águas Pluviais
0888	JF FEBRES - CONSERV - Desmatção Estradas
0889	JF FEBRES - CONSERV - Estradas
0890	JF FEBRES - CONSERV - Caminhos
0891	JF FEBRES - CONSERV - Abrigo de Passageiros
0894	JF MURTEDE - CONSERV - Passeios
0895	JF MURTEDE - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0896	JF MURTEDE - CONSERV - Marcação de Estradas
0897	JF MURTEDE - CONSERV - Águas Pluviais
0898	JF MURTEDE - CONSERV - Desmatção Estradas
0899	JF MURTEDE - CONSERV - Estradas
0900	JF MURTEDE - CONSERV - Caminhos
0901	JF MURTEDE - CONSERV - Abrigo de Passageiros
0904	JF OURENTÃ - CONSERV - Passeios
0905	JF OURENTÃ - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0906	JF OURENTÃ - CONSERV - Marcação de Estradas
0907	JF OURENTÃ - CONSERV - Águas Pluviais
0908	JF OURENTÃ - CONSERV - Desmatção Estradas
0909	JF OURENTÃ - CONSERV - Estradas
0910	JF OURENTÃ - CONSERV - Caminhos
0911	JF OURENTÃ - CONSERV - Abrigo de Passageiros
0914	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Passeios
0915	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Aplicação de Sinalizaç
0916	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Marcação de Estradas
0917	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Águas Pluviais
0918	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Desmatção Estradas
0919	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Estradas
0920	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Caminhos
0921	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Abrigo Passageiros
0923	JF S. CAETANO - CONSERV - Passeios
0924	JF S. CAETANO - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0925	JF S. CAETANO - CONSERV - Marcação de Estradas
0926	JF S. CAETANO - CONSERV - Águas Pluviais
0927	JF S. CAETANO - CONSERV - Desmatção Estradas
0928	JF S. CAETANO - CONSERV - Estradas
0929	JF S. CAETANO - CONSERV - Caminhos
0930	JF S. CAETANO - CONSERV - Abrigo Passageiros
0933	JF TOCHA - CONSERV - Passeios
0934	JF TOCHA - CONSERV - Aplicação de Sinalização

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 320 - Indústria e energia

0809	JF MURTEDE-Modif./Benef e Ampliação Rede Elétrica
0810	JF OURENTÁ - CONSERV - Rede elétrica
0811	JF OURENTÁ-Modif./Benef e Ampliação Rede Elétrica
0812	JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Rede elétrica
0813	JF SANGUINHEIRA-Modif./Benef/Ampli Rede Elétrica
0814	JF S. CAETANO - CONSERV - Rede elétrica
0815	JF S. CAETANO-Modif./Benef/Ampli Rede Elétrica
0816	JF TOCHA - CONSERV - Rede elétrica
0817	JF TOCHA - Modif./Benef e Ampliação Rede Elétrica
0818	UF CANT-POC - CONSERV - Rede Elétrica
0819	UF CANT-POC-Modif./Benef e Ampliação Rede Elétrica
0820	UF COV-CAM - CONSERV - Rede elétrica
0821	UF COV-CAM-Modif./Benef e Ampliação Rede Elétrica
0822	UF PORT-OUTIL - CONSERV - Rede elétrica
0823	UF PORT-OUTIL-Modif./Benef e Ampli Rede Elétrica
0824	UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Rede elétrica
0825	UF SEPINS-BOLHO-Modif./Benef e Ampli Rede Elétrica
0826	UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Rede elétrica
0827	UF VILAMAR-CORT-Modif./Benef e Ampli Rede Elétrica
0832	OP. Receita-Concessões de Iluminação Pública

Função: 331 - Transportes rodoviários

0837	C Req da Rua Conselheiro Carvalho + Rua Parreiras
0838	C Req Urbanística dos Bombeiros Voluntários Cantan
0839	C Req da Rua Marquês de Pombal
0840	C Req da Rua Joaq Ant Aguiar+R Sequeiro+R Saro Neg
0841	C Req da Rua D. Afonso Henriques
0842	SF - JF ANÇÃ - CustosFuncionamentoManuten
0843	SF - JF FEBRES - Custos Funcion Manut
0844	SF - JF MURTEDE - Custos Funcion Manute
0845	SF - JF OURENTÁ - Custos Funcion Manuten
0846	SF - JF SANGUINHEIRA - Custos Funcion Manut
0847	SF - JF TOCHA - CustFuncManut
0848	SF - UF CANT-POC - CFuncionManute
0849	SF - UF PORT-OUTIL - Custos Funciona Manute
0850	SF - UF VILAMAR-CORT - Custos Funcionamento Manute
0855	CONTRATO PROGRAMA - INOVA - Transportes Urbanos
0856	JF ANÇÃ - CONSERV - Passeios
0857	JF ANÇÃ - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0858	JF ANÇÃ - CONSERV - Marcação de Estradas
0859	JF ANÇÃ - CONSERV - Águas Pluviais
0860	JF ANÇÃ - CONSERV - Desmatção Estradas
0861	JF ANÇÃ - CONSERV - Estradas
0862	JF ANÇÃ - CONSERV - Caminhos
0863	JF ANÇÃ - CONSERV - Abrigo de Passageiros
0866	JF CADIMA - CONSERV - Passeios
0867	JF CADIMA - CONSERV - Aplicação de Sinalização
0868	JF CADIMA - CONSERV - Marcação de Estradas
0869	JF CADIMA - CONSERV - Águas Pluviais
0870	JF CADIMA - CONSERV - Desmatção Estradas
0871	JF CADIMA - CONSERV - Estradas

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço	Designação
Função: 253 - Outras actividades cívicas e religiosas	
1203	Centro Cívico de Ourentã - Cust. Funcion. Manuten.
1204	Subs Dinheiro-Coletiv-CANT-POC-Religião
1205	Subs Dinheiro-Coletiv-OURENTÃ-Religião
Função: 310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	
0760	Exposição Orquídeas-Assoc. Portuguesa Orquidofilia
0761	Exposições e Seminários - Agric, pecuária, caça
0762	Concurso Nacional de Vinhos
0763	Pink & White Fest 2024
0764	Biofestival
0765	Palestras/Feiras/Workshops/Festivais
0766	GAB. AP. AGRIC - Bens para vender
0767	GAB. AP. AGRIC - Bens para oferecer
0772	Palheiro P Tocha - Custos Funcionamento manutenção
0773	Limpeza e desmatação - Terrenos Municipais
0774	Hortas Comunitárias
0775	Visitas e Receções
0776	Incentivo à Apicultura
1206	Feira Agrícola e Florestal
1207	Monda - Feira Agrícola em Movimento
Função: 320 - Indústria e energia	
0777	Posto Carreg. Veículos Elétricos-Cust. Func. Manut
0778	Iluminação Pública - JF Ançã
0779	Iluminação Pública - JF Cadima
0780	Iluminação Pública - JF Cordinhã
0781	Iluminação Pública - JF Febres
0782	Iluminação Pública - JF Murte de
0783	Iluminação Pública - JF Ourentã
0784	Iluminação Pública - JF Sanguinheira
0785	Iluminação Pública - JF S. Caetano
0786	Iluminação Pública - JF Tocha
0787	Iluminação Pública - UF Cantanhede e Pocariça
0788	Iluminação Pública - UF Covões e Camarneira
0789	Iluminação Pública - UF Portunhos e Outil
0790	Iluminação Pública - UF Sepins e Bolho
0791	Iluminação Pública - UF Vilamar e Corticeiro
0792	ZI Cant - Custos de Funcionamento e Manutenção
0793	ZI Febres - Custos de Funcionamento e Manutenção
0794	ZI Tocha - Custos de Funcionamento e Manutenção
0795	NI Murte de - Custos de Funcionamento e Manutenção
0796	ZI Ançã - Custos de Funcionamento e Manutenção
0800	JF ANÇÃ - CONSERV - Rede Elétrica
0801	JF ANÇÃ - Modif./Benef e Ampliação Rede Elétrica
0802	JF CADIMA - CONSERV - Rede Elétrica
0803	JF CADIMA - Modif./Benef e Ampliação Rede Elétrica
0804	JF CORDINHÃ - CONSERV - Rede elétrica
0805	JF CORDINHÃ - Modif./Benef/Ampliação Rede Elétrica
0806	JF FEBRES - CONSERV - Rede elétrica
0807	JF FEBRES - Modif./Benef e Ampliação Rede Elétrica
0808	JF MURTEDE - CONSERV - Rede elétrica

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 252 - Desporto, recreio e lazer

0692	P Infantis UFCP - Custos de Funcionamento Manute
0693	P Infantis UFCC- Custos de Funcionamento Manute
0694	P Infantis UFPO - Custos de Funcionamento Manuten
0695	P Infantis UFSB - Custos de Funcionamento Manuten
0696	P Infantis UFVCC - Custos de Funcionamento Manuten
0697	Polid JF Ançã - Custos de Funcionamento Manutençã
0698	Polid JF Cadima-Custos de Funcionamento Manutençã
0699	Polid JF Cordinhã - Custos Funcionamento Manutenç
0700	Polid JF Febres - Custos Funcionamento Manutenção
0701	Polid JF Murtede - Custos Funcionamento Manutenção
0702	Polid JF Ourentã - Custos Funcionamento Manutenção
0703	Polid JF Sanguinheira - Custos Funcio. Manutenção
0704	Polid JF S. Caetano - Custos Funcio. Manutenção
0705	Polid JF TOCHA - Custos Funcionamento Manutenção
0706	Polid UFCP - Custos de Funcionamento e Manutençã
0707	Polid UFCC - Custos de Funcionamento e Manutençã
0708	Polid UFPO - Custos de Funcionamento e Manutençã
0709	Polid UFSB - Custos de Funcionamento e Manutençã
0710	Polid UFVCC - Custos de Funcionamento e Manutençã
0711	Circuitos e Ciclovias - Custos Func. Manutenção
0712	BAR LAGOA MONTINHO - Custo Funcio Manutenção
0713	281 - Lavadora de pavimentos-Hidrola.Nilfisk190-12
0714	282 - Lavadora de pavimentos-Hidrola.NilfiskFM400L
0715	C Criação de uma Rede Ciclável Urbana
0716	Passeios de Bicicletas
0727	Subs Dinheiro-Coletiv-ANÇÃ-Desporto
0728	Subs Dinheiro-Coletiv-CADIMA-Desporto
0729	Subs Dinheiro-Coletiv-CORDINHÃ-Desporto
0730	Subs Dinheiro-Coletiv-FEBRES-Desporto
0731	Subs Dinheiro-Coletiv-MURTEDE-Desporto
0732	Subs Dinheiro-Coletiv-OURENTÃ-Desporto
0733	Subs Dinheiro-Coletiv-SANGUINHEIRA-Desporto
0734	Subs Dinheiro-Coletiv-S. CAETANO-Desporto
0735	Subs Dinheiro-Coletiv-TOCHA-Desporto
0736	Subs Dinheiro-Coletiv-CANT-POC-Desporto
0737	Subs Dinheiro-Coletiv-COV-CAMARN-Desporto
0738	Subs Dinheiro-Coletiv-PORT-OUTIL-Desporto
0739	Subs Dinheiro-Coletiv-SEPINS-BOLHO-Desporto
0740	Subs Dinheiro-Coletiv-VILAMAR-CORT-Desporto
0741	Subs Particulares - Desporto, Recreio e Lazer
0742	Trail do Sarilho
0743	BTT Cadima Caminhos do Tremoço
0744	Animação Verão Praia Tocha - Desporto
0745	Atletismo de Pista e Corta-matos Associações
0746	Campeonato Nacional de Pares e Equipas Boccia
0747	Pav Marialvas - 1.º Socorros

Função: 253 - Outras actividades cívicas e religiosas

1200	Subs Dinheiro-Coletiv-PORT-OUTIL-Religião
1201	Atividades Religiosas
1202	Subs Dinheiro-Coletiv-SEPINS-BOLHO-Religião

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 252 - Desporto, recreio e lazer

- 0634 Campeonatos/Torneios de Futebol
- 0635 Internacional Pitch & Putt – Cantanhede - Org.CGC
- 0636 Animação Verão Concelho Cantanhede-Desporto
- 0637 Passeios de Jipes TT
- 0638 Rally de Cantanhede - Marquês de Marialva
- 0639 Rota dos Besouros BTT
- 0640 Clinic Internacional Formação Basquetebol - Cantan
- 0641 Torneio MeaSindot Cup Sepins
- 0642 Taça Mundo e Open Inter Ginástica Aeróbica-PavMar
- 0643 Cantanhede Ladies Open
- 0644 Volta ao Concelho de Cantanhede - Org. ADCC
- 0645 Plano de Formação CLUBE TOP
- 0646 Festa do Desporto
- 0647 Zebra Trail - Org. CF Marialvas
- 0648 Festival de Patinagem Artística de Cantanhede
- 0649 Tocha PLOGGING - Org.- Assoc. Des. Prog.Vida Tocha
- 0650 Triatlo Familiar Super Sprint de Cantanhede - ETPC
- 0651 Atividades de Natação
- 0652 Resistência TT - Organização ACRE
- 0653 Raid BTT Expofacic
- 0654 Atividades de Pesca
- 0655 Atividades de Patinagem
- 0656 Atividades de Futsal
- 0657 Atividades de Surf
- 0658 Contentor Fujanco (Balneários)
- 0667 Piscina M - Custos de Funcionamento Manutenção
- 0668 Estádio M - Custos Funcionamento Manutenção
- 0669 Campo Ténis - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0670 Pav Marialvas - Custos de Funcionamento e Manutenç
- 0671 Golfe - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0672 PD Ançã - Custos Func. Manutenção
- 0673 PD Cant - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0674 PD Tocha - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0675 PD Febres - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0676 PD P Tocha - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0677 Pav Multiusus Febres-Custos Funci Manutenção
- 0678 Praia Fluvial Olhos Fervença-Custos Func. Manutenç
- 0679 ParqueLazer7Fontes-Custos Funcionamento Manutenção
- 0680 Piscina em Ançã - Custos Funcionamento Manutenção
- 0681 PEscutas FDPedro - Custos Funcionamento Manutenção
- 0682 P Prosepe - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0683 P Infantis JF Ançã - Custos de Funcion e Manutençã
- 0684 P Infantis JF Cadima - Custos Funcion Manutenção
- 0685 P Infantis JF Cordinhã - Custos Funcion Manutenção
- 0686 P Infantis JF Febres - Custos Funcionamento Manut
- 0687 P Infantis JF Murtede - Custos Funcionamento Man
- 0688 P Infantis JF Ourentã - Custos Funcionamento Manut
- 0689 P Infantis JF SANGUINHEIRA - Custos Funci. Manut
- 0690 P Infantis JF S. Caetano - Custos Funcio. Manutenç
- 0691 P Infantis JF TOCHA - Custos Funcionamento Manute

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 251 - Cultura

- 0579 Concerto "EnCanto Pela Liberdade"
- 0580 Virada Gandareza
- 0581 Nomade – Litografia in situ
- 0582 Educ@rteNatureza
- 0583 Casa Cultura - Museu Artes - Custos Funci. Manut.
- 0584 Biblioteca - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0585 Museu Pedra - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0586 Bibl Praia - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0587 Lima Fragoso - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0588 C Carlos Oliveira - Custos de Funcionamento e Manu
- 0589 Centro InterprArte Xávega - CustFuncionManutenção
- 0590 Casa Gandareza - Custos Funcionamento Manutenção
- 0591 Armazém Núcleo Piscatório Ptocha-Cust. Func. Manut
- 0592 Museu Zx Spectrum - Custos Funcionament Manutenção
- 0593 Moinhos da Taboeira - CustosFuncionamentoManuten
- 0594 Casa Cultura - Museu Artes - Bens para oferecer
- 0595 Casa Cultura - Museu Artes - Bens para vender
- 0597 GOTY
- 0600 Subs Dinheiro-Coletiv-ANÇÃ-Cultura
- 0601 Subs Dinheiro-Coletiv-CADIMA-Cultura
- 0602 Subs Dinheiro-Coletiv-CORDINHÃ-Cultura
- 0603 Subs Dinheiro-Coletiv-FEBRES-Cultura
- 0604 Subs Dinheiro-Coletiv-MURTEDE-Cultura
- 0605 Subs Dinheiro-Coletiv-OURENTÃ-Cultura
- 0606 Subs Dinheiro-Coletiv-SANGUINHEIRA-Cultura
- 0607 Subs Dinheiro-Coletiv-S. CAETANO-Cultura
- 0608 Subs Dinheiro-Coletiv-TOCHA-Cultura
- 0609 Subs Dinheiro-Coletiv-CANT-POC-Cultura
- 0610 Subs Dinheiro-Coletiv-COV-CAMARN-Cultura
- 0611 Subs Dinheiro-Coletiv-PORT-OUTIL-Cultura
- 0612 Subs Dinheiro-Coletiv-SEPINS-BOLHO-Cultura
- 0613 Subs Dinheiro-Coletiv-VILAMAR-CORT-Cultura
- 0614 Subs Particulares - Cultura
- 0615 Sin+fonia pela Paz
- 0616 OP. Receita-Festas, romarias, espetáculos
- 0617 Concerto Requiem de Mozart
- 0618 Candidatura Mar 2020
- 0619 Sun7Fontes

Função: 252 - Desporto, recreio e lazer

- 0596 Sarau de Natal ACG
- 0624 D DESPORTO - Custos de Funcionamento e de Manuten.
- 0625 D DESPORTO - Bens para oferecer
- 0626 Atividades de Andebol
- 0627 Atividades de Ginástica
- 0628 Atividades de Basquetebol
- 0629 Atividades de Golfe
- 0630 Provas de Ciclismo
- 0631 Trails, Caminhadas
- 0632 Atletismo de Pista e Corta-matos escolares
- 0633 Concentração/Passoio de Motociclos

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 251 - Cultura

- 0529 Marchas Populares Concelho
- 0530 Semanas Culturais
- 0531 Animação Verão Praia Tocha - Cultura
- 0532 Concerto de Ano Novo
- 0533 Encontros/Workshops Culturais
- 0534 Apresentações de livros
- 0535 Rock Of Cantanhede - Mostra Música Moderna
- 0536 Festa d'Anaia - Pena
- 0537 UF CANT-POC - Descentralização Animação Cultural
- 0538 UF COV-CAMAR - Descentralização Animação Cultural
- 0539 JF Cadima - Descentralização Animação Cultural
- 0540 JF Cordinhã - Descentralização Animação Cultural
- 0541 JF Murte de - Descentralização Animação Cultural
- 0542 JF Tocha - Descentralização Animação Cultural
- 0543 JF Anã - Descentralização Animação Cultural
- 0544 Concerto/comemorações Camões 500 anos
- 0545 Biblioteca Rovisco Pais
- 0546 Projeção de Filmes
- 0547 Cavalhadas e Cortejo Alegórico
- 0548 C Reabilitação das Antigas Instalações da ETPC
- 0549 Expofacil - Promoção e publicidade
- 0550 Animação de Natal
- 0551 Concertos Musicais
- 0552 Concerto Janelas Abertas
- 0553 FIMCA - Festival de Música Filarmonia
- 0554 Exposição ZX Computadores Expectro - MP
- 0555 Comemorações do dia da Cidade 25 de Julho
- 0556 C Promuseus 2023
- 0557 C Programa cultural em Rede-Mar que nos Une
- 0558 Animação Verão Concelho Cantanhede-Cultura
- 0559 Encontro Cantanhede: História, Arte e Património
- 0560 Descent. Cultural Apoio Filarmónicas Concelho
- 0561 Mercados Medievais
- 0562 Llsboa Games Week - ZX Spectrum
- 0563 PhotoFest Cantanhede
- 0564 Peças de Teatro da Rede de Bibliotecas Cantanhede
- 0565 Cantanhede Street Gamming
- 0566 Festival Internacional Dixieland Cantanhede
- 0567 Prémio Literário Carlos de Oliveira
- 0568 Passagem de Ano
- 0569 C Programa cultural em Rede-Tradição Serra ao Mar
- 0570 Quadrunvirato Filarmónico
- 0571 Iluminação Natal - Montagem/Desmontagem
- 0572 Comemoração das Janeiras
- 0573 JF Sanguinhei - Descentralização Animação Cultural
- 0574 Sinergy - Org. Assoc. Geração Spectrum
- 0575 IV Clássicas
- 0576 Marmostra Internacional Film Festival
- 0577 C Programação cultural em rede - Happy Jazz
- 0578 Projeto Gente da Nossa Terra

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 246 - Protecção do meio ambiente e conservação da nature

- 0469 C Camp Apoio à IdentElet e registo de animais ICNF
- 0471 CONTRATO PROGRAMA - INOVA - Espaços Verdes
- 0475 JF ANÇÃ - CONSERV - Linhas de Água
- 0476 JF ANÇÃ - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0477 JF CADIMA - CONSERV - Linhas de Água
- 0478 JF CADIMA - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0479 JF CORDINHÃ - CONSERV - Linhas de água
- 0480 JF CORDINHÃ - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0481 JF FEBRES - CONSERV - Linhas de água
- 0482 JF FEBRES - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0483 JF MURTEDE - CONSERV - Linhas de água
- 0484 JF MURTEDE - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0485 JF MURTEDE - CONSERV - Trabalhos no Aterro
- 0486 JF OURENTÃ - CONSERV - Linhas de água
- 0487 JF OURENTÃ - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0488 JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Linhas de água
- 0489 JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0490 JF S. CAETANO - CONSERV - Linhas de água
- 0491 JF S. CAETANO - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0492 JF TOCHA - CONSERV - Linhas de água
- 0493 JF TOCHA - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0494 UF CANT-POC - CONSERV - Linhas de Água
- 0495 UF CANT-POC - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0496 UF COV-CAM - CONSERV - Linhas de água
- 0497 UF COV-CAM - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0498 UF PORT-OUTIL - CONSERV - Linhas de água
- 0499 UF PORT-OUTIL - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0500 UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Linhas de água
- 0501 UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Plantio de Árvores
- 0502 UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Linhas de água
- 0503 UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Plantio de Árvores

Função: 251 - Cultura

- 0510 D CULTURA - Custos de Funcionamento e de Manutenç
- 0511 D CULTURA - Bens para oferecer
- 0513 SMAGEB - Custos de Funcionamento Manutenção
- 0514 SMNMPC - Custos de Funcionamento Manutenção
- 0515 Expofacil - Receção comitivas
- 0516 Expofacil - Montagem, desmontagem, dinamização
- 0517 Expofacil - PavilhãoInstitucional JuntasFreguesia
- 0518 Expofacil - Reparação de Estragos
- 0519 Folk Cantanhede
- 0520 Festivais de Folclore
- 0521 Ciclo Teatro Amador Cantanhede
- 0522 Feira das Reduções - Primavera/Outono
- 0523 Aniversários e Convívios das Associações
- 0524 Mostras Gastronómicas - Freguesias
- 0525 Mostras Gastronómicas - Associações
- 0526 Comemorações 25 de Abril
- 0527 Encontro de Grupos
- 0528 Festejos Nossa Sra. de Vagos

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 232 - Acção social

- 0417 DELEG. COMP.-Acção Social-RSI
- 0418 DELEG. COMP.-Acção Social-SAAS
- 0419 DELEG. COMP.-Acção Social-Instalações e Funcionam.
- 0420 DELEG. COMP.-Acção Social-Subsídios Eventuais
- 0421 DELEG. COMP.-Acção Social-Seguros Higiene Trabalho
- 0422 Combater a Privação Material
- 0423 Atividades Grupos Comunitários Seniores
- 0424 Programa Autarquia Solidária
- 0425 Jornadas do Conselho Regional de Coimbra
- 0426 Atividades com o banco de voluntariado

Função: 242 - Ordenamento do território

- 0431 JF ANÇÃ - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0432 JF CADIMA - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0433 JF CORDINHÃ - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0434 JF FEBRES - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0435 JF MURTEDE - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0436 JF OURENTÃ - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0437 JF SANGUINHEIRA - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0438 JF S. CAETANO - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0439 JF TOCHA - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0440 JF TOCHA - CONSERV - Reparções Praia da Tocha
- 0441 UF CANT-POC - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0442 UF COV-CAM - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0443 UF PORT-OUTIL - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0444 UF SEPINS-BOLHO - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0445 UF VILAMAR-CORT - CONSERV - Arranjos Urbanísticos
- 0446 QUINTAL DA FONTE - Custos Funcionamento Manutenção
- 0447 C Req Dunar da Praia da Tocha
- 0448 Loteamento da Praia da Tocha - Cust. Func. Manute.
- 0449 Loteamento Zona Sul Cantanhede - Cust. Func. Manut
- 1209 C Valorização Patrimonial e Cultural Palheiros PT
- 1213 Lotea. Parque Expo Cantanhede - Cust. Func. Manute
- 1214 Loteamento do Albucaz - Custos Funcion Manutenção
- 1216 C Monotorização lixo marinho faixa costeira Palhei

Função: 244 - Abastecimento de água

- 0450 Reservatórios de Água - Custos Funcion. Manutenção

Função: 245 - Resíduos sólidos

- 0455 CONTRATO PROGRAMA-INOVA-Resíd. Sólidos/Limp.Urbana

Função: 246 - Protecção do meio ambiente e conservação da nature

- 0460 GAB. AP. AGRIC. - Custos Funcionamento Manutenção
- 0461 Canil (CRAC) - Custos de Funcionamento e Manutençã
- 0462 Cemitério - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0463 Sanitários Cant - Custos de Funcionamento e Manute
- 0464 Sanitários Praia T - Custos de Funcionamento e Man
- 0465 Sanitários Ançã - Custos de Funcionamento e Manute
- 0466 Parque Urbano Quinta S.Mateus-CustosFuncManute
- 0467 Esterilização de animais de companhia
- 0468 C Camp Apoio à Esterelização de cães e gatos ICNF

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 232 - Acção social

- 0324 Semana da Igualdade Cantanhede +
- 0325 CLAIM – Centro Local Apoio Integração Migrantes
- 0326 Situação Humanitária Guerra - Pessoas Deslocadas
- 0327 Auxílios famílias carenciadas
- 0328 HABITAÇÕES BAIRRO VICENTINO - Cust. Func. Manutenç
- 0329 Sessões de Estimulação e Esclarecimentos
- 0330 Arraial Popular - Santos em Festa
- 0331 C Radar Social
- 0332 Festejos Nossa Sra. de Vagos - ASocial
- 0333 Radar Social - Criação Equipas Projeto Piloto
- 0338 FrA Edf Pt Cidade - Custos Funcionamento Manutenç
- 0339 FrB Edf Pt Cidade - Custos Funcionamento Manutenç
- 0340 Edf Habit RlgrejaAnçã 2A 3590 - Custos Funci Manu
- 0341 Ed. Habit. R. Afonso Ab Ançã 2B 3590- Cust.FuncMan
- 0342 Colmeia - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0343 BNAUT - Custo de Funcionamento e Manutenção
- 0347 Subs Dinheiro-Coletiv-ANÇÃ-AçãoSocial
- 0348 Subs Dinheiro-Coletiv-CADIMA-AçãoSocial
- 0349 Subs Dinheiro-Coletiv-CORDINHÃ-AçãoSocial
- 0350 Subs Dinheiro-Coletiv-FEBRES-AçãoSocial
- 0351 Subs Dinheiro-Coletiv-MURTEDE-AçãoSocial
- 0352 Subs Dinheiro-Coletiv-OURENTÃ-AçãoSocial
- 0353 Subs Dinheiro-Coletiv-SANGUINHEIRA-AçãoSocial
- 0354 Subs Dinheiro-Coletiv-S. CAETANO-AçãoSocial
- 0355 Subs Dinheiro-Coletiv-TOCHA-AçãoSocial
- 0356 Subs Dinheiro-Coletiv-CANT-POC-AçãoSocial
- 0357 Subs Dinheiro-Coletiv-COV-CAMARN-AçãoSocial
- 0358 Subs Dinheiro-Coletiv-PORT-OUTIL-AçãoSocial
- 0359 Subs Dinheiro-Coletiv-SEPINS-BOLHO-AçãoSocial
- 0360 Subs Dinheiro-Coletiv-VILAMAR-CORT-AçãoSocial
- 0361 Subs Particulares - Natalidade - JF Ançã
- 0362 Subs Particulares - Natalidade - JF Cadima
- 0363 Subs Particulares - Natalidade - JF Cordinhã
- 0364 Subs Particulares - Natalidade - JF Febres
- 0365 Subs Particulares - Natalidade - JF Murtede
- 0366 Subs Particulares - Natalidade - JF Ourentã
- 0367 Subs Particulares - Natalidade - JF Sanguinheira
- 0368 Subs Particulares - Natalidade - JF S. Caetano
- 0369 Subs Particulares - Natalidade - JF Tocha
- 0370 Subs Particulares - Natalidade - UF Cant-Poc
- 0371 Subs Particulares - Natalidade - UF Cov-Cam
- 0372 Subs Particulares - Natalidade - UF Port-Outil
- 0373 Subs Particulares - Natalidade - UF Sepins-Bolho
- 0374 Subs Particulares - Natalidade - UF Vilam-Corticei
- 0375 Subs Particulares - Ação Social
- 0376 C BNAUT Centro de Emergência Social de Cantanhede
- 0377 C Req do Bairro Vicentino
- 0378 C Acessibilidades 360° PIH
- 0415 Protocolo (CIM) Viat Unidade Movel Saúde AE-00-GJ
- 0416 DELEG. COMP.-Ação Social-RH

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 212 - Serviços auxiliares de ensino

- 0300 Subs Dinheiro-Coletiv-SANGUINHEIRA-Educação
- 0301 Subs Dinheiro-Coletiv-S. CAETANO-Educação
- 0302 Subs Dinheiro-Coletiv-TOCHA-Educação
- 0303 Subs Dinheiro-Coletiv-CANT-POC-Educação
- 0304 Subs Dinheiro-Coletiv-COV-CAMARN-Educação
- 0305 Subs Dinheiro-Coletiv-PORT-OUTIL-Educação
- 0306 Subs Dinheiro-Coletiv-SEPINS-BOLHO-Educação
- 0307 Subs Dinheiro-Coletiv-VILAMAR-CORT-Educação
- 0308 Subs DinheiroParticularesFConcelh-BolsaCientífica
- 0309 Subs Particulares - Educação
- 0310 Fóruns da Juventude

Função: 221 - Serviços individuais de saúde

- 1065 Conferências e Congressos - Saúde
- 1066 Plano Contingência COVID-19
- 1067 C Reabilitação do Centro de Saúde de Cantanhede
- 1068 C Construção da nova unidade de saúde dos Covões
- 1069 294 - Citroen e-Berlingo - Elétrico BI-71-LZ MOD
- 1070 295 - Citroen e-Berlingo - Elétrico BI-72-MC MOD
- 1071 296 - Citroen e-Berlingo - Elétrico BI-82-LX MOD
- 1072 297 - Citroen e-Berlingo - Elétrico BI-85-MF MDO
- 1073 298 - Citroen e-Berlingo - Elétrico BI-88-LS MDO
- 1076 USF Terras de Cantanhede - Custos Func.Manute
- 1077 USF Bairrada Sede Covões - Custo Funci. Manutenção
- 1078 USF Gândras - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 1079 UCSP de Bolho - Custo Funcionamento Manutenção
- 1080 USF Bairrada Polo Sepins - Custo Funci. Manutenção
- 1081 USF Bairrada Polo Murte de - Custo Func. Manutenção
- 1088 DELEG. COMP.-Saúde-RH
- 1089 DELEG. COMP.-Saúde-Custos Logísticos
- 1090 DELEG. COMP.-Saúde-Imóveis
- 1091 DELEG. COMP.-Saúde- Seguros e Higiene no trabalho
- 1093 Subs Dinheiro - Postos de Enfermagem
- 1094 USF Salus Vida de Cadima - Custo Funci. Manutenção
- 1095 USF Progresso e Saúde Tocha - Custo Funci. Manut.
- 1096 USF Terra Cantanhede Polo de Ançã-C. Funci Manut
- 1097 Medicina no Trabalho/Consultas
- 1098 USF Marquês de Marialva Cantanhede-Cust. Func. Man
- 1099 UCC-Unidade de Cuidados na Comunidade Cantanhede
- 1100 Equipa Comunitária de Suporte Cuidados Paliativos

Função: 232 - Acção social

- 0315 DASS - Custos de Funcionamento e de Manutenção
- 0316 DASS - Bens para oferecer
- 0317 Transporte Alimentos Conf S. Pedro
- 0318 Animação Musical IPSS's (Philharmonia)
- 0319 Doação de bens alimentícios - Colmeia
- 0320 CPCJ - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens
- 0321 Tardes Comunitárias
- 0322 Transporte Tampinhas
- 0323 Festa Natal para a População Idosa do Concelho

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 211 - Ensino não superior

- 0231 Fundo Social Municipal - JI Outras despesas func
- 0232 Fundo Social Municipal - EB Pessoal Não Docente
- 0233 Fundo Social Municipal - EB Serviços Alimentação
- 0234 Fundo Social Municipal - EB Transportes Escolares
- 0235 Fundo Social Municipal - EB Outras despesas func
- 0236 Fundo Social Municipal - EB 2 ° Ciclo Transp Escol
- 0237 Fundo Social Municipal - EB 3 ° Ciclo Transp Escol
- 0238 C Planos Inovadores Combate ao Insucesso Escolar
- 0239 C Ampliação da EB1 Febres
- 0240 C Req da Antiga Escola Primária em JI Pocariça
- 0241 C Remoção do Fibrocimento nas Escolas
- 0242 C Req/Remod EB1 Cantanhede Sul
- 0243 C Req/Remod EB2,3 Marquês de Marialva
- 0244 C Req/Remod Escola Secundária Lima de Faria
- 0245 C Regime Escolar - Leite Escolar IFAP
- 0246 C Fundo Transp - ApoioDesenvEstratMelhoria MobEsc
- 0247 DELEG. COMP.-Educação-Pessoal Não Docente
- 0248 DELEG. COMP.-Educação-Leite Escolar
- 0249 DELEG. COMP.-Educação-Refeições Escolares
- 0250 DELEG. COMP.-Educação-Transportes (NEEs)
- 0251 DELEG. COMP.-Educação-Escola Tempo Inteiro s/ AAAP
- 0252 DELEG. COMP.-Educação-Escola a Tempo Inteiro AAAP
- 0253 DELEG. COMP.-Educação-Encargos das Instalações
- 0254 DELEG. COMP.-Educação-Conservação das Instalações
- 0255 DELEG. COMP.-Educação-Contratos Interadministrati.
- 0256 DELEG. COMP.-Educação- Seguros e Higiene trabalho
- 0257 Atividades - Team Building
- 0259 DELEG. COMP.-Educação-Equipamentos

Função: 212 - Serviços auxiliares de ensino

- 0258 Congressos e Exposições – Educação
- 0267 DEJ - Custos de Funcionamento e de Manutenção
- 0268 DEJ - Bens para oferecer
- 0269 Comemorações Dia Criança
- 0270 Universidade dos Tempos Livres
- 0271 Cursos de Educação Extra-Escolar
- 0272 Eco-Escolas
- 0273 Prémio Professor Doutor Lima de Faria
- 0274 PLANO PREV ABANDONO ESCOLAR-Custos Func.Manutenção
- 0275 Bolsas Lima de Faria
- 0276 + Sucesso Cantanhede
- 0277 Orçamento Participativo Jovem
- 0287 Cantanhede Creative School - Cust.Func. Manutenção
- 0292 TRANSP. ESC. - Ensino Secundário
- 0293 TRANSP. ESC. - Outras Escolas Fora Concelho
- 0294 Subs Dinheiro-Coletiv-ANÇÁ-Educação
- 0295 Subs Dinheiro-Coletiv-CADIMA-Educação
- 0296 Subs Dinheiro-Coletiv-CORDINHÁ-Educação
- 0297 Subs Dinheiro-Coletiv-FEBRES-Educação
- 0298 Subs Dinheiro-Coletiv-MURTEDE-Educação
- 0299 Subs Dinheiro-Coletiv-OURENTÁ-Educação

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 121 - Protecção civil e luta contra incêndios

- 0173 Projeto Vespa Velutina - Custos Funci. Manutenção
- 0174 PCivilM - Bens para oferecer
- 0175 Projeto Literacia para a Floresta
- 0176 Projeto Análise Biomecânica Segurança de Árvores
- 0177 Sinist. Rodoviária-PensarPrev./MelhorarResposta
- 0178 Subs Dinheiro-Coletiv-CANT-POC-Protec Civil
- 0179 Exercício/treino operacional
- 0180 Estação Biodiversidade do Parque Natural Sarilho

Função: 211 - Ensino não superior

- 0184 FOLEG-Encontro Unidade Des.Centros Locais Apred-UA
- 0185 Encontro de Educação de Cantanhede
- 0186 Projeto Mestre Cão
- 0187 Ação Social Escolar
- 0190 JI Cordinhã - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0191 JI Corticeiro - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0192 JI Febres - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0193 JI Murtede - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0194 JI Ourentã - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0195 JI Pocariça - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0196 JI P Lomba - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0197 JI Sanguinheira - Custos de Funcionamento e Manute
- 0198 JI S Caetano - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0199 JI Sepins - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0200 JI Tocha - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0201 JI Vilamar - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0202 EB1 Bolho - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0203 EB1 Cant Sul - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0204 EB1 Cordinhã - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0205 EB1 Corticeiro - Custos de Funcionamento e Manuten
- 0206 EB1 Covões - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0207 EB1 Febres - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0208 EB1 Gesteira - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0209 EB1 Murtede - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0210 EB1 Ourentã - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0211 EB1 Sanguinheira - Custos de Funcionamento e Manut
- 0212 EB1 Tocha - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0213 EB1 S Caetano - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0214 EB1 Vilamar - Custos de Funcionamento e Manutenção
- 0215 Centro Ed Anã - Custos de Funcionamento e Manuten
- 0216 Centro Ed Cantanhede - Custos Funcionamento Manut
- 0217 Centro Ed Cadima - Custos de Funcionamento e Manut
- 0218 Escola EB 2,3 Marquês Marialva - Custos Func. Manu
- 0219 Escola EB 2,3+SEC João G. Bacelar-Cust.Func.Manut.
- 0220 Escola EB 2,3 Carlos de Oliveira-Cust. Func. Man.
- 0221 Escola Secundária Lima de Faria - Cust.Func.Manut.
- 0222 Atividades de Educação
- 0227 Fundo Social Municipal - JI Pessoal Não Docente
- 0228 Fundo Social Municipal - JI Serviços Alimentação
- 0229 Fundo Social Municipal - JI Prolongamento Horário
- 0230 Fundo Social Municipal - JI Transportes Escolares

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 111 - Administração geral

- 0134 OP. Receita-Venda de veículos em fim de vida
- 0136 OP. Receita-Indemnizações Acidentes Trabalho
- 0137 OP. Receita-Ocupação de Espaço Público
- 0138 Programa Incentivo Transporte Coletivo Passageiros
- 0139 Alterações e Revisões ao PDM
- 0140 Alterações do Plano de Urbanização Praia da Tocha
- 0141 ELH . 1º Direito
- 0142 Habitação para Arrendamento Acessível
- 0143 Plano Municipal Ação Climática
- 0144 Plano Mobilidade Urbana Sustentável
- 0145 Programa Regional Ordenamento Território Centro
- 0146 Carta Municipal de Habitação
- 0147 Alterações e Revisões da REN
- 0148 Correção da REFLOA
- 0149 Desafetação Regime Florestal Construção EN 335-1
- 0150 PERU Anã
- 0151 PERU da Tocha
- 0152 PERU da Praia da Tocha
- 0153 PERU de Fbres
- 0154 Loteamentos Municipais
- 0155 Loteamentos Particulares
- 0156 Apoio à RLU
- 0157 Criação da Aplicação WEBSIG
- 0158 Atualização Criação de dados SIG
- 0159 Gestão da Rede Hidrográfica
- 1208 OP. Receita-Art.35º, nº3 da Lei 73/2013
- 1210 IMÓVEL CCRossio Fração AA - Custos Func.Manutenção
- 1211 IMÓVEL CCRossio Fração AB - Custo Func. Manutenção
- 1212 IMÓVEL CCRossio Fração AC - Custo Func. Manutenção
- 1215 Processos judiciais em curso
- 1217 OA - Bens para Vender
- 1218 OP. Receita-Descontos pronto pagamento obtidos
- 1219 OP. Receita-Taxa Municipal de direitos de passagem
- 1220 DACIA-Jogger 7 LUGARES-GASOLINA /GPL BQ-35-JC MOD
- 1221 DACIA-Jogger 7 LUGARES-GASOLINA /GPL BQ-49-JC MOD
- 1222 Operações da Receita Autárquica - Juros

Função: 121 - Proteção civil e luta contra incêndios

- 0160 MÁQUINAS E FERRAMENTAS PROT. CIVIL
- 0161 MOD - MÁQUINAS E VIATURAS PROT. CIVIL
- 0162 PCivilM - Custos de Funcionamento e de Manutenção
- 0163 Semana Municipal da Proteção Civil
- 0164 Valorizar a Floresta - Serviços
- 0165 Auxílios incêndios, inundações e sinistros
- 0166 Equipas de Intervenção Permanente
- 0167 Redes Defesa Floresta Contra Incêndios
- 0168 Vigilância nas Praias
- 0169 Benefícios Sociais aos Bombeiros
- 0170 Aldeia Segura- Pessoas Seguras
- 0171 Semana da Floresta
- 0172 Protocolo (CIM) Prev,Controlo Erradic Esp Exóticas

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço	Designação
Função: 111 - Administração geral	
0071	APARAFUSADORES, BERBEQUINS E MARTELOS
0072	REBOCÁVEIS
0073	BETONEIRAS
0074	BOMBAS
0075	OFICINAS
0080	Stand CMC Tasquinhas Rio Maior
0081	Cantanhede Trophy
0082	Serviços Sociais - Expofacic
0083	Serviços Sociais - Atribuição de Subsídio
0084	Cumprimentos de Natal
0085	Dia da Mulher
0086	Reunião Conselho Intermunicipal da CIM
0087	BIO'n'TEQ: Mostra Tecnológica de Biotecnologia
0088	Colóquio Ética, Cidadania, Governança e Corrupção
0089	Conferências e Congressos - Genéricas
0090	Comemorações dos diversos Dias Mundiais
0091	C BUPI - Balcão Único do Prédio
0100	P Concelho - Custos de Funcionamento e Manutenção
0101	Estaleiro - Custos de Funcionamento e Manutenção
0102	Arquivo - Custos de Funcionamento e Manutenção
0103	GNR - Custos de Funcionamento e Manutenção
0104	Casa Magistrados (JulgPaz) - C.Funcionamento Manut
0105	Antiga Ext Educ - Custos de Funcionamento e Manute
0106	Antigos Bombeiros - Custos Funcionamento Manuten
0107	Lj 25 Edf Rossio (Coworking)-Custos Funcion. Manut
0108	FrC Edf Pt Cidade - Custos Funcionamento Manutenç
0109	Casa F Pinto - Custos de Funcionamento e Manutençã
0110	P Estacionamento Sub. Rossio-Custos Funcion Manute
0111	Imóvel BVC Fração A - Custos Func. Manutenção
0112	Casa Mário Pascoal (3Marias) - Cust. Func. Manut.
0113	Prédio P. António Sérgio - Cust.Func.Manu
0114	EB1 Inativas - Custos de Funcionamento e Manutençã
0115	JI Inativos - Custos de Funcionamento e Manutenção
0116	Comissão Trabal. Aposentados Município Cantanhede
0117	Encontros e Convívios diversos
0118	C Modernização Administrativa
0119	C Acessibilidades 360° PIEP
0120	C Viaturas Elétricas - Fundo Ambiental
0121	Protocolo (IRN) - Balcão Unico do Prédio - BUPI
0122	Indemnizações - Particulares
0123	Indemnizações - Empresas
0124	Operações da Dívida Autárquica - Leasings
0125	Operações da Dívida Autárquica - Empréstimos
0126	OP. Receita-Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)
0127	OP. Receita-Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
0128	OP. Receita-Imp.Mun.Trans. Onerosas Imóveis (IMT)
0129	OP. Receita-Imposto Único de Circulação (IUC)
0130	Atividades Genéricas - MOD
0132	OP. Receita-Derrama
0133	OP. Receita-Venda de Sucata

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 111 - Administração geral

0001 AM - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0002 OA - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0003 OA - Bens para oferecer
0004 GAPM - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0005 GAPM - Bens para oferecer
0006 DAF - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0007 DAF - Bens para oferecer
0008 DF - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0009 DARH - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0010 DJ - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0011 DU - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0012 DGURU - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0013 DO - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0014 DADAF - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0015 DEP - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0016 SFM - Custos de Funcionamento e de Manutenção
0017 DCIPT - Custos de Funcionamento Manutenção
0018 DMIQ - Custos de Funcionamento Manutenção
0019 SERVIÇO METROLOGIA - Custos Funci. Manutenção
0020 SMAA - Custos de Funcionamento Manutenção
0021 SMAA - Custos Movimentação Combustíveis
0022 SMAA - Reposição de Stocks
0023 DGTSA - Custos de Funcionamento Manutenção
0024 DGFRN - Custos de Funcionamento Manutenção
0025 DE - Custos de Funcionamento Manutenção
0026 DDES - Custos de Funcionamento Manutenção
0027 DDES - Eventos
0028 GCP - Custos de Funcionamento Manutenção
0039 1 - CICLOMOTOR VISION 31-EN-34
0040 2 - CICLOMOTOR HONDA VISION 31-EN-36
0041 3 - CICLOMOTOR HONDA VISION 84-EM-72
0042 4 - CICLOMOTOR HONDA VISION 84-EM-78
0043 6 - CICLOMOTOR HONDA CRM(vgFlorestas) 31-EN-37
0044 7 - CICLOMOTOR CASAL F181 58-DQ-07 (1CNT-21-19)
0045 8 - CICLOMOTOR CASAL F181 58-DQ-00
0046 9 - CICLOMOTOR TROIA 57-DQ-93
0047 10 - TRICARRO PIAGIO APE 93-GN-17
0048 48 - GALERA (SEMI-REBOQUE) BENALU L-140955
0050 51 - GALERA(SEMI-REBOQUE)LECITRAIL/LTV-2E VI-7129
0051 81 - CICLOMOTOR HONDA CRM 50(FLOREST)67-GD-03
0052 82 - CICLOMOTOR HONDA CRM 50(FLOREST)67-GD-05
0053 122 - VEÍCULO ANTIGO DE TRANSPORTE DE CARNES
0054 146 - BICICLETA BTT ALUMÍNIO RST GILA T7
0055 147 - BICICLETA BTT ALUMÍNIO RST GILA T7
0065 MOD - MÁQUINAS E VIATURAS
0066 PLACAS VIBRADORAS E COMPACTADORAS
0067 MÁQUINAS DE LAVAR
0068 GERADORES
0069 COMPRESSORES
0070 MÁQUINAS DE CORTE

Município de Cantanhede

Tabela de Serviços para o ano económico de 2025

Serviço Designação

Função: 430 - Diversas não especificadas

- 1167 ABAP - ASSOCIAÇÃO BEIRA ATLÂNTICO PARQUE
- 1168 FUNDAÇÃO CARLOS OLIVEIRA
- 1169 ASS NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES
- 1170 ASS NACIONAL MUNICÍPIOS PORT DO VINHO
- 1171 CENTROLOGIS - OPERAC PLAT EE LOG POLINUCLEADA
- 1172 CEC - CONSELHO EMPRESARIAL DO CENTRO
- 1173 ITECONS - INT INV DESV TEC CIÊNCIAS CONSTRUÇÃO
- 1174 ASSOCIAÇÃO DA ROTA DA BAIRRADA
- 1175 COMUNIDADE PORTUÁRIA DA FIGUEIRA DA FOZ
- 1176 UNIVERSIDADE DE COIMBRA
- 1177 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VITIMA
- 1178 CACRC-CENTROARBITRAGEM CONFL CONSUMO REGI COIMBRA
- 1179 AREAC - AGÊNCIA REG ENERGIA AMB CENTRO
- 1180 SIMRIA - SANEAMENTO INTEGRADO MUNICIPIOS RIA
- 1181 UNIVERSIDADE DE AVEIRO
- 1182 INOVCLUSTER - ASS DO CLUSTER AGRO-IND CENTRO
- 1183 ASSOCIAÇÃO COIMBRA REGIÃO DIGITAL
- 1184 COMUNIDADE INTERMUNICIPAL REGIÃO COIMBRA
- 1185 CONFRARIA DO ESPUMANTE
- 1186 ORGANIZAÇÃO FLORESTAL ATLANTIS ASS.DESEN.FLORESTAL
- 1187 RECEVIN - REDE EUROPEIA DE CIDADES DO VINHO
- 1188 TERRITÓRIO IT - INSTITUTO TERRITÓRIO ASSOCIAÇÃO
- 1189 AD ELO - ASSOC. DES LOCAL BAIRRADA MONDEGO
- 1190 CNC - CENTRO DE NEUROCIÊNCIAS E BIOLOGIA CELULAR
- 1191 FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ORIENTAÇÃO
- 1192 COMISSÃO VITIVINÍCOLA DA BAIRRADA
- 1193 ANAM - Associação Nacional Assembleias Municipais
- 1194 UNIVERSIDADE ABERTA
- 1195 ASSOCIAÇÃO CIOFF PORTUGAL
- 1196 GLOBAL PARLIAMENT OF MAYORS
- 1198 Subs Particulares em Géneros
- 1199 ÁGUAS DO CENTRO LITORAL